

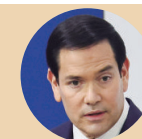


EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA

Diretor
Filipe Alves
Diretores Adjuntos
Leonídio Paulo Ferreira,
Nuno Vinha
e **Valentina Marcelino**

Sexta-feira
20.2.2026
Diário
Ano 162.º No. 57 153
€2,80
www.dn.pt
Fundado em 1864,
o seu Arquivo
é Tesouro Nacional

Jogos Paralímpicos de Inverno
DIOGO CARMONA:
"Às vezes precisamos de ver um exemplo para saber que somos capazes"
PÁGS. 30-31



EUA
Como Rubio passou de "Pequeno Marco" a polícia bom de Trump
PÁG. 24



GRÁTIS
COM O DN

ANDY RAIN / EPA



Caso Epstein
Detido por revelar informações, *André* passou a ser *Andrew* para sempre.

PÁGS. 6-7 E EDITORIAL NA 2

Moedas manda encerrar 40% dos Alojamentos Locais em Lisboa por inatividade

TURISMO Autarquia foi a primeira do país a concluir, no início do mês, o processo de limpeza de licenças 'fantasma' de AL que não fizeram prova de vida. Foram cancelados perto de sete mil registos que estavam inoperacionais. **DINHEIRO VIVO**

Diplomacia

Rui Moreira vai ser o novo embaixador de Portugal na OCDE



ÚLTIMA

Saúde

Ministério quer "soluções urgentes" para resolver listas de espera na cardiologia do norte

PÁGS. 18-19

Ana Abrunhosa

"As pessoas confiaram e essa é a minha maior alegria"

PÁGS. 12-13



Contribuições

Imigrantes representam 17,6% dos contribuintes da Segurança Social

PÁG. 20



Editorial

Filipe Alves

Diretor do Diário de Notícias

A queda de um príncipe



Assim que deixou de ser príncipe do Reino Unido, Andrew Mountbatten-Windsor perdeu também o privilégio de ser André para os portugueses. As regras são claras: só reis e príncipes têm direito a tradução e plebeus estrangeiros ficam com o nome original. E é curioso como esta distinção linguística resume, de forma quase cruel, a metamorfose do homem. Esta crónica é, por isso, tanto sobre Andrew – o suspeito detido ontem por alegadamente ter passado informação confidencial ao seu velho amigo e cúmplice Jeffrey Epstein – como sobre André, o príncipe nascido na púrpura, que protagonizou a mais espetacular queda em desgraça das últimas décadas.

O terceiro filho de Isabel II e do príncipe Filipe parecia condenado a uma existência confortável, discreta e sem sobressaltos.

Não herdaria a coroa, não carregava o peso da História e não era alvo de escrutínio permanente. Durante décadas, André navegou acima das polémicas, protegido pela aura de “filho preferido” da rainha e por uma imprensa que, não raras vezes, o tratava com mais benevolência do que tratou Carlos. Este, recorde-se, passou anos atolado em dramas sentimentais e foi ridicularizado por defender causas que, na altura, soavam a excentricidades, desde a arquitetura tradicional à proteção ambiental.

Mas o tempo tem um talento especial para redistribuir reputações. Carlos viu muitas das suas bandeiras serem validadas – sobretudo as ambientais – e, já como rei, revelou uma sensatez que poucos lhe reconheciam. O país reconciliou-se com Camila, a ferida de Diana cicatrizou o suficiente e a monarquia encontrou um equilíbrio possível.

“

Poucas presas seriam tão valiosas para Epstein como um príncipe da família real mais influente do mundo, com acesso direto a governos, reis e grandes fortunas. Que outras figuras poderosas estariam nas suas ‘mãos’?”

André, pelo contrário, caiu num abismo sem fundo, após ser acusado de abusar sexualmente de uma jovem de 17 anos que lhe fora apresentada (ou melhor dizendo, traficada) por Jeffrey Epstein: perdeu títulos, perdeu casa, perdeu o benefício da dúvida. E agora perdeu a liberdade, detido por suspeitas de prevaricação no exercício das suas funções como enviado especial do Comércio britânico. O príncipe tornou-se plebeu. André tornou-se Andrew.

Há, pelo menos, três lições que este episódio deixa à vista desarmada.

A primeira é que Jeffrey Epstein não era apenas um predador sexual: era um engenheiro de influência e, muito provavelmente, um ativo de uma ou mais agências de espionagem. Construiu uma teia de recolha de informação sensível baseada na exploração sexual de menores, para comprometer figuras poderosas. E poucas presas seriam tão valiosas como um membro da família real mais influente do planeta, com acesso privilegiado a governos, casas reais, grandes fortunas e, até, ao líder chinês Xi Jinping. Quantas outras figuras poderosas, nos Estados Unidos e na Europa, estariam nas “mãos” de Epstein?

A segunda lição é que a monarquia britânica, tantas vezes acusada de imobilismo, soube agir com frieza cirúrgica. Desde que Carlos subiu ao trono, a mensagem tem sido inequívoca: ninguém está acima da lei. O distanciamento em relação ao irmão foi rápido, público e necessário. Ainda assim, o caso deixa marcas e os republicanos ganharam argumentos para atacarem a instituição. Além disso, não faltará quem pergunte se as autoridades britânicas desconheciam realmente o conteúdo dos ficheiros do caso Epstein agora revelados.

A terceira lição é talvez a mais incómoda: goste-se ou não da monarquia britânica, é difícil imaginar um desfecho semelhante noutras geografias políticas. Em quantas repúblicas veríamos o irmão de um presidente ser detido por suspeitas desta natureza? A pergunta não é retórica. Em muitos aspetos, a monarquia britânica continua a ser mais democrática que a maioria das repúblicas que existem por esse mundo fora, apesar do privilégio cada vez mais difícil de justificar e da influência que os seus membros continuam a ter, sobretudo nos bastidores da política e do poder económico.

No fim, resta a ironia: Andrew perdeu o título, perdeu o nome traduzido e perdeu a proteção do mito. O que sobra é apenas isto: um homem confrontado com as consequências, e uma monarquia obrigada a provar que a coroa não é um escudo.



Global Media Group

20.2.2026

Direção Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Editores executivos** Carlos Ferro, Cecília Carmo, Helena Tecedeiro, Margarida Vaqueiro Lopes e Pedro Sequeira **Editores executivos adjuntos** Ricardo Simões Ferreira e Rui Frias **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro (Cultura), Carlos Nogueira (Desporto), Nuno Braga (Economia) e Sofia Fonseca (Online) **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Carla Aguiar, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Frederico Bartolo, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Nuno Tibiriçá, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques, Tomás Gonçalves Pereira e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e Susana Gonçalves **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** Reinaldo Rodrigues (Editor), Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão e Paulo Spranger **Inovação & Novos Projetos** Sabina Estreia **Redes Sociais** Carolina Lorena **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa **Tel.:** 213 187 500. **Fax:** 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. **Tel.:** 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. **Tel.:** Redação: 961 663 378; Publicidade: 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2024: 6 084 exps.

VISAPRESS ©
Direitos de Autor Protegidos apct

Diário de Notícias

DN ACELERA NO DIGITAL
E COMEÇA 2026 EM
FORTE CRESCIMENTO.



**Obrigado pela
sua preferência!**



A
Figura
do
dia

Luís Osório

Ele acredita
mesmo que o país
precisa de si

Seguro está a formar a sua equipa, Ventura voltou ao parlamento, Marques Mendes percorre o deserto, o almirante faz contas de cabeça e Cotrim provou não ser adepto de travessias ou de médios ou longos silêncios. Depois das presidenciais cada um foi à sua vida, uns com mais estardalhaço, outros com mais discrição, mas todos se fizeram ao caminho.

Todos, menos Humberto Correia que, logo na semana seguinte ao sufrágio, montou uma banca de recolha de assinaturas em Olhão para se voltar a candidatar em 2031. O homem que andou pelo país mascarado de Afonso Henriques, que conquistou à espadreira 3568 votos, o equivalente a 0,06%, está nas ruas da sua cidade a pintar quadrinhos para turistas e a pedir papitada para o grande objetivo da sua vida: ser Presidente da República. Se não foi agora, será dentro de cinco anos.

Humberto sabe que não há um dia que possa ser perdido, que os poucos votos que teve são a prova de que a mensagem não chegou. Terá de se esforçar mais, de sol a sol se for preciso, não há um minuto que se possa dar ao luxo de perder.

Fá-lo por sentir que o país precisa de si, de um novo conquistador, de alguém que venha do povo, de alguém como ele que, aos 16 anos, já trabalhava nas obras em Paris.

Humberto está a escrever a sua autobiografia, convenceu-se de que essa é a peça que falta para que o país perceba que só ele pode mudar Portugal.

Podemos encontrá-lo nas ruas de Olhão numa banca de assinaturas que é uma prova inequívoca de que o surrealismo não morreu. Aliás, é a prova de que a loucura pode ser grandiosamente patética.



OLHAR

FOTO
LUÍS
FORRA / LUSA

O espanhol Juan Ayuso lidera a 52.ª edição da Volta ao Algarve. A etapa de ontem foi ganha pelo francês Paul Seixas (Decathlon), tendo o ciclista da Lidl-Trek ficado em segundo. João Almeida (UAE) foi terceiro, a um segundo do vencedor. Na geral, Ayuso e Seixas totalizam ambos 8:10.44 horas, com João Almeida a fechar o pódio, a sete segundos. A etapa de hoje é um contrarrelógio individual de 19,5 quilómetros.

Direito a pensar
Alexandra LeitãoUma segunda vida
para o Quartel da Graça

Foi recentemente noticiado que o grupo hoteleiro ao qual foi concessionado o Quartel da Graça (antigo Convento da Graça) para o transformar num hotel não iniciou as obras contratualizadas. Justifica-se, a propósito, revisitar este assunto sobre um monumento emblemático para a cidade de Lisboa.

O Convento da Graça data do século XIII e é monumento nacional desde 1910, quando já era utilizado como quartel. Em 2016 foi integrado no *Programa Revive*, juntamente com um conjunto de outros monumentos, para ser concessionado a um privado que faria obras de reabilitação e de transformação numa unidade hoteleira. Em dezembro de 2019 foi celebrado o contrato de concessão, que prevê um conjunto de obrigações calendarizadas, devendo o concessionário desenvolver as obras necessárias com vista a proceder-se à inauguração do hotel no final de 2022. Tal não aconteceu até hoje, havendo, por isso, indícios de in-

cumprimento contratual. O projeto de arquitetura foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em julho de 2024. Estes são os dados públicos, com base nos quais me pronuncio neste artigo.

A transformação deste monumento em hotel, sobretudo numa zona da cidade em que há cada vez menos habitação e menos equipamentos de fruição coletiva, criou desde sempre muitas reservas e foi, aliás, assunto na campanha para as eleições autárquicas, sobretudo de ataque à coligação que encabecei, atendendo ao posicionamento quer do Governo do Partido Socialista, quer dos vereadores do PS, que se abstiveram na aprovação do projeto de arquitetura.

O aparente incumprimento contratual e o facto de o edifício estar ao abandono, convocam-nos a tomar novamente posição e é uma oportunidade para repensar as soluções de política pública adotadas, à luz da realidade atual (passaram dez anos desde a integração no *Revive*) e de uma visão para a cidade.

Assim, julgo que seria uma boa altura para promover um debate aberto sobre o tema, ouvindo os moradores – que, aliás, se têm manifestado por uma solução habitacional ou de uso comunitário – e todos os lisboetas, por exemplo, lançando uma consulta pública.

Este debate pressupõe uma prévia e rigorosa análise jurídica, designadamente sobre eventuais direitos adquiridos dos particulares, e tem de se ter em conta que a reabilitação do monumento implica um investimento considerável que é preciso acautelar, pelo que se devem recusar soluções populistas ou facilitistas.

O espaço é suficientemente grande para albergar múltiplos usos, com diferentes fontes de financiamento, que pode incluir um *hub* para associações culturais, habitação colaborativa, equipamentos sociais intergeracionais ou até uma residência de estudantes, equipamentos que escasseiam na cidade.

Seja qual for a solução, o que não se pode é eternizar uma situação de tolerância administrativa que permita manter o edifício ao abandono, com impacto até ao nível da saúde pública. Estamos perante uma oportunidade para devolver a dignidade e dar uma segunda vida a um imóvel emblemático que é monumento nacional.

Vereadora na Câmara Municipal de Lisboa eleita pelo PS

Sobe & desce

POR FILIPE ALVES



RUI MOREIRA

O ex-presidente da Câmara Municipal do Porto será o novo embaixador de Portugal na OCDE, adiantou ontem o DN em primeira mão. O cargo de embaixador de Portugal na OCDE, em Paris, é um lugar apetecível que costuma estar disponível para personalidades que não são oriundas da carreira diplomática.



RITA JÚDICE

A ministra da Justiça quer dar mais peso aos depoimentos das vítimas e das testemunhas nos casos de violência doméstica, para reduzir os arquivamentos e absolvições por falta de prova testemunhal. Mesmo que a vítima não queira testemunhar em tribunal, será tido em conta o seu depoimento após a agressão.

ANDREW
MOUNTBATTEN-
WINDSOR

Além de ter ficado sem os títulos reais e nobiliárquicos, o irmão do rei Carlos III foi detido na sequência da divulgação de ficheiros do caso Epstein que indicam que terá partilhado informações confidenciais com o milionário norte-americano. O príncipe André passou a ser o arguido Andrew.



Nem mais, nem menos... António Rebelo de Sousa

Seguro

António José Seguro, 63 anos, nascido em Penamacor, Presidente da República Portuguesa.

Foi secretário de Estado, ministro, eEurodeputado, secretário-geral do Partido Socialista. Lecionou na Universidade Autónoma e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Foi, desde sempre, alguém que pautou a sua existência pela honestidade, pela integridade, pela ideia da relevância da prestação de um serviço público, pela defesa de convicções que se cruzam nos princípios da Liberdade e da Democracia, pela aposta na transparência processual e na prestação de contas sempre que estejam em causa projectos de interesse colectivo. Enfim, alguém que sempre procurou servir o país, respondendo positivamente aos anseios da Comunidade a que pertence.

Para o subscritor deste curto texto, importa assumir que sempre o considerou e admirou, não tendo dúvidas de que reunia as condições de poder vir a ser um bom Presidente da República Portuguesa.

A ideia de contribuir para a criação de condições de um clima de maior tolerância, de diálogo, de transparência, quebrando “barreiras” entre sectores distintos, apostados na defesa de democracia e do bem comum, foi, desde sempre,

“

[Seguro] foi, desde sempre, alguém (...) que pautou a sua existência pela ideia da relevância da prestação de um serviço público.”

algo que o empolgou, na esperança de ajudar a construir um Portugal melhor, numa fase existencial – como é a actual – complexa e atribulada.

Foi uma boa escolha.

Foi uma opção pela Liberdade e pela Democracia.

Foi uma opção pela honestidade, com rejeição clara de políticas orientadas pela mera defesa de interesses, em muitos casos atentatórios do Bem-Estar Geral.

Foi uma opção pela moderação e pela decência.

Foi uma opção pela aposta no progresso social e na justiça, tendo em conta o património acumulado de direitos sociais que – fruto de circunstâncias históricas – têm vindo a ser evidenciados ao longo de um processo que, com altos e baixos, tem sido globalmente enriquecedor.

Foi uma opção pela busca de uma evolução

no sentido do multilateralismo e não de um reforço de um bilateralismo caduco.

Foi uma opção pelo reforço do Estado de Direito e não do predomínio do direito ditado pela força.

Foi a opção que muitos, homens e mulheres, jovens e velhos, ricos e pobres, cultos e rudimentares, fizeram nas eleições presidenciais.

O Mundo, a Europa e Portugal estão numa encruzilhada, agora que o Ocidente conheceu a deriva “Trumpista”, que a Europa precisa de enveredar por um reforço – difícil de concretizar – do processo integracionista e que Portugal passou por um cataclismo que poderá afectar, sobremaneira, o futuro da sua economia e da sua sociedade.

Sou dos que acreditam na sua capacidade de unir os portugueses, de resistir a interesses alheios ao Bem-Estar Nacional, no seu sentido de equilíbrio e, sobretudo, no sentido patriótico que o move com o último propósito de ir ao encontro do que poderá ser melhor para o nosso país.

E o meu voto é de que consiga atingir os seus objectivos e de que continue a ser fiel aos princípios e valores que sempre o nortearam.

Nem mais, nem menos...

*Economista e professor universitário
Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico*



As ideias têm consequências Jaime Nogueira Pinto

O Parlamento Europeu que temos

Passada a eleição presidencial portuguesa, com Seguro a ganhar Belém e Ventura “a Direita”, dir-se-ia chegada a hora de a comunicação social instalada começar a procurar instrumentos para navegar os ignotos mares da direita e das direitas, até para encontrar razões para o crescimento daquilo a que chama “extrema-direita” ou “direita iliberal”.

Mas parece que ainda não será para já. Parece que, por enquanto, pretende continuar a socorrer-se do “atraso mental” e da “baixa escolaridade” da *tranche* de povo dócil ao “populismo iliberal” de Ventura, e à elevada taxa de rejeição eleitoral do seu partido “fascista”. E já que parece agora ser o dito partido de Ventura a determinar tudo, por que não ilegalizá-lo, pondo fim a todos os problemas?

Esta cegueira e esta ignorância sistémicas em relação a muitas das realidades e das ideias que estão aqui em jogo só nos podem levar a concluir que, afinal, “a falta de instrução” e “o atraso mental” estão longe de ser um exclusivo dos eleitores do Chega. De resto, meio século de lavagem do cérebro teria de ter consequências; meio século em que a classe política dirigente, que nos foi governando e se foi governando, entregou os instrumentos da cultura e da propaganda política à esquerda “intelectual”

radicalizada.

Daí resultaram uma série de dogmas históricos, desde a equiparação do Estado Novo de Salazar ao Terceiro Reich de Hitler, à redução da colonização portuguesa à exploração de recursos e à escravização de indígenas, e de dogmas actuais, como o que ensina que, à esquerda, só existe “Ciência” e “Humanismo” – de onde as leis e recomendações conformes com as mais absurdas causas do *wokismo*, passadas com a cumplicidade de “centristas”, que ora reivindicam o centro ou o centro-esquerda e rejeitam a designação de direita, ora se ressentem com a “usurpação da Direita” em curso.

Entretanto, no Parlamento Europeu, seguem a Ciência e o Humanismo.

Está aí a Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher e foi nesse âmbito que o Par-

lamento Europeu quis lavar a recomendação de que, para todos os efeitos e direitos, os homens biológicos médica e cirurgicamente transmutados em mulheres fossem considerados mulheres de pleno direito. A recomendação foi aprovada por 340 votos contra 141 e 68 abstenções; ou seja, foi aprovada não só pela colecção das esquerdas, mas também pela maioria dos deputados do Partido Popular Europeu, de “Centro-Direita”.

E para que, por uma questão de “humanidade e rigor científico”, nada pudesse ofender, micro-agredir ou toldar a usurpação da femimilidade, digo, o desejo de pleno acesso dos homens à feminilidade, o Parlamento Europeu rejeitou ainda com 233 votos contra, 200 a favor e 107 abstenções uma emenda que lembrava: “Apenas mulheres biológicas podem engravidar.”

Era, de resto, natural que a emenda não passasse, uma vez que, em nome de um qualquer realismo e “focada exclusivamente na definição biológica de mulher”, a emenda era castradora, ofensiva, reaccionária, pouco tolerante, que é como quem diz, de “extrema-direita”.

E este é o Parlamento Europeu que temos.

“

(...) O Parlamento Europeu rejeitou (...) uma emenda que lembrava: ‘Apenas mulheres biológicas podem engravidar.’”

*Político e escritor
O autor escreve de acordo com a antiga ortografia*

ANDRÉ DETIDO

Coroa britânica mantém a agenda no dia de uma das suas maiores crises

REINO UNIDO Mountbatten-Windsor foi detido por suspeitas de má conduta em cargo público, que poderá estar relacionada com Jeffrey Epstein. Carlos III afirmou que “a lei deve seguir o seu curso” e voltou a dizer que autoridades “têm o nosso total e sincero apoio e cooperação”.

TEXTO ANA MEIRELES

A garantia já havia sido dada por Carlos III no comunicado divulgado ontem após a prisão do seu irmão André Mountbatten-Windsor, por suspeitas de má conduta em cargo público, tendo o antigo príncipe sido libertado ao final do dia, após quase 12 horas de detenção. “Enquanto este processo continua, não seria correto da minha parte comentar mais sobre o assunto. Enquanto isso, eu e a minha família continuaremos a cumprir o nosso dever e a servir a todos vós”.

E a verdade é que a família real britânica manteve ontem a sua agenda como previsto, optando pelo contacto com o público, apesar de estarem a viver uma das suas maiores crises. Poucas horas depois da detenção do cunhado ter sido confirmada, a rainha Camilla foi recebida em Westminster pelos representantes da Sinfonia Smith Square, onde assistiu a um concerto à hora de almoço. “Está preocupada com a detenção de André?”, questionaram a rainha enquanto esta se dirigia para o seu

carro, mas sem receber resposta.

Já a meio da tarde, o rei foi visto a sair de Buckingham num grande cortejo de carros liderado pela polícia, com a BBC a relatar que a multidão junto ao palácio aplaudiu e acenou para Carlos III. O seu destino era um evento para assinalar o início da Semana da Moda de Londres, não tendo feito qualquer declaração, como já tinha avisado no seu comunicado. Antes tinha sido fotografado a cumprimentar várias personalidades no Palácio de Saint James, como os embaixadores de El Salvador e de Espanha.

Também a princesa Ana, irmã de Carlos e André, manteve os seus compromissos públicos, tendo sido vista a chegar à Penitenciária de Leeds por volta das 14.30, como previsto.

Esta reação contrasta muito com a morte da princesa Diana, a 31 de agosto de 1997, que desencadeou uma crise sem precedentes na monarquia britânica, alimentada pela indignação pública com a resposta discreta da família real e limitada ao protocolo – como a recusa inicial em baixar a bandeira a

meia haste no Palácio de Buckingham – enquanto a nação chorava pelo membro mais popular da realeza.

A percepção de falta de compaixão quase levou a a casa real ao colapso, tendo os ânimos serenado quando Isabel II, só a 5 de setembro, se dirigiu aos britânicos num discurso em direto “como vossa rainha, como avó”, homenageando Diana como “um ser humano excepcional e talentoso... [que] nunca perdeu a capacidade de sorrir e de rir”. E justificou o seu silêncio dizendo que ela, Carlos e o príncipe Filipe tinham passado os dias anteriores “a tentar ajudar William e Harry a lidar com a perda devastadora”.

Esta mudança de atitude perante uma crise entre Isabel II e Carlos III não é sinónimo de que a família real britânica sobreviva incólume à detenção daquele que, apesar de já não possuir títulos reais, continua a ser o oitavo na linha de sucessão ao trono.

“Na melhor das hipóteses, isto representa um limite, um grau de separação. Na pior, é um rude gol-

pe para a Casa de Windsor”, referiu ontem Jonny Dymond, correspondente real da BBC. “É difícil imaginar um desafio maior para o Palácio [de Buckingham]”.

Para este jornalista, “se já houve julgamentos e casos como este antes é irrelevante, os tempos mudaram. E quaisquer que sejam os títulos e títulos que lhe tenham sido retirados, este é o irmão do rei, o filho da falecida rainha. Este era um membro sénior da família real cujas atividades em prol do país levaram a investigações e à detenção”.

Dymond referiu ainda o comunicado de Carlos III, nomeadamente o uso das palavras “dever” e “serviço”, lembrando que estes são “o fundamento da monarquia moderna, o mantra da família real”, mas que, porém, “a detenção de Mountbatten-Windsor torna ambos mais vulneráveis”.

O antigo príncipe foi detido ontem, dia do seu 66.º aniversário, ao início da manhã por agentes da polícia do Vale do Tamisa na propriedade privada de Carlos III, em Sandringham, onde André reside atualmente, por suspeita de má

André Mountbatten-Windsor foi detido no dia do seu 66.º aniversário.

EPA / JULIEN WERNAND

conduta em cargo público relacionada com a sua amizade com Jeffrey Epstein. As autoridades fizeram ainda buscas no local e na antiga residência de André, em Windsor.

Esta detenção após um aumento das acusações contra André Mountbatten-Windsor na sequência da recente divulgação de milhões de páginas de ficheiros relacionados com Epstein pelo Departamento de Justiça dos EUA, muitas delas relacionadas com condutas impróprias por parte do irmão do rei, nomeadamente o caso de uma mulher que terá sido levada por Epstein para o Reino Unido para ter um encontro sexual com o então príncipe.

10 momentos da queda de André

1999 André conhece Jeffrey Epstein através da sua antiga amiga da universidade Ghislaine Maxwell.

2010 Viaja para Nova Iorque para se encontrar com Epstein após a sua libertação da prisão.

2011 Em fevereiro, Virginia Giuffre partilha uma fotografia sua de 2001, tinha 17 anos, com o então príncipe na casa de Maxwell em Londres. Em julho, André é obrigado a demitir-se de enviado especial do Reino

Unido para o comércio após as primeiras notícias sobre as suas ligações a Epstein, mas também pela sua relação com o líder líbio Muammar Kadhafi e Ilham Aliyev, o presidente do Azerbaijão.

16 DE NOVEMBRO DE 2019 É entrevistado pela BBC para acabar

com a onda de críticas, mas acabou por criar a pior crise de relações públicas da família real desde a morte de Diana, ao defender a sua relação com Epstein e não mostrar empatia pelas vítimas do americano.

20 DE NOVEMBRO DE 2019 O Palácio de Buckingham anuncia

que André iria suspender as suas funções públicas “por tempo indeterminado”. Quatro dias depois, o palácio confirmou que renunciaria a todos os seus 230 patronatos.

2022 Em janeiro, Isabel II retira-lhe todos os seus títulos militares, tendo sido decidido



A prisão de Carlos I no século XVII

O rei Carlos I foi o último membro sénior da família real britânica detido antes dos acontecimentos desta quinta-feira. O monarca foi preso em 1647, durante a Guerra Civil Inglesa, pelas forças aliadas ao Parlamento, incluindo o Exército Novo. Em janeiro de 1649, foi acusado de traição, após se ter recusado a aceitar limites à autoridade real, julgado e condenado, acabando por ser executado por decapitação no dia 30 desse mesmo mês. A princesa Ana, irmã de André, foi condenada e multada em 2002 ao abrigo da Lei dos Cães Perigosos, depois de uma das suas cadelas ter mordido duas crianças, tornando-se o primeiro membro da família real a ser condenado por um crime em 353 anos. No ano anterior, já tinha sido multada por excesso de velocidade.

Segundo os media britânicos, nem o rei nem o Palácio de Buckingham foram previamente informados sobre a detenção. No entanto, a BBC News apurou que a Polícia do Vale do Tamisa contactou com antecedência o Ministério do Interior. Num comunicado, Carlos III disse ter recebido “com profunda preocupação” a notícia da detenção do irmão, a quem se referiu apenas como André Mountbatten-Windsor, dizendo que “o que se segue agora é o processo completo, justo e adequado pelo qual esta questão será investigada da forma adequada e pelas autoridades competentes”

Como já havia dito numa declaração da semana passada, o monarca voltou a afirmar que as autoridades “têm o nosso total e sincero apoio e cooperação”, sublinhando que “a lei deve seguir o seu curso”.

“(…) Como já disse anteriormente, têm o nosso total e sincero apoio e cooperação. Permitam-me afirmar claramente: a lei deve seguir o seu curso.”

Carlos III
Monarca britânico

“Eles vão conduzir as suas próprias investigações, mas um dos princípios fundamentais do nosso sistema é que todos são iguais perante a lei e ninguém está acima da lei”.

Keir Starmer
Primeiro-ministro britânico

“Finalmente, hoje os nossos corações partidos foram aliviados com a notícia de que ninguém está acima da lei, nem mesmo a realeza.”

Família de Virginia Giuffre
Vítima de Jeffrey Epstein e André Mountbatten-Windsor

“O príncipe André acaba de ser preso. Este foi o critério que estabeleci para o sucesso da Lei de Transparência dos Arquivos Epstein, que eu e Ro Khanna conseguimos aprovar. Agora precisamos de JUSTIÇA nos Estados Unidos.”

Thomas Massie
Congressista dos EUA

Não são ainda conhecidos os detalhes específicos das alegações de má conduta em cargo público que estão a ser investigadas. No entanto, entre o arquivo divulgado pelos EUA surgiram também documentos que mostram que o antigo príncipe terá partilhado com Jeffrey Epstein relatórios de visitas oficiais a Hong Kong, Vietname e Singapura enquanto exerceu o cargo de enviado especial do Reino Unido para o comércio.

Um e-mail, de novembro de 2010, parece ter sido reencaminhado por Mountbatten-Windsor cinco minutos depois de ter sido enviado pelo seu então conselheiro especial, Amir Patel.

Num outro, de 24 de dezembro

do mesmo ano, terá enviado ao criminoso sexual norte-americano um relatório confidencial sobre as oportunidades de investimento na reconstrução da província de Helmand, no Afeganistão.

O local onde André Mountbatten-Windsor esteve detido foi só conhecido ao final do dia, quando saiu da esquadra de Aylsham, em Norfolk, após quase 12 horas de detenção, recostado no banco de trás de um Range Rover preto como se quisesse evitar as câmaras dos fotógrafos.

Segundo informou a Polícia do Vale do Tamisa, citada pelos media britânicos, o antigo príncipe foi libertado sob investigação após a sua detenção por suspeita

de má conduta em cargo público.

De acordo com o Serviço de Procuradoria da Coroa (CPS na sigla em inglês), a má conduta em cargo público implica uma pena máxima de prisão perpétua, embora as penas também possam ser muito mais curtas, dependendo da gravidade do caso concreto. O site do CPS descreve o delito como “um crime de direito consuetudinário que só pode ser julgado por acusação formal” e “diz respeito ao abuso ou negligência grave e intencional do poder ou das responsabilidades do cargo público ocupado”. Os arguidos acusados deste crime devem ser julgados num Tribunal da Coroa, que apenas se ocupa dos crimes mais graves.

ainda que não usaria o título de Sua Alteza Real em qualquer função oficial. Um mês depois foi selado um acordo extrajudicial entre Mountbatten-Windsor e Giuffre, que afirmou ter sido forçada a ter relações sexuais com o príncipe quando tinha 17 anos.

12 DE OUTUBRO DE 2025
É revelado que André enviou um e-mail a Epstein a 28 de fevereiro de 2011, mais de dois meses depois de ter dito que tinha acabado a amizade.

17 DE OUTUBRO DE 2025 André diz que vai renunciar aos seus tí-

tulos reais, incluindo o de Duque de York.

30 DE OUTUBRO DE 2025
Carlos III destitui o irmão de todos os títulos e honrarias, incluindo o de príncipe, passando a ser conhecido como André Mountbatten-Windsor. E ainda anunciado

que vai mudar-se para a propriedade privada do rei, Sandringham.

19 DE FEVEREIRO É detido no dia do seu 66.º aniversário por suspeita de má conduta em cargo público. O rei volta a manifestar total apoio e cooperação às autoridades.

Montenegro só admite “pequenos défices” nas tempestades

PARLAMENTO Primeiro-ministro respondeu à oposição com a “rapidez e eficácia” do Estado. Mas preferiu falar do “desafio coletivo” PTRR.

TEXTO **LEONARDO RALHA E RUI FRIAS** FOTOS **LEONARDO NEGRÃO**

Foi à terceira tentativa, e ainda sem nome para o Ministério da Administração Interna, que Luís Montenegro enfrentou o debate quinzenal na Assembleia da República. Depois da sucessão de tempestades que não fazia prever qualquer bonança da oposição, o primeiro-ministro assumiu a defesa da resposta do Estado, e em particular do Governo, aos efeitos do mau tempo que provocaram 19 mortes e prejuízos que tornaram necessário o “programa verdadeiramente nacional” PTRR – Portugal, Transformação, Recuperação e Resiliência, que terá as linhas gerais aprovadas ontem, em Conselho de Ministros (*ver análise no caderno Dinheiro Vivo*).

Admitindo que as “finanças públicas equilibradas” possam vir a causar “pequenos défices”, devido a “apoios extraordinários e a um volume de investimento que não

estava previsto”, numa resposta ao líder parlamentar do CDS-PP, Paulo Nuncio, deixando-lhe a garantia de que o desempenho económico dos governos da AD “criou resiliência económica e financeira”, Montenegro também não admitiu mais do que pequenos défices no desempenho do Executivo perante a catástrofe que se abateu sobre várias regiões do país. “O Estado nunca faz tudo de forma perfeita, mas a verdade é que nunca respondeu com tanta rapidez e eficácia perante uma catástrofe”, disse o primeiro-ministro, numa intervenção inicial em que convocou partidos, parceiros sociais, académicos, o Presidente da República em exercício e o Presidente da República eleito a contribuir para definir o que será o PTRR, apresentado como um “desafio coletivo que representa uma responsabilidade partilhada e que coincide com uma nova fase



do ciclo político, num horizonte de três anos e meio sem eleições nacionais”.

Tal apelo, repetido no encerramento do debate, quando Luís Montenegro reiterou que “todos são precisos para reerguer Portugal”, não impediu que os maiores partidos da oposição fizessem chover críticas sobre o Governo. Pelo Chega, André Ventura começou por apontar ao primeiro-ministro “incompetência na gestão do problema”, como se referiu à anterior ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral,

inquirindo se já havia substituído. Montenegro respondeu que irá propor um nome ao Presidente da República na próxima semana, mas a tensão entre os dois aumentou quando o líder do Chega afirmou que “morreram pessoas a reparar telhados porque o Governo foi de extrema incompetência”, levando o primeiro-ministro a dizer-lhe para que “seja pelo menos sério consigo próprio”.

O líder do Chega também se referiu às declarações polémicas do ministro da Economia e Coesão Territorial, Castro Almeida, “que

disse às pessoas para usarem o salário do mês anterior para resolverem os problemas mais urgentes”, criticando ainda as falhas no SI-RESP e o que considerou ser a demora na entrada dos militares no terreno. Montenegro defendeu as Forças Armadas, dizendo que tiveram 48 mil intervenções nas últimas semanas, e o SI-RESP, “que em muitos casos foi a única forma de comunicação que subsistiu e que valeu a populações e autarcas”.

Ao responder a José Luis Carneiro, o primeiro-ministro optou pela

“Governo agiu de forma “rápida. É justo fazer um reconhecimento a um Estado que não falhou.”

Hugo Soares
Líder parlamentar do PSD

“[O primeiro-ministro] continua a procurar fugir às suas responsabilidades. Menos Sportv e mais ação.”

André Ventura
Presidente do Chega

“O Governo chegou tarde e a más horas na prevenção e na resposta à urgência e à emergência que se abateu sobre as populações.”

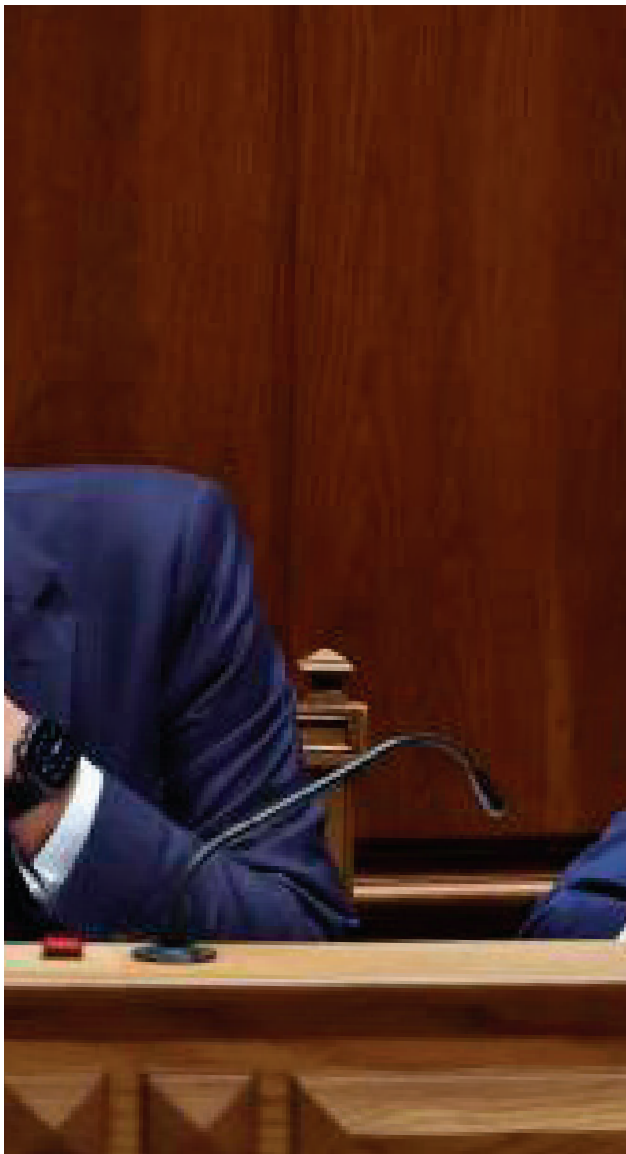
José Luís Carneiro
Secretário-geral do PS

“Crises desta dimensão não se gerem com improviso e nomeações partidárias.”

Mariana Leitão
Presidente da Iniciativa Liberal

“As medidas de recuperação são insuficientes e vão criar situações de injustiças, de rancores e de ressentimentos.”

Rui Tavares
Co-porta-voz do Livre



ironia. “Não posso deixar de dizer que o deputado não disfarça as saudades de ser ministro da Administração Interna. Mas ter saudades não significa ser um bom ministro”, disse Montenegro, ao ouvir o secretário-geral do PS acusá-lo de ter falhado aos “deveres fundamentais que a Lei de Bases de Proteção Civil estabelece e consagra”, referindo-se a demoras na convocatória da Comissão Nacional de Emergência e Proteção Civil ou à falha na ativação do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

Montenegro chocou com Ventura, foi irónico com Carneiro e fez uma revelação a Núncio.

Logo no início da intervenção, Carneiro dissera que “o Governo chegou tarde e a más horas na prevenção e na resposta à urgência e à emergência que se abateu sobre as populações”. Mas deixou a promessa de “não fazer ao

primeiro-ministro de hoje aquilo que no passado ele fez ao primeiro-ministro de então”, chegando a oferecer os votos da bancada do PS para viabilizar um Orçamento Retificativo que acomode apoios extraordinários já



A tensão aumentou quando o líder do Chega afirmou que “morreram pessoas a reparar telhados porque o Governo foi de extrema incompetência”. “Seja sério”, respondeu o primeiro-ministro.

José Luís Carneiro ofereceu os votos dos deputados do PS para viabilizar um Orçamento Retificativo que acomode os apoios extraordinários.

Montenegro fez um alerta sobre o PTRR. “Não pode ser um leilão para dizer que sim a tudo, mas sim um exercício maduro, de responsabilidade e de visão de futuro, para transformarmos o país e sairmos daqui melhores.”

cifrados em 2,5 mil milhões de euros.

A oferta de Carneiro não foi aceite pelo primeiro-ministro, segundo o qual “ainda não encontramos nenhuma justificação para avançar com um Orçamen-

to Retificativo”. Mais tarde, seria a Paulo Núncio, que elogiou quem, “como primeiro-ministro e como ministro da Administração Interna, esteve desde o primeiro momento ao lado das populações afetadas” – e agitou o PS, ao dizer que “não consta que tenha metido férias, como fez o primeiro-ministro António Costa, uma semana depois do incêndio de Pedrógão Grande” –, que o primeiro-ministro viria a admitir os “pequenos défices”.

Ainda houve tempo para a presidente da Iniciativa Liberal, Mariana Leitão, questionar “quanto mais tempo as pessoas vão ter de esperar por água, eletricidades e comunicações”, ouvindo do primeiro-ministro que não se pode comprometer com uma data. E para o co-porta-voz do Livre, Rui Tavares, recordar que “as boas práticas dizem que o chefe do Governo deve dirigir-se ao país num máximo de até seis horas após o pico da catástrofe”. Já depois de o secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, ter desafiado o primeiro-ministro a garantir o pagamento a 100% dos trabalhadores em *lay-off* devido aos efeitos das tempestades e inundações, e de o deputado único bloquista Fabian Figueiredo criticar a “falta de empatia e de justiça social” do Executivo, enquanto a porta-voz do PAN, Inês de Sousa Real, ouvia que “o Governo não subestima as alterações climáticas”, foi a vez de o líder parlamentar social-democrata, Hugo Soares, lançar ataques à “chuva falsa em vídeos de TikTok” de André Ventura e questionar o desempenho de José Luís Carneiro no Ministério da Administração Interna.

No final, Montenegro deixou um alerta sobre o PTRR. “Não pode ser um leilão para dizer que sim a tudo, mas sim um exercício maduro, de responsabilidade e de visão de futuro, para transformarmos o país e sairmos daqui melhores.”

“Vai continuar a entregar milhares e milhões de euros para banca, energia, grandes grupos económicos, loucura da guerra?”

Paulo Raimundo
Secretário-geral do PCP

“[Desempenho da economia] criou resiliência financeira para estarmos em condições de ter apoios extraordinários.”

Paulo Núncio
Líder parlamentar do CDS-PP

“O Governo garantiu aos trabalhadores que fossem para lay-off que não iam ter perda salarial. Veio a lei, revelou-se a mentira.”

Fabian Figueiredo
Deputado do Bloco de Esquerda

“Está disponível para ponderar e ajudar estas famílias [com dívidas ao Fisco] também, ao invés de aplicar um critério absolutamente cego?”

Inês de Sousa Real
Porta-voz do PAN

“Estas tempestades convocam o Governo, este Parlamento e a sociedade a refletir sobre as enormes fragilidades que tornaram evidentes.”

Filipe Sousa
Deputado do JPP

Caravana jovem de Seguro movida a combustível de várias ideologias políticas

APOIO O DN conta-lhe a história dos sociais-democratas, filiados no Livre e no CDS-PP que durante a campanha andaram ao lado da Juventude Socialista para galvanizar António José Seguro. “Pode ser uma nova visão de política”, perspetiva o centrista Salvador Vargues.

TEXTO **FREDERICO BÁRTOLO**

Na corrida presidencial muito se falou em dar resposta aos jovens. João Cotrim de Figueiredo e António José Seguro capitalizaram, sob o signo da esperança, do direito a sonhar, a principal fatia do eleitorado mais novo. Uma mudança, possivelmente, face a outros tempos, em que a esquerda cativava mais ambições de transformação. Agora, a prosperidade económica, o crescimento individual e algum sentido de estabilidade pautam o discurso de quem andou na campanha presidencial. A mobilização, efetiva, em torno de Seguro foi crescendo no pré-campanha eleitoral, angariando mais pessoas em dezembro, após os debates, quer a partir de faculdades, quer a partir de empresas, e nem sempre via partidária. Esse foi um contrapeso importante à dinâmica que Gouveia e Melo e Marques Mendes, por exemplo, nunca conseguiram acumular junto da juventude.

Nas várias ações de campanha do agora Presidente da República eleito, que o DN acompanhou, foi sempre possível ver uma a duas dezenas de jovens, vestidos a rigor, munidos de megafones, cartazes, alguns adereços publicitários e, acima de tudo, da voz, para poderem marcar a compasso as arruadas e as iniciativas mais preenchidas de população. Acabava uma

ação, entravam na carrinha género furgão, de porta de correr, para acelerarem para outra.

“Não consigo responder com grande certeza sobre quantos éramos, porque alguns estavam 100% no terreno, apanhávamos sempre frio e chuva, enquanto outros estavam em certos locais mais perto de casa. Fixos na caravana, diria que éramos nove – fizemos o país todo”, afirma Salvador Vargues ao DN, ainda de voz rouca nas Caldas da Rainha, pouco depois de perceber que as projeções davam Seguro como Presidente da República.

“Foi uma candidatura suprapartidária. Tivemos pessoas do PSD, do CDS, do Livre, da IL e de outros quadrantes políticos. Isso ajuda muito, foi o passar das palavras aos atos”, descreve Salvador Vargues, membro da Juventude Popular e apoiante de Seguro.

“Tínhamos jovens locais de diferentes estruturas, que vinham ter connosco vendo a agenda, muitos deles não tinham partido”, recorda. Vargues era um dos ‘apóstolos’, sempre na carrinha, para todo o lado. “Sou estudante, de outra forma não teria sido possível”, vinca, explicando a dedicação exclusiva à campanha durante os últimos dois meses, de verdadeiro périplo pelo país.

Com 20 anos frequenta o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa. É vice-presidente do Núcleo de Comissão Política e foi aluno de Seguro. “Tenho de vos dizer que foi uma das maiores honras da minha vida, ter o António como professor. Nas aulas dava uma visão do país muito semelhante àquela que trouxe aqui, também, para a candidatura à Presidência da República. Pedia rigor, era muito rigoroso, pedia investigação e que provássemos com dados estatísticos tudo o que queríamos dizer. Essa dedicação, essa exigência marcou-me”, explica.

E não é de somenos a afirmação. Salvador é vogal da Comissão Política Nacional da Juventude Popular. “A minha posição não vincula a posição da instituição, até porque a instituição teve uma postura muito coerente de não apoiar nenhum candidato a estas eleições”, destaca o centrista, elogiando que o CDS “respeitou a decisão” e que



A mobilização em torno da campanha de António José Seguro foi aumentando a partir de dezembro, após a realização dos debates.

GERARDO SANTOS

“isso mostra uma nova visão de política, uma visão em que as pessoas estão numa casa, num partido, mas, acima de tudo, respeitam-se umas às outras.”

Aos 20 anos tomou uma decisão individual de mostrar apoio a um candidato socialista, apesar das críticas dos deputados do CDS. Paulo Nuncio chegou a dizer que “o inimigo natural” do partido era o socialismo.

Paulo Lopes Silva, deputado do PS pelo Círculo Eleitoral de Braga, foi o diretor de campanha e entregou a André Abraão, de Vila Real, que trabalha na secretaria-geral do Governo como jurista, a missão de organizar os jovens pelo país. O socialista teve a ajuda da líder da JS e deputada Sofia Pereira, esta na capital, e dos mandatários para a juventude, Rita Saias, que

era consultora de Marcelo Rebelo de Sousa, e Renato Daniel, antigo presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC).

Empreendedores e líderes, todos muitos associados pela visão de país mais do que pela cor partidária. A Juventude Socialista depositou vozes e esperança na multidão, mas nunca foi dominante. Tal como o próprio ‘PS graúdo’, que apoiou via federações, mas sem ter os principais líderes no terreno ao lado de Seguro.

“Esta candidatura foi uma candidatura suprapartidária. Tivemos pessoas do PSD, do CDS, do Livre, da IL e de outros quadrantes políticos. Isso ajuda muito, foi o passar das palavras aos atos”, elabora Salvador Vargues, que concorda que a presença de André Ventura teve o condão de



A prosperidade económica, o crescimento individual e algum sentido de estabilidade pautaram o discurso de quem andou na campanha presidencial. E a mensagem encontrou eco nos eleitores mais jovens.

unir a oposição em certos momentos. “André Ventura pertence a um tipo de direita que não é a minha, coloco-me na direita humanista, pluralista, onde o Estado tem um papel de apoio, mas sem esquecer o crescimento, o desenvolvimento da sociedade e dos negócios”, explana, rápido a identificar o que Seguro transmitiu à faixa mais jovem: “Significou estabilidade, mudar o que está mal, sem revoluções. Falou muito de emprego, de inovação, de dar condições a todos e aos jovens também. Há alguma esperança.”

Sem penalizar a decisão do CDS de não apoiar qualquer candidato, Vargues diz até que “os resultados estão à vista” e que “Luís Montenegro, como primeiro-ministro, está a fazer um bom trabalho.” O paradoxo, possível, de defender um

primeiro-ministro criticado pelo partido de origem do candidato presidencial que apoia. E uma campanha que, também por isso, ficará para a História. A agregação em torno de Seguro transcendeu, efetivamente, barreiras partidárias e a sua colocação ao centro é identificada pela população.

Depois de festejar efusivamente a vitória de um projeto em que esteve diariamente envolvido, após saltar abraçado a socialistas, outros centristas, liberais ou filiados no Livre, Vargues acredita que o caminho na política passará por essa congregação: “Vimos o país, trocámos ideias, temos a nossa forma de pensar. Este respeito, e a perceção de que é possível sermos mobilizadores e agregadores, pode ser uma nova configuração para fazer política.”

Mário Centeno é o destaque do Conselho Estratégico Socialista de amanhã

REUNIÃO Carneiro disse, em julho, que iria “receber de braços abertos” o ex-ministro das Finanças.

TEXTO **FREDERICO BÁRTOLO**

Mário Centeno é, amanhã, figura notável no encontro do Conselho Estratégico do PS. Desta feita, a reunião, que será feita no Porto, das 15h00 às 17h30, tem como foco principal o desenvolvimento económico do país, primando pelo nome: “Que política industrial para Portugal?” Pelo que foi possível saber, Mário Centeno, antigo governador do Banco de Portugal, é um dos oradores principais e terá a seu cabo uma intervenção inicial focada nas contas públicas e macroeconomia. Centeno, recorde-se, era apontado como um possível candidato à liderança do PS após sair do Banco de Portugal. Dois meses antes, sensivelmente, tomou posse José Luís Carneiro, portanto não deixa de ter de ser analisado este encontro entre o secretário-geral e Centeno.

Em julho, a dois meses de Centeno acabar funções no Banco de Portugal, Carneiro garantira que “o partido iria recebê-lo de braços abertos”, garantiu que não via no antigo ministro das Finanças de 2015 a 2020 uma “ameaça” e até criticou, publicamente, a decisão do Governo de não reconduzir o antigo ministro das Finanças no cargo, até pela experiência anterior a liderar

o Eurogrupo. Recentemente, Centeno ficou fora da corrida à vice-presidência do Banco Central Europeu, o que fez com que entre os socialistas haja quem considere que o Governo não se empenhou o suficiente no apoio a esta candidatura.

No Conselho Estratégico do PS estará ainda como orador António Cunha, da Universidade do Minho e antigo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, outra presença notada porque liderou a CCDR, mas foi preterido pelo PS que, ao lado do PSD, apoiaram o vencedor Álvaro Santos.

Naturalmente, em foco estarão também a economia regional, os fundos de coesão territorial e apoios a pequenas e médias empresas, todos parâmetros a que José Luís Carneiro tem dado ênfase.

O secretário-geral do PS começou ontem uma volta pelo país para se encontrar com militantes, depois de ter formalizado a recandidatura à liderança do partido (vai a jogo em março, ainda sem oposição visível). Hoje estará no Porto e no dia 21, antes do Conselho Estratégico, irá à terra natal, eei Baião. Carneiro passa o domingo em Bragança e a segunda-feira em Vila Real.



Centeno chegou a ser apontado como candidato a liderar o PS.

LEONARDO NEGRÃO

Ana Abrunhosa

“As pessoas confiaram e essa é a minha maior alegria”

COIMBRA Foi guiada pelo pragmatismo e por uma informação que quis exaustiva. Recorda o rebentamento do dique e o corte da A1 como momentos de sangue-frio. Entre elogios à Proteção Civil e ao apoio do Governo, revela o lado pessoal — o orgulho da filha, os abraços na rua e as flores e doces que chegam ao gabinete. A autarca socialista de Coimbra antecipa meses de reparações, mudanças no Mondego e a urgência de apoios rápidos e claros.

TEXTO ALEXANDRA TAVARES-TELES

Ana Abrunhosa admite que a decisão mais pesada dos dias de chumbo foi tomada na noite de 12 de fevereiro, quando decidiu não evacuar a Baixa de Coimbra, apesar do risco de cheia centenária, com a barragem da Aguieira perto do limite.

Recorda o momento do rebentamento do dique e o corte da A1 como um teste à frieza operacional e elogia a articulação da Proteção Civil e o apoio do Governo. Agora, antecipa meses de reparações, promete operar mudanças estruturais no Mondego, uma Coimbra “mais resiliente” e pede regras claras e rápidas de financiamento para responder aos prejuízos.

Em que momento destes dias percebeu: “isto vai ser mesmo grande”?

Passados uns dias da tempestade da Kristin, tivemos uma reunião

com a Agência Portuguesa do Ambiente em que tivemos consciência de que iríamos ter várias tempestades seguidas, o chamado “comboio de tempestades”. Foi uma das reuniões mais importantes que tivemos. E aí, nessa reunião, nós tomámos consciência de que a APA iria ter de fazer descargas controladas na barragem da Aguieira e que essas descargas iriam provocar inundações. **Como viveu essas primeiras horas?**

Não querendo parecer que me falta humildade, normalmente, nestas alturas, tenho poucas dificuldades em tomar decisões. Por isso, a minha preocupação maior era receber informação, o máximo de informação possível, ouvir as opiniões e depois tomar a decisão. Depois de ouvir e estando na posse de dados a decisão surge naturalmente.

Qual foi a mais difícil?

A decisão de não evacuar a baixa

de Coimbra, tomada na noite de quinta-feira passada, dia 12 de fevereiro. A noite mais complicada que vivemos. Tive de fazer um grande esforço para não deixar a preocupação vencer-me. Para não mostrar medo. Em cima da mesa, os dados diziam-nos que havia uma grande probabilidade de termos uma cheia centenária, porque a barragem da Aguieira estava a 99% e continuava a subir muito, nas regiões a montante. Tinha pessoas muito informadas e conhecedoras a dizerem-me que devia evacuar a Baixa. Porém, mesmo sabendo que tínhamos a barragem da Aguieira numa situação limite, achei que ainda tínhamos tempo. Tinha por trás um plano de evacuação que fora preparado com tempo. As pessoas estavam avisadas, tinha feito uma conferência de imprensa. Felizmente, a noite em que ninguém dormiu correu melhor do que o esperado.

Os seus colaboradores apontam-lhe a obsessão pelo planeamento.

Sou um bocadinho obcecada pelo planeamento, mas aqui o planeamento revelou-se importante. A Proteção Civil é uma rede de muitas entidades. Felizmente, cada uma tem o seu papel. E o sucesso depende sempre de uma grande articulação: Proteção Civil municipal, GNR, PSP, os bombeiros — cada um fez o seu papel. **Dormiu quantas horas ao longo da crise? E como é que o corpo aguenta quando a cabeça não pode parar?**

Era impossível dormir tal o grau de preocupação. Houve dias em que não saí do sofá. Sou muito resistente fisicamente, faço treino precisamente para me manter saudável e a adrenalina ajuda. Temos de esquecer-nos de nós e pensar nos que estão a sofrer. Procurar que as nossas decisões sejam as mais adequadas para evi-

tar perdas humanas, para minimizar os danos materiais. Não vi ninguém à minha volta a pensar de outra maneira.

Houve algum instante em que sentiu medo?

Na noite do dia 12 senti medo. Senti medo porque achei que podíamos voltar às cheias centenárias e talvez até com maior gravidade.

Houve, nesta fase, algum dia em que tenha desligado o telemóvel?

Ah, jamais. Não se pode.

Teve tempo para falar com a sua família? O que lhes disse para os sossegar (ou o que eles lhe disseram a si)?

Falei com a minha filha.

Como estava?

Muito orgulhosa. E o resto da família sempre me apoiou.

Teve algum familiar com a casa ou terreno alagados?

Não, não tive, felizmente. A minha preocupação era que ninguém



Ana Abrunhosa, aqui com o Presidente da República eleito António José Seguro, emergiu como uma das figuras mais destacadas na resposta ao mau tempo.



PAULO NOVAIS/LUSA

andasse a fazer viagens desnecessárias. De resto, tive toda a disponibilidade para me dedicar de corpo e alma a este processo.

Consegue delegar?

Sou de delegar e de confiar. E de responsabilizar. Gosto de saber o que é que se passa, é claro, mas é impossível centralizar tudo. É mesmo. Confiar, delegar, ir acompanhando e, se a pessoa tiver de ser substituída, é substituída, como já fiz muitas vezes. Quanto a isso, também não tenho muitas dúvidas do que devo fazer.

O que é que fez questão de não delegar?

A evacuação dos lares. Ainda antes de termos determinado a evacuação das pessoas, já tinha decidido que os lares seriam evacuados, na medida em que na visita a um deles apercebi-me de que a água estava demasiado próxima. É um daqueles casos em que não deixo a decisão para ninguém. Mais: gosto de controlar o contac-

to com os presidentes de junta, com o Governo; não abdicar de estar nas reuniões da Proteção Civil, porque é muito importante que todos tenhamos um enquadramento da situação geral. Quero estar sempre atualizada.

Destes dias, qual foi a imagem que retém?

A de um frigorífico no rio Mondego. Uma imagem que me confrontou com a força daquelas águas. Outra imagem: a do momento em que recebemos a notícia do rebentamento do dique, que levaria ao posterior colapso da A1. Estávamos nas instalações do comando sub-regional, várias entidades, o secretário de Estado da Proteção Civil, a ministra do Ambiente, incedível, quando a notícia chega.

Como reagiu?

Cabeça muito fria. Percebemos que tínhamos tomado decisões boas porque ao provocarmos inundações controladas evitamos que, ao ceder, o dique gerasse um efeito de bomba. Ou seja: a água que havia de fora do dique era quase da mesma altura da água contida pelo dique, evitando a energia de uma enxurrada. No entanto, a nossa preocupação maior foi diretamente à A1. Logo ali ficou decidido que a autoestrada deveria ser cortada. Contactou-se de imediato a Brisa e o ministro Pinto Luz, que, devo dizer, é um homem de ação. Como se diz por aqui, é “uma máquina”. Uma hora depois a A1 estava fechada e não é fácil fechar uma autoestrada.

Houve algum momento em que teve de esconder a emoção para continuar a decidir?

Aprendemos isso: a “engolir” a emoção.

É da natureza ou treino?

É treino. Isso é treino.

Sentiu culpa por não conseguir chegar a toda a gente ao mesmo tempo?

Também aprendemos a gerir isso. Sabemos que não conseguimos fazer tudo, por isso estabelecemos prioridades. E prioritário foi proteger a vida das pessoas. E, depois, os bens. Mesmo que isso causasse muitos incómodos, mesmo que as pessoas tivessem de deixar as casas, mesmo recorrendo ao processo muito delicado que é evacuar um lar. E nós evacuámos três. Ter saído do gabinete para o terreno foi uma grande ajuda na tomada de decisões. Todos os dias, o comandante dos Bombeiros Sapadores e eu íamos ver o terreno. Muda muito.

É completamente diferente de estarmos num gabinete a ver fotografias. Falar com as pessoas torna a nossa decisão ainda mais informada e, portanto, ainda mais determinada.

Quando começou a ouvir elogios, qual foi a sua reação íntima?

Senti o peso da nossa responsabilidade. Fazemos o melhor que sabemos, fazemos a nossa obrigação. Somos todos diferentes, enquanto autarcas comunicamos de maneiras diferentes. No meu caso, tinha alguma experiência nessas áreas, mas os elogios apenas nos dão responsabilidade.

O que lhe disse Marcelo Rebelo de Sousa?

Andámos pelas ruas, viu que as pessoas me cumprimentam. E teve a noção de que trabalhámos em grupo, de forma muito articulada. Foi muito elogioso.

Lembrou-se do raspanete que o Presidente lhe deu quando era ministra, a propósito do PRR?

Nunca valorizei esse episódio. Da minha parte, não fiquei nada melindrada, nem sensibilizada, e as nossas relações mantiveram-se como até aí: muito cordiais, amigáveis.

O que estavam, na verdade, a elogiar: a sua presença, a rapidez, a forma de falar, a disponibilidade?

A informação. Creio que as pessoas gostaram de saber, a cada momento, a verdade. Que o que se passava lhes fosse explicado em linguagem simples. Gostaram de saber as razões desta ou daquela decisão. Gostaram de saber o risco que enfrentávamos. E, portanto, creio que perceberam as medidas e confiaram.

As pessoas precisam, nestas alturas, de sentir que há alguém a segurá-las?

Que alguém sabe o que está a fazer. Creio que as pessoas reconheceram isso. As pessoas confiaram e essa é a minha maior alegria. Uma alegria que também tem uma enorme carga de pressão e responsabilidade. Sentimos uma responsabilidade esmagadora. Também creio na importância da proximidade e da serenidade. E de as pessoas verem os meios no terreno. Tínhamos meios: tínhamos os carros dos bombeiros, tínhamos os botes, tínhamos o Exército, tínhamos os fuzileiros. E eles mostravam-se, andavam no território para que as pessoas sentissem a presença da ajuda.

O que contrasta com outras realidades. Leiria não parece ter sido assim. O facto de ter sido minis-

“A decisão de não evacuar a baixa de Coimbra, tomada na noite de quinta-feira passada, dia 12 de fevereiro. [Foi] A noite mais complicada que vivemos. Tive de fazer um grande esforço para não deixar a preocupação vencer-me. Para não mostrar medo”

“Tenho a certeza absoluta de que o Governo estará à altura dos nossos problemas. Não tenho a menor dúvida disso, porque vi preocupação e vontade genuínas.”

tra dá-lhe uma compreensão maior nestes casos?

Poderá ter ajudado. Eu sei os poderes que o presidente tem quando decreta o estado de emergência municipal. É autónomo. Pode falar diretamente com o Exército. Tenho de confessar: nunca sentimos a falta de meios, porque eles apareceram. Agora, em Leiria, a intensidade da catástrofe é inimaginável. Não há meios que sejam suficientes para aquela intensidade. Portanto, também entendo as palavras de desespero do Presidente da Câmara.

Que traço seu acha que foi decisivo nestes dias: serenidade, teimosia, empatia, pragmatismo?

O meu pragmatismo. Não ter dificuldade em tomar decisões.

Sei que é crente. Rezou?

Rezo e converso com Ele todos os dias. Sim, sim, rezei. Rezei com a cabeça, rezei com as mãos.

Teve algum gesto simples de alguém (um abraço, um “obrigado”, uma crítica) que a tenha abalado ou sustentado?

As pessoas são muito generosas. Recebi abraços de pessoas que não conhecia, as equipas sentiram o carinho da população, davam alimentos, água. Ao meu gabinete chegam flores, doces e isso toca-me muito naturalmente.

Há quem defenda que daria uma excelente ministra da Administração Interna...

Estou onde quero estar, onde escolhi. Não há sítio onde queira estar que não seja este. É fácil amar Coimbra. Apesar de ser uma relação complexa.

Já existe uma estimativa de prejuízos?

Um balanço mais definitivo talvez dentro de um mês. Estamos ainda a avaliar os danos. Sabemos que há cerca de 200 habitações afetadas, muitas infraestruturas públicas, mas ainda não há números rigorosos. Aumentam todos os dias: uma estrada que abate, um muro que colapsa. E estamos já em trabalhos de reparação. Será trabalho para muitos meses. Muito trabalho a recuperar e a tornarmo-nos mais resilientes. O nosso rio: temos de cuidar daquela obra hidráulica. Tem de sofrer grandes alterações. Recuperar, reabilitar e fazer diferente.

Essa será a sua marca de fim de mandato? Tornar Coimbra mais resiliente?

É isso mesmo: uma Coimbra mais amiga do ambiente, uma Coimbra mais resiliente, colocar em prioridade a importância de cuidarmos do Mondego. Queremos um olhar diferente para o espaço público, uma mobilidade sustentável, outra forma de pensar a cidade.

Quando isto abrandar, o que acha que vai sentir primeiro: cansaço, vazio, raiva, tristeza, alívio?

Força. Ainda ontem tive uma reunião de cinco horas. Para além de tudo o mais, temos de cumprir as nossas promessas eleitorais e, portanto, agora é força. Força para requalificar. Para que todas as obras que temos de fazer vão ao encontro do conceito de cidade que prometemos aos conimbricenses. Não é tempo de baixar os braços. Isso não existe.

Para fechar, do que é que mais precisa, como autarca e como pessoa, agora nesta fase?

De regras de financiamento claras e de apoio do Governo. Precisamos de saber com clareza os valores e o que é que vão apoiar. Precisamos de saber rapidamente quais são os apoios: se são a fundo perdido, se são empréstimos.

O pacote de medidas tem aplicabilidade e funciona?

Tenho a certeza absoluta de que o Governo estará à altura dos nossos problemas. Não tenho a menor das dúvidas, porque vi preocupação e vontade genuínas.



Ventura lembrou aumento da representação autárquica do Chega.

“Quando um partido se torna muito grande surgem questões a nível local que nem sempre vão de encontro àquilo que pretendemos. (...) Os autarcas do Chega devem trazer soluções e devem ser absolutamente intransigentes com os seus valores”.

André Ventura
Presidente do Chega

Ventura tenta minimizar saída de sete vereadores em quatro meses

CHEGA Eleição de 137 membros de Executivos Municipais nas autárquicas de 2025 deixa partido só atrás do PSD e PS, mas a passagem de vereadores a independentes reforça ideia de que se pode repetir uma debandada. Sobre as saídas, líder do Chega diz que não cede em valores e princípios.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A passagem a independentes dos dois vereadores que o Chega elegeu para a Câmara do Funchal fez subir para sete o número de elementos de Executivos Municipais que deixaram o partido desde as eleições autárquicas de 2025. E, como passaram apenas quatro meses, criou receios nesse partido de que se possa repetir o que sucedeu no ciclo autárquico anterior, quando apenas 10 dos 19 vereadores eleitos em 2021 mantiveram a ligação ao Chega.

Mesmo ficando aquém das expectativas, a 12 de outubro de 2025, o Chega conquistou a presidência de três câmaras muni-

cipais (Albufeira, Entroncamento e São Vicente), bem como outros 134 vereadores. Um número que deixou o partido fundado em 2019 só atrás do PSD e do PS em número de eleitos para os Executivos Municipais – embora PCP (12) e CDS (6) presidam a mais câmaras –, mas que foi enfraquecido pela desfiliação de eleitos que mantiveram o mandato, enquanto independentes, assumiram pelouros e deram maiorias absolutas a autarcas sociais-democratas.

Sendo incerto que tal venha a acontecer como Luís Filipe Santos e Jorge Afonso Freitas, até porque a coligação PSD-CDS já tem maioria absoluta na Câmara

do Funchal, em Lisboa Carlos Moedas passou, pela primeira vez, a ter Executivo maioritário, atribuindo os pelouros da Saúde e Desperdício Alimentar a Ana Simões Silva, que semanas antes deixara o Chega, alegando divergências com o outro vereador do partido, Bruno Mascarenhas. E algo parecido aconteceu agora em Vila Nova de Gaia, onde o social-democrata Luís Filipe Menezes desfez o empate com a oposição do PS ao atribuir os pelouros das Feiras, Mercados, Ambiente e Bem-Estar Animal a António Barbosa, único vereador eleito pelo Chega.

As desfiliações tinham começado dias após as eleições, quan-

do Luís Saraiva se desfiliou e passou a independente, na Câmara de Mirandela, em guerra aberta com a distrital de Bragança. Mais tarde, também Maria Lencastre Portugal, única vereadora do Chega na Câmara de Coimbra, passou a independente, e nos últimos dias Emanuel Vindeirinho, vereador na Marinha Grande, fez o mesmo.

Na sequência destas saídas, e realçando que o Chega “elegeu milhares de autarcas em todo o país”, entre presidentes, vereadores, deputados municipais e membros de juntas de freguesia, André Ventura disse que “quando um partido se torna muito grande surgem questões a nível

local que nem sempre vão de encontro ao que pretendemos”.

“Os autarcas do Chega devem trazer soluções e devem ser absolutamente intransigentes com os seus valores de transparência, de combate à subsidiodependência, de promoção das forças de segurança e bombeiros e de apoio ao tecido empresarial local. Quando as coisas não correm tão bem, o partido tem tido a capacidade de se reorganizar e rejuvenescer no seu tecido autárquico. Não cedemos nos nossos valores e nos nossos princípios”, disse Ventura, argumentando que no PS e PSD “sempre houve desafios deste tipo”.

Fontes do Chega ouvidas pelo DN admitem que poderá haver mais casos, devido a problemas com as estruturas locais e à tentação de receber pelouros com a passagem a independente – neste momento, isso só acontece nas três câmaras do partido e nos casos de Sintra e de Tomar, onde houve acordo com o PSD –, o que implica uma remuneração que os vereadores da oposição não têm.

Para a direção nacional do Chega fica a compensação de que entre os vereadores eleitos em 2025 há muitos deputados, como Pedro Pinto (Faro), Rita Matias (Sintra), Rui Paulo Sousa (Amadora), Bruno Nunes (Loures), Pedro Frazão (Oeiras), Marta Silva (Seixal), Filipe Melo (Vila Verde), Eduardo Teixeira (Viana do Castelo), Bernardo Pessanha (Viseu), Luís Paulo Fernandes (Leiria), Pedro Correia (Santa-rém) ou João Graça (Portimão).

Albuquerque avisa que eleitos do PSD pela Madeira poderão passar a “grupo independente”

PARLAMENTO Líder do Governo Regional saiu em defesa dos deputados sociais-democratas que votaram contra a maioria da bancada no Subsídio de Mobilidade.

Os três deputados do PSD/Madeira na Assembleia da República poderão passar a “grupo independente” se forem sancionados pela Direção Nacional do partido por defenderem os interesses da região, avisou ontem o líder da estrutura regional, Miguel Albuquerque.

“Se os deputados da Madeira começam a ser sancionados por defenderem os interesses da região, nós temos outras opções no quadro parlamentar para podermos tomar”, afirmou, realçando que “o PSD/Madeira não se verga a ninguém e muito menos quando estão em causa os interesses da região”.

Miguel Albuquerque, que falava à margem da inauguração das novas instalações do Instituto de Mobilidade e Transportes da região, no Funchal, aonde se deslocou na qualidade de presidente do Governo Regional (PSD/CDS-PP), reagia à aprovação das propostas de alteração ao Subsídio Social de Mobilidade, na quarta-feira, na Assembleia da República. Os diplomas foram viabilizados com os votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP (partidos que suportam o Governo), com a exceção dos seis deputados sociais-democratas eleitos pelas duas regiões autónomas, que votaram a favor.

Os deputados do PSD Paulo Moniz, Francisco Pimentel e Nuna Menezes, eleitos pelo Círculo dos Açores, e Pedro Coelho, Vânia Jesus e Paulo Neves, eleitos pela Madeira, exerceram o direito de liberdade de voto que tinha sido anunciado previamente pelo líder parlamentar do PSD,

“PSD/Madeira não se verga a ninguém e muito menos quando estão em causa os interesses da região.”



Miguel Albuquerque
Presidente do Governo Regional da Madeira

Hugo Soares, mas não entrevistaram na discussão.

“Se os deputados da Madeira forem sancionados ou voltarem a ser condicionados no uso da palavra em defesa dos interesses da região, nós vamos tomar uma atitude. É isso que tenho apenas para dizer”, afirmou Miguel Albuquerque, avisando que os três eleitos poderão passar a “grupo independente”.

O chefe do Executivo madeirense e líder do PSD regional considerou, por outro lado, que o Governo e a Direção Nacional do partido sofreram uma “pesada derrota no Parlamento Nacional”, com a aprovação dos diplomas para alterar o novo regime do Subsídio de Mobilidade.

Albuquerque classificou também como “lamentável” a discurso da direção da bancada parlamentar do PSD sobre a matéria. “Foi um discurso arrogante, centralista e apatetado, de certa maneira, porque, no fundo, veio atacar de forma acintosa os direitos dos madeirenses e dos açorianos, como se o direito à mobilidade fosse uma dívida da República, ou um favor que estivessem a fazer aos residentes das ilhas”, sustentou. “O Governo foi derrotado e bem derrotado numa questão que quis teimar contra os madeirenses e contra os açorianos. Isto é um disparate, tudo o que se está a passar”, afirmou, reforçando: “Foram tocar num assunto e manter uma posição que é insustentável do ponto de vista constitucional.” **DN/LUSA**



Perguntas Inocentes Pedro Tadeu

Por que não fala o Governo com a CGTP?

A ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho, tem justificado a ausência da CGTP nas chamadas “reuniões de trabalho” que tem convocado com a UGT e com as associações patronais para ver tentar viabilizar nova legislação laboral – cujo conteúdo motivou uma bem-sucedida greve geral, juntando até as duas centrais sindicais rivais – com um alegado facto que declarou à RTP e à Lusa: a CGTP “não quis negociar” e “autoafastou-se” do processo.

A CGTP desmente isso, diz que esse alegado facto é uma falsidade e até avançou com um pacote de propostas que quer ver discutidas, divulgando-as no mesmo dia em que todos percebemos que a ministra nem uma simples agenda de reuniões sabe gerir, ao insistir em manter a convocatória do patronato e da UGT para um encontro numa data que esta central sindical anunciara antecipadamente não poder estar presente.

Tive dificuldade em encontrar uma notícia decente sobre o que, afinal, quer a CGTP que leve a ministra a nem sequer querer falar com estes representantes de uma larga fatia dos trabalhadores portugueses, pelo que fui ao site da central sindical para ver o que lá se dizia.

Fiquei assim a perceber que a CGTP, com quem o Governo não fala, denuncia o agravamento ainda maior da precariedade (que já atinge quase metade da população ativa) e a perda progressiva de direitos dos trabalhadores que as medidas laborais defendidas por Palma Ramalho, se fossem concretizadas, provocariam.

Fiquei a saber que a CGTP,

com quem o Governo não fala, pensa que estas medidas apenas beneficiam o patronato em detrimento do bem-estar social de quem trabalha.

Fiquei a saber que a CGTP, com quem o Governo não fala, enviou para a ministra um conjunto de propostas para a legislação laboral focadas na redução da jornada de trabalho para 35 horas, no aumento do período de férias para 25 dias, na necessidade urgente de combater os baixos salários e de regular novas realidades, como o teletrabalho e o uso de algoritmos na gestão profissional.

Fiquei a saber que a CGTP, com quem o Governo não fala, propõe a revogação do período experimental de 180

dias para jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração em contratos sem termo, defendendo a fixação de um período experimental de 90 dias para a generalidade dos trabalhadores.

Fiquei a saber que a CGTP, com quem o Governo não fala, sugere que a celebração de contratos a termo seja limitada apenas a situações de substituição de trabalhadores temporariamente impedidos ou a situações de acréscimo de atividade.

Fiquei a saber que a CGTP, com quem o Governo não fala, defende a revogação do regime dos contratos de trabalho de muito curta duração, propõe limitar a celebração de contratos de utilização de trabalho temporário e sugere que sejam aplicadas todas as normas legais dos trabalhadores por conta de outrem aos trabalhadores independentes.

Fiquei a saber que a CGTP, com quem o Governo não fala, pede o aumento da indemnização por despedimento para 30 dias de retribuição-base por cada ano de antiguidade, como era antes da *troika* e de Passos Coelho.

Fiquei a saber que uma parte relevante das propostas que a CGTP, com quem o Governo não fala, é coincidente com as da UGT, com quem o Governo não fala.

Fiquei, portanto, a saber, que o governo não fala com a CGTP por preconceito ideológico, porque não respeita a instituição da Concertação Social, porque tem uma visão débil da democracia e porque está a tentar manipular a UGT.

Jornalista

“

Fiquei a saber que uma parte relevante das propostas que a CGTP, com quem o Governo não fala, é coincidente com as da UGT, com quem o Governo fala.”

Violência doméstica. Lei quer proteger vítimas em tribunal, mas é preciso valorizar as palavras

JUSTIÇA A mudança na legislação proposta pelo Governo é bastante técnica, mas, na prática, pode contribuir para resolver um problema verificado nos casos de violência doméstica: recordar as agressões. Mas especialistas alertam que só isso não chega, é preciso mudar mentalidades.

TEXTO **AMANDA LIMA**

O Governo quer reforçar o papel dos depoimentos das vítimas e testemunhas em casos de violência. Essas alterações na legislação vão estar esta sexta-feira em debate no Parlamento, com a presença da ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, que tentará sensibilizar deputados e deputadas para a importância desta mudança, cujo objetivo é “reforçar a eficácia da resposta penal e reduzir o risco de arquivamentos ou absolvições por falta de prova testemunhal”, refere ao DN fonte oficial do ministério.

Em termos práticos, a mudança prevê que a recolha de declarações para memória futura passe a ser a regra em casos de violência doméstica e quando existam vítimas especialmente vulneráveis, como crianças. Mesmo que as vítimas não queiram, por alguma razão, depor em audiência de julgamento, as declarações prestadas num momento anterior (logo após o crime, por exemplo) terão o mesmo valor probatório dos depoimentos feitos em tribunal. “No fundo, a vítima só voltará a depor em tribunal se isso for mesmo indispensável para a descoberta da verdade e desde que não prejudique a sua saúde física ou psicológica, evitando-se assim a revitimização”, destaca o Ministério da Justiça.

Esta proposta surgiu a partir de

um relatório do Conselho Superior da Magistratura (CSM), no qual era identificado este problema. O CSM assinalou que a jurisprudência tem divergido quanto à solução a dar à problemática decorrente da prestação de depoimentos registados em fase anterior à do julgamento. Com a introdução de regras claras no Código de Processo Penal, deixarão de existir estas divergências.

A situação é particularmente relevante nos casos de violência doméstica, envolvendo vítimas mulheres e crianças. “Nos crimes

“A recusa de depoimento e as dúvidas sobre a possibilidade de aproveitar as declarações das vítimas em fase anterior ao julgamento têm constituído uma distorção probatória que compromete a resposta penal a este tipo de crimes”, refere Rita Júdice.

de violência doméstica, de maus-tratos e contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, muitas vezes as testemunhas – que são simultaneamente vítimas e familiares próximos do arguido – prestam depoimento numa fase anterior à do julgamento, mas, quando são chamadas a depor em audiência, recusam-se a fazê-lo (para evitar reviver o crime ou por razões de segurança)”, explica o ministério.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) foi chamada a contribuir com um parecer sobre a lei, documento entregue ontem no Parlamento. Ao DN, Frederico Martins, um dos porta-vozes da entidade, destaca que a APAV vê a proposta de alteração de forma positiva. “A nossa posição é de aplauso, porque introduz algumas alterações que a APAV já vem preconizando há bastante tempo. Alpo e que, efetivamente, constituem melhorias ao nível dos direitos das vítimas”, começa por dizer.

Segundo o responsável, a proposta é “muito positiva a dois níveis”. “Em primeiro lugar, no que respeita à forma como são tomadas as chamadas declarações para memória futura das vítimas de violência doméstica, constitui uma melhoria porque prevê que, caso seja o Ministério Público a requerer a tomada dessas declarações, elas tenham obrigatoriamente



GERARDO SANTOS

mente de ocorrer, não ficando dependentes de decisão judicial”, detalha.

Aponta ainda outro aspeto positivo: a possibilidade de utilização dos depoimentos recolhidos em fases anteriores ao julgamento. “A experiência prática mostra-nos que, muitas vezes, as vítimas estão mais disponíveis para prestar depoimento numa fase mais próxima da ocorrência do crime e, chegando a julgamento, seja por que razão for – e é um direito que têm –, preferem não prestar declarações”, sublinha. O resultado poderá ser “um maior sucesso nas investigações e na atuação penal nos crimes de violência doméstica”.

Este é um dos crimes mais praticados em Portugal. Em 2025, a APAV apoiou 18.549 vítimas, um aumento de 11,5% face ao período homólogo.

A proteção das crianças

Frederico Martins ainda ressalta o aspeto positivo para as crianças vítimas dos crimes. “A lei atual prevê que esta tomada de declarações para memória futura é obrigatória apenas para as crianças vítimas de crimes sexuais. Aquilo que esta proposta vem sugerir é que este regime de obrigatoriedade possa ser estendido às vítimas de maus-tratos e violência doméstica”, destaca. Outra alteração



Rita Alarcão Júdice estará no Parlamento hoje para discutir o tema.

à lei e celebrada pela APAV é que estas vítimas sejam sempre ouvidas por um técnico especializado, com orientação de um juiz.

Apesar de considerar a medida positiva, Frederico Martins defende que o Ministério da Justiça poderia “ir mais além” no que respeita à chamada da vítima para depor em tribunal. “Consideramos que, neste aspeto, se poderia ter ido mais longe. Este é um ponto que a APAV reforça no seu parecer, no sentido de que deveria ficar estabelecido que, se a vítima tiver prestado declarações para memória futura e for chamada a julgamento, só pode ser ouvida sobre aspetos especí-

“Ao permitir aproveitar estas declarações anteriormente prestadas em estado de memória futura, permite porventura um maior sucesso nas investigações e nas atuações dos crimes de violência doméstica”, explica Frederico Martins, da APAV.

ficos que não tenham sido abordados nessas declarações, ou apenas para clarificar algum ponto”, explica.

Esta posição resulta, uma vez mais, da experiência prática da associação no acompanhamento das vítimas. “O que nos diz a experiência é que, mesmo quando as vítimas já prestaram declarações para memória futura, ao chegarem a julgamento acabam por ser novamente ouvidas sobre toda a matéria. Não faz sentido, porque é uma duplicação”, conclui.

Psicologia

Do ponto de vista psicológico, a

“Qual seria a mulher que denuncia um agressor, uma abusadora, e entra nos palcos dos tribunais a ser desacreditada, humilhada, maltratada?”, questiona a psicóloga Daniela Cosme.

recolha deste depoimento logo após o crime é benéfica, explica ao DN a psicóloga Daniela Cosme. “É importante que seja logo após, porque, ao fazer a memória futura meses depois, as provas do depoimento podem perder-se”, analisa, especialista no acompanhamento de casos de violência doméstica e abuso sexual de menores. No toca às crianças, considera que esta importância é ainda mais reforçada. “No caso das crianças, vítimas ou testemunhas de violência contra as mães, se esperamos meses, ou até um ano, pelo julgamento, o depoimento não terá a mesma eficácia”, relata.

No entanto, a psicóloga chama a atenção para um fator muito importante: o depoimento das vítimas precisa de ser valorizado. “É preciso acreditar na palavra das vítimas, porque, tanto nos crimes de violência doméstica como nos de abuso de menores, nem sempre há provas físicas; por vezes, o depoimento é a única prova”, destaca. E, nos tribunais, esta estratégia é bastante utilizada pela defesa dos arguidos, explica a psicóloga.

“O mandatário do agressor vai sempre dizer que a mãe está a instrumentalizar a situação, está a inventar uma falsa denúncia e, muitas vezes – demasiadas vezes –, os tribunais acabam por acolher esta versão da alienação parental, numa tentativa de desvalorizar, desacreditar e humilhar as mães”, sublinha.

Por isso, tanto a psicóloga como o representante da APAV concordam que é preciso acreditar nas vítimas, mas que isso depende sobretudo da jurisprudência e da adoção de boas-práticas, bem como de uma mudança de mentalidades.

Frederico Martins dá um

exemplo. “Em Espanha, já existe muita jurisprudência que nos mostra que, se o depoimento da vítima for descrito com algum detalhe e tiver credibilidade – resultante, nomeadamente, da inexistência de outros elementos probatórios em sentido contrário –, isso permite afastar um pouco uma ideia que está muito enraizada, até socialmente, de que ‘não se vai conseguir fazer prova porque é a palavra de um contra a palavra do outro’”, afirma.

Defende, ainda, uma outra mudança. “É necessário introduzir uma perspetiva de género nas decisões judiciais. Já existem alguns afloramentos no quadro legal, embora ainda relativamente ténues, como, por exemplo, o facto de, num crime sexual, não ser especialmente relevante a vida sexual anterior da vítima”, explica.

Meios

Questionado pelo DN se o Ministério da Justiça terá meios humanos suficientes para pôr em prática estas alterações, o Governo afirma que sim. “Acreditamos que sim. O Ministério da Justiça tem feito – e continuará a fazer – um investimento muito significativo em infraestruturas tecnológicas e em espaços adequados à recolha dos depoimentos das vítimas, sobretudo das crianças. Assinala-se igualmente que o aumento das vagas para os cursos de formação de magistrados, a aposta na formação contínua e a articulação com os técnicos de apoio à vítima têm contribuído para o reforço dos meios humanos necessários”, assinala.

Sobre outras medidas no sentido de prevenir e combater as violências, o gabinete de Rita Júdice elenca as seguintes: “Está em curso a expansão da rede de Gabinetes de Apoio à Vítima. Em 2026 serão instalados os GAV de Santa-rém, de Matosinhos e dos Açores, totalizando 15 Gabinetes. Foi renovado o protocolo celebrado entre a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e os Ministérios da Justiça e outros ministérios, assegurando-se o financiamento para, nomeadamente, potenciar a divulgação de campanhas ou outras iniciativas no domínio da prevenção e combate à violência, nas suas diferentes formas e contextos, e para a execução de estratégias e planos relativos ao acolhimento de vítimas de crime e de violência, nomeadamente de violência doméstica.”

amanda.lima@dn.pt

Ministério quer “soluções urgentes” para resolver listas de espera na cardiologia do Norte

DECISÃO Quatro hospitais escreveram à ministra da Saúde a alertar para a realidade na cirurgia cardíaca e na implantação da válvula aórtica: “Há doentes em risco”, dizem. Ao DN, a tutela diz que não se opõe “à criação de mais um centro cirúrgico”, a “deliberação tem de ser da administração da ULS”. Sobre listas de espera, é preciso “avaliar todas as soluções”.

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO

Diretores dos Serviços de Cardiologia dos hospitais de Santo António, no Porto, de Vila Real, em Trás-os-Montes, de Matosinhos e de Penafiel endereçaram na quarta-feira à noite uma carta à ministra da Saúde, Ana Paula Martins. Nesta, descreviam a realidade que se vive há algum tempo na área da cirurgia cardíaca e da implantação de Válvulas Aórticas (TAVI, *Transcatheter Aortic Valve Implantation*, sigla inglesa). Ou seja, os dois centros de referência que prestam estes cuidados estão sobrecarregados e sem capacidade de resposta, quando “há outros serviços – como o do Santo António que ‘tem infraestruturas e competência técnica para a cirurgia e para TAVI’, e o de Vila Real, nos procedimentos TAVI – que poderiam prestar estes cuidados e ajudar a reduzir as listas de espera e que não o podem fazer”. Isto mesmo é relatado na carta à ministra, a qual – e como referiu ao DN pelo diretor do Serviço de Cardiologia do Santo António, André Luz, na edição de quinta-feira, dia 19 – pretende ser um alerta, pois a realidade “está a colocar em risco os doentes da região Norte”, assumem.

André Luz recordou até que o problema em relação ao Hospital de Santo António tem mais de dez anos, já que a criação de um centro cirúrgico e de TAVI foi aprovada pelo ministro Paulo Macedo no último governo de Passos Coelho e revogada logo a seguir. E “desde essa altura que é o deserto, nada acontece”, comentou. Os restantes

diretores de serviço assumem que subscreveram o alerta “a bem dos doentes”, porque “do ponto de vista clínico é urgente que se tomem decisões”.

O Ministério da Saúde, em resposta a questões do DN, admite que a tutela, através de um despacho assinado pelos dois secretários de Estado, no início de outubro de 2025, já manifestou “a não oposição à criação da referida unidade (cirúrgica, no caso do Hospital Santo António), caso essa unidade viesse a acontecer mediante deliberação do Conselho de Administração.” Acrescentando que, “havendo listas de espera acima do Tempo Máximo Regular Garantido (TMRG), é fundamental que os órgãos competentes, avaliem todas as soluções desde que, naturalmente sustentadas pelas melhores práticas clínicas e suportadas pelos peritos. Tais soluções envolvem sempre a DGS, DE-SNS e o Ministério da Saúde”. Por fim, o ministério diz que “dirigirá aos órgãos já referidos o pedido para que

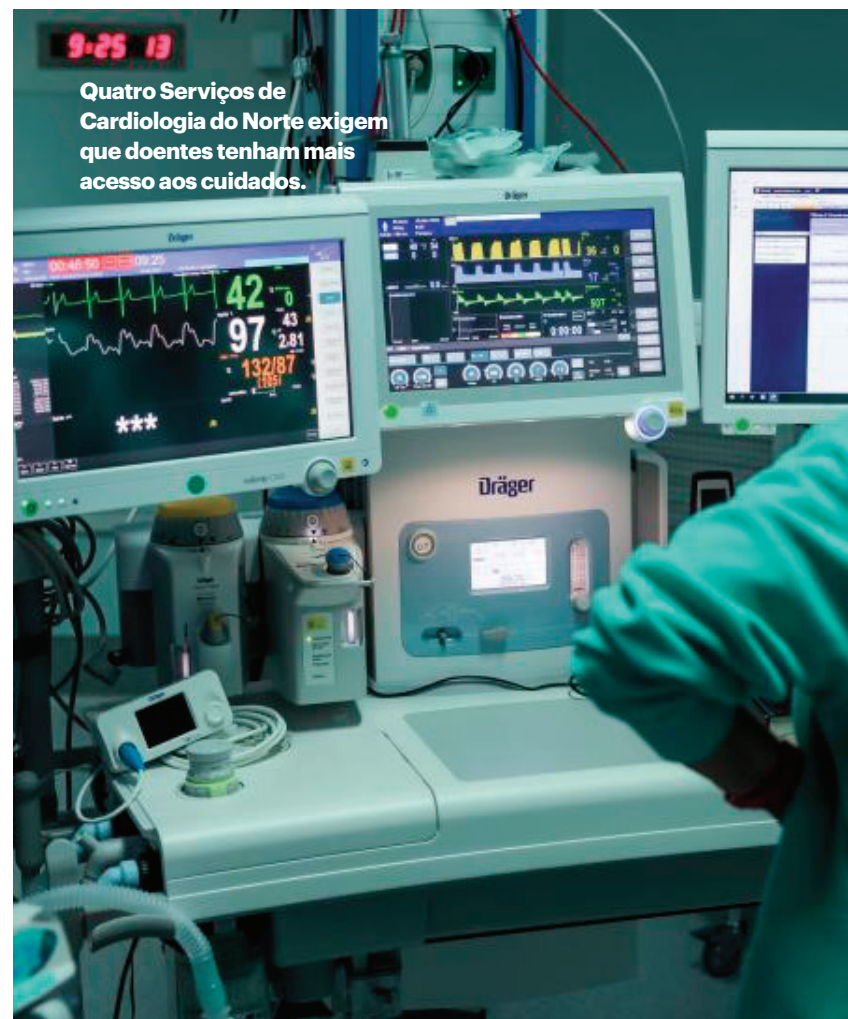
O Ministério da Saúde assume que “dirigirá aos órgãos já referidos (DE e DGS) o pedido para que se apresentem soluções urgentes para estes doentes.”

se apresentem soluções urgentes para estes doentes.”

Como era referido na peça de dia 19, o médico André Luz relatava haver “doentes que esperam meses, cerca de 40% dos doentes que referenciamos para Vila Nova Gaia são intervencionados fora do tempo regulamentar, tivemos um que esperou 11 meses por uma intervenção, outros que acabam por ficar com mais comorbilidades e outros que acabam por ter consequências fatais enquanto esperam. A verdade é esta” – todos os anos estes quatro hospitais encaminham em média entre 500 a 600 doentes para cirurgia e para TAVI para os centros de referência dos hospitais de Gaia e de São João.

Para Cristina Gavina, diretora do Serviço de Cardiologia, do Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos, esta carta de alerta faz sentido por estarmos “a falar de listas de espera que incluem pessoas com uma clara indicação para intervenção e que podem esperar um ano, o que é inadmissível, porque a cada mês aumenta o risco de haver uma complicação. E temos tido, efetivamente e infelizmente, casos de pessoas que morrem enquanto estão em lista de espera. Se tivéssemos a oportunidade de ter um tratamento mais atempado, provavelmente teríamos outros resultados”, afirma ao DN.

José Ilídio, diretor do Serviço de Cardiologia do Hospital de Vila Real, em Trás-os-Montes, diz também considerar ser urgente que “alguém de consensos olhe para esta questão e que saia de fora dos lobbies que estão naturalmente



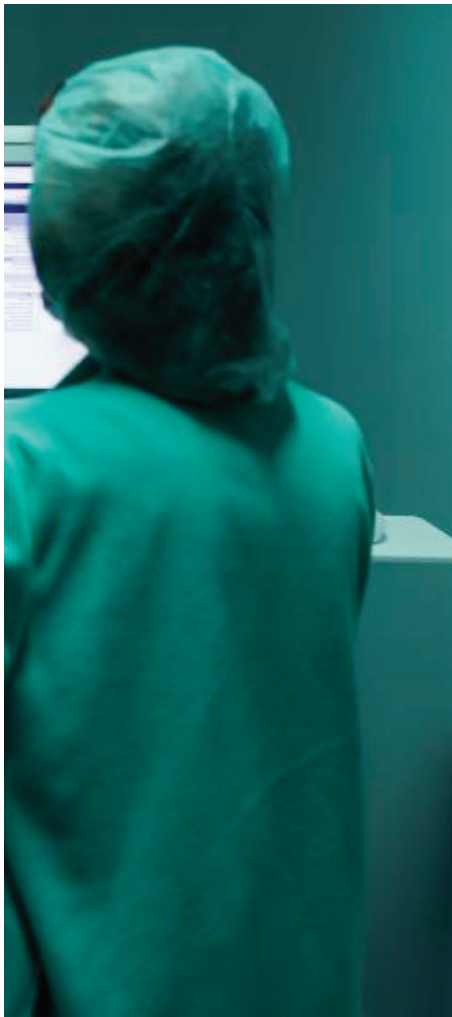
sempre ligados a diversos panoramas e a diversas situações, e que, de forma desinteressada, olhe para o mapa do país e veja que há, realmente, uma zona do interior, com mais de 400 mil pessoas, provavelmente é a maior do país, que precisa de um centro para implantação de TAVI, de forma urgente e que o nosso hospital tem um serviço com condições (já com laboratório de hemodinâmica) e com experiência para o fazer”. Do lado do Hospital Padre Américo, Penafiel, a diretora do Serviço de Cardiologia, Aurora Andrade, assume ter subscrito a carta por haver “uma necessidade urgente de colocar este tema na ordem do dia”. Aliás, o próprio Conselho de Administração da ULSTâmega e Sousa, em comunicado enviado ao DN, admite que “a ULSTS não dispõe de cirurgia cardiorádica e o seu Serviço de Cardiologia não tem no horizonte a pretensão de se constituir como centro de implantação de válvulas aórticas percutâneas”, mas que a “subscrição da carta enquadrar-se numa reflexão mais ampla sobre a capacidade global da rede nesta área altamente diferenciada”. Segundo é referido, “o Serviço de Cardiologia da ULSTS entende que, sempre que estejam reunidos os critérios técnicos e de

qualidade exigidos pelas entidades competentes, o eventual reforço da capacidade instalada poderá contribuir para otimizar a resposta assistencial aos doentes na região. A posição da ULSTS centra-se exclusivamente na garantia de continuidade de cuidados e no acesso seguro e adequado dos seus utentes às intervenções necessárias.”

ODN questionou ainda o CA da Unidade Local de Saúde de Santo António, no Porto, já que a carta de alerta foi promovida pelo seu serviço, pois o próprio hospital aspira há muitos anos a criação de um centro cirúrgico, mas não obteve qualquer resposta.

“Não é admissível que o Norte não tenha o mesmo acesso aos cuidados que o Sul”

Cristina Gavina, de Matosinhos, explica que a solução que defendem para os doentes da região Norte já é praticada no Sul e com “bons resultados” – ou seja, tanto o Hospital de Évora como o de Almada têm serviços onde é feita a implantação da válvula aórtica – e “não é admissível que esta resposta não seja igual para todo o país”. A cardiologista reconhece que o serviço que dirige, e dos que subscreveram a carta enviada à ministra da Saúde, “é aquele que é menos diferenciado, esta-



mos na base da pirâmide, porque não temos laboratório de hemodinâmica”, mas se “subscrevi esta carta – posição que dei conta à direção clínica – e independentemente da luta do Santo António para conseguir um centro de cirurgia cardíaca, é porque nos alinhamos indiscutivelmente na luta pelo interesse no acesso do doente a todos os cuidados”.

A médica refere que o seu serviço, que tem uma área de influência de 330 mil pessoas, juntando as da Póvoa do Varzim e de Vila de Conde, está a drenar os seus doentes para o Hospital de São João, que “está extremamente sobrecarregado na capacidade de resposta e com limitações, inclusivamente financeiras”, alerta. Por exemplo, “posso dizer-lhe que o HSJ – cujos colegas fazem um excelente trabalho e com quem temos uma ótima relação –, no caso das TAVI, têm imensas limitações financeiras pelo número de dispositivos que lhe são permitidos implantar a cada ano. E isto faz com que as listas de espera vão aumentando sucessivamente.” Ou seja, reforça Cristina Gavina, “o que nos preocupa neste momento é não haver a capacidade efetiva de drenagem dos doentes. Chegamos a ter doentes internados mais de um mês no hospital a aguardar uma ci-

rurgia cardíaca. É inadmissível”, acrescentando: “O grande problema é que os hospitais que neste momento têm autorização, digamos assim, para realizar estes procedimentos têm realmente com muitos constrangimentos”. Ao DN, a médica especifica ainda que “a decisão sobre se deve haver mais centros cirúrgicos ou se se deve otimizar os centros que já existem, é política. Mas a questão que levantamos agora é a de haver mais resposta para os doentes do norte. Isto é o que nos preocupa. É uma questão clínica, que tem de ser resolvida”.

José Ilídio, diretor do Serviço de Cardiologia do Hospital de Vila Real, defende o mesmo. “O problema tem de ter uma resposta rápida”, disse ao DN, explicando que a tomada de posição através de uma carta de alerta, nada tem a ver “com os serviços de cirurgia cardíaca do Porto estarem a trabalhar mal, não. São serviços excelentes. No caso de Vila Real, os doentes são drenados para o Hospital São João que nos dá o apoio possível. Mas é um apoio com limitações, porque o número de doentes com necessidade destes tratamentos tem aumentado, devido ao aumento da esperança de vida aumenta, e a capacidade de resposta nos cuidados não aumentou na mesma proporção”. O médico refere que o seu serviço drena para cirurgia e TAVI mais de uma centena de doentes por ano, quando “no que diz respeito à implantação de válvulas aórticas, a patologia mais frequente na população idosa, temos capacidade para tratar estes doentes e em tempo adequado, o o que não é o caso dos doentes referenciados para o Porto”, reforçando: “O serviço em termos de prática tem números que nos permitem trabalhar com segurança e manter técnicas da melhor qualidade possível”. Para Vila Real, ou para a região de Trás-os-Montes e Douro, um centro de implantação valvular faria toda a diferença, porque “estamos a falar de uma região do interior, com mais de 400 mil pessoas, sobretudo idosa, que já tem dificuldade em chegar ao nosso hospital quanto mais aos do Porto”.

Os médicos dos quatro hospitais esperam agora que “alguém nos chame para que possa ser discutido com quem está no terreno soluções eficazes que garantam aos doentes a capacidade de resposta, que não existe. Isto é o mais importante no momento”, alerta Cristina Gavina.



O voo da liberdade António Capinha

Calamidades. Com remendos não se enfrenta o futuro!

Quem passa a vida com Salazar na boca deveria pensar duas vezes.

Na noite de 25 para 26 de novembro de 1967 choveu, copiosamente, na zona da Grande Lisboa, provocando cheias nas regiões de Loures, Odivelas, Alenquer e arredores.

Estávamos, então, em pleno regime salazarista e não existia qualquer estrutura, minimamente, preparada para enfrentar a calamidade que se abateu sobre Lisboa e arredores.

Eu era nessa época aluno do Liceu Gil Vicente e por iniciativa das respectivas associações académicas fomos, eu e outros alunos do liceu, enviados para, voluntariamente, ajudarmos no possível. Eu e colegas da minha turma fomos destacados para a zona de Loures e Póvoa de Santo Adrião. Aí constatámos a existência de inúmeras caves inundadas com água e lama e onde jaziam corpos de portugueses que habitavam essas mesmas caves.

As cheias de 1967 provocaram, oficialmente, 462 vítimas. Mas, naturalmente, que o regime salazarista fez o que sempre fazia nestas e noutras situações. Uma censura de ferro que escondeu a verdadeira dimensão da tragédia das cheias de 1967. Na realidade o número de vítimas apontava para um intervalo de 700 a 1000 portugueses que pereceram nesta calamidade.

Felizmente, depois de 1967 aconteceu o 25 de Abril de 1974 e a inserção na União Europeia, e o país é outro. Não estamos ainda preparados para os desafios que as alterações climáticas nos colocam, mas estamos, sem sombra de dúvida, dotados de mais e melhores instrumentos para enfrentarmos os desafios da nature-

za. Basta comparar. Nas cheias de 1967 morreram de 700 a 1000 pessoas (números não-oficiais) e nas cheias actuais morreram 15 pessoas. Só não vê a diferença quem não quer!

É um facto que o Governo de Montenegro acordou tarde para este “comboio” de tempestades que nos assolou. Depois, finalmente, quando percebeu a dimensão da tragédia “colocou a carne toda no assador”.

Apesar do importante papel que as Forças Armadas e os bombeiros desempenharam e estão, ainda, a ter na ajuda às populações, nota-se que o Governo não dispõe de uma solução global para calamidades deste tipo, que serão cada vez mais habituais no futuro.

Montenegro e o seu Governo têm de encontrar soluções estruturais, instituições bem preparadas e articuladas no sentido de uma resposta rápida e eficaz a fenómenos deste tipo, sejam cheias, sismos ou incêndios. E para qualquer dos casos os remendos não vão servir mais.

A estimativa de prejuízos que o Executivo fez para as regiões atingidas, empresas e famílias, pode ser, francamente, insuficiente. Se olharmos para

o representa no todo nacional o PIB da região Centro, facilmente, constatamos que ajudas disponibilizadas podem não cobrir, minimamente, os prejuízos das famílias, empresas e agricultura. Se tomarmos como referência os números conhecidos de 2024, o PIB da região Centro representa 13,71% (39,35 mil milhões de euros) do valor total do PIB nacional (289,4 mil milhões de euros).

Ora o envelope financeiro anunciado em Conselho de Ministros é de 2,5 mil milhões, que inclui linhas de crédito, instrumentos fiscais, apoios à habitação e transferência de fundos para infraestruturas. Na totalidade as ajudas do Governo a empresas e famílias não deverá exceder os quatro mil milhões de euros. Veremos se chegará!

Este calamidade justificaria um instrumento financeiro mais dimensionado, nomeadamente, a emissão de um empréstimo obrigacionista interno, feito pela população portuguesa, a juros generosos (4-5%), num valor confortável que possibilitasse ajudas efetivas a famílias e empresas, reconstruindo assim o vasto tecido empresarial da região centro e ajudando as famílias na reconstrução das suas habitações. Um empréstimo público que seria nacional e não internacional. Como fazem os italianos.

Futuramente a opção do Governo deverá passar por reformas estruturais que preparem o país para o futuro. Remendos não são, seguramente, uma boa solução para Portugal enfrentar as adversidades das cheias, incêndios ou sismos que, mais tarde ou mais cedo, nos baterão à porta.

“

Na totalidade as ajudas do Governo a empresas e famílias não deverá exceder os quatro mil milhões de euros. Veremos se chegará!”

Imigrantes representam 17,6% dos contribuintes da Segurança Social

DADOS A Segurança Social vai lançar um *dashborad*, com atualização mensal, dos valores pagos pelos trabalhadores imigrantes, bem como o valor das prestações que recebem. Site estará disponível ao público. Secretária de Estado da Segurança Social, Filipa Lima, defende a “transparência” das informações e concorda que poderá combater *fake news*.

TEXTO AMANDA LIMA

Os trabalhadores estrangeiros representam atualmente 17,6% dos contribuintes da Segurança Social, quando há dez anos representavam 4,5% do total. Mais de 840 mil profissionais imigrantes contribuíram em dezembro de 2025, o que corresponde a um aumento de 5,4 vezes face ao mesmo mês de 2015. Ainda no ano passado, o total das contribuições passou dos 4,1 milhões de euros, enquanto há uma década era 491 milhões de euros. O aumento foi de 8,5 vezes.

Os dados foram revelados ontem pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, durante a apresentação de um novo *dashboard*, que será atualizado mensalmente com informação sobre contribuições

e prestações sociais pagas a imigrantes. Segundo Filipa Lima, secretária de Estado da Segurança Social, estes dados poderão ajudar a combater discursos falsos sobre o tema. “As estatísticas públicas e os dados estatísticos públicos, quando divulgados de forma isenta, imparcial e sem discriminação relativamente aos seus destinatários, contribuem sempre para elevar a literacia de todos aqueles que têm interesse em utilizar essa informação de forma correta e esclarecida”, afirmou ao DN no *briefing* de apresentação da nova plataforma.

Uma das *fake news* mais difundidas é a de que os imigrantes contribuem menos do que aquilo que recebem em apoios sociais. Segundo os mesmos dados, existiam 213 mil beneficiários de prestações sociais em

840 mil

Trabalhadores É o número de profissionais estrangeiros com contribuições pagas à Segurança Social em dezembro de 2025.

4,1 milhões

Contribuições É o valor pago por profissionais imigrantes ao longo do ano de 2025. Estão excluídos os que obtiveram nacionalidade portuguesa.

dezembro do ano passado, um número 3,5 vezes superior ao registado em dezembro de 2015, quando o total era de 61 mil. Entre estes beneficiários, Brasil, Angola e Cabo Verde ocupam o top três das nacionalidades que mais recorrem a prestações sociais. Excluindo a nacionalidade brasileira, verifica-se uma diferença no *ranking* das nacionalidades que mais contribuem: a Índia surge em segundo lugar, com 58 mil trabalhadores registados, seguida de Angola, com 54 mil. A prestação social mais utilizada é a familiar, como o abono família, na sequência está doença e, depois, desemprego.

Na mesma conferência, foram ainda divulgados vários outros dados sobre o tema, que deverão ficar disponíveis para consulta pública em breve. Ao longo da última década, o número de mulheres estrangeiras com contribuições aumentou 4,5 vezes, enquanto o número de homens cresceu 6,1 vezes. A faixa etária com maior representatividade é a dos 30 aos 39 anos, tendo a faixa dos 20 aos 29 anos ultrapassado a dos 40 aos 49 anos. Na agricultura, por exemplo, mais de 40% dos trabalhadores já são estrangeiros. Verifica-se também uma forte presença no alojamento e restauração (129 mil trabalhadores), nas atividades administrativas e de serviços de apoio (122 mil) e na construção (117 mil).

Filipa Lima afirmou que é uma “defensora acérrima” da transparência dos dados. “Nós entendemos que, pela qualidade de pedidos que nos chegam sistematicamente e do conjunto de informação que é evitada, é transparente disponibilizar os dados, torná-los públicos, atualizá-los com popularidade e tratá-los exatamente com a mesma isenção e imparcialidade, assim contratamos o RSI, o Complemento Comunitário para Idosos, as contribuições, as pensões.

Portanto, eu sou uma defensora acérrima da disponibilização pública de dados que são de interesse comum generalizado”, avaliou, rejeitando que este *dashborad* possa ser visto como uma espécie de privilégio dos imigrantes.

Ao mesmo tempo, explicou que não é correto falar em “saldo positivo” de imigrantes à Segurança Social. “Eu nunca poderei afirmar enquanto representante e, neste momento, responsável máximo pela Segurança Social de Portugal, que a diferença entre o valor das contribuições dadas pelos cidadãos da sociedade estrangeira e as prestações recebidas me dá um saldo líquido dos cidadãos estrangeiros para a Segurança Social, porque não temos uma desabrigação completa de todas as rubricas de receita e despesa por nacionalidade”, explicou.

A secretária de Estado ainda alertou que outro erro comum é confundir as prestações pagas com dinheiro de impostos com as contribuições pagas pela própria Segurança Social. Porém, este dado não está disponível. No futuro, o ministério não descarta acrescentar mais estatísticas, incluindo de cidadãos nacionais. Filipa Lima explicou que as estatísticas selecionadas para estarem nesta primeira versão vão ao encontro dos pedidos constantes que são feitos por jornalistas a respeito deste tema.

Por outro lado, o *dashboard* que será lançado terá informação ao detalhe, como nacionalidades, idades e também por região. Por exemplo, em Beja, região predominantemente agrícola, a contribuição em 2025 foi de 102 milhões, enquanto as prestações pagas foram de 19 milhões. Em nenhum dos distritos do país o valor das prestações pagas é superior ao das contribuições.

amanda.lima@dn.pt



Aumento de contribuintes foi de cinco vezes em dez anos.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGES

“Os serviços não estão a funcionar bem para os imigrantes”, diz bastonário dos advogados

JUSTIÇA Na segunda comemoração do aniversário dos 100 anos da Ordem dos Advogados, o tema foi a imigração. Assim como em outros eventos, a reclamação contra os serviços públicos foi generalizada. Um advogado sugeriu que a OA agisse no sentido de tentar alterar esse paradigma da Administração. João Massano respondeu que “gostava que isso fosse possível”.

TEXTO **AMANDA LIMA**

A conferência *Migração entre Fronteiras e Direitos* marcou o segundo evento comemorativo do centenário da Ordem dos Advogados (OA). A Delegação de Setúbal acolheu a iniciativa, que percorre o país ao longo deste ano para celebrar os 100 anos da OA, com um tema diferente em cada delegação. Segundo o bastonário, o tema das migrações não poderia ficar de fora. Na conferência, João Massano afirmou que “os serviços públicos não estão a funcionar bem para os imigrantes”. Mas também lembrou o problema transversal da falta de meios no Estado. “É um facto que a Administração Pública precisa de meios, quer humanos, quer tecnológicos, e, muitas vezes, exige-se à AIMA que consiga fazer milagres, muitas vezes com meios tecnológicos, do início do ano, dos anos 2000”, criticou.

Tal como aconteceu na sessão aberta promovida pelo bastonário no verão passado, as advogadas e os advogados aproveitaram a oportunidade para falar dos problemas que enfrentam no exercício da profissão, sendo, novamente, a dificuldade no acesso aos serviços públicos a principal queixa. Há um entendimento unânime entre os profissionais de que “não há uniformização nos procedimentos”, algo que é informalmente designado pelos imigrantes como a “lei do atendente”.

Um dos advogados presentes sugeriu que a OA interviesse no sentido de tentar alterar esse paradigma da Administração Pública. João Massano respondeu que “gostava que isso fosse possível”, sublinhando que não se trata de um problema simples de resolver e que exige muita vontade política. Ao mesmo tempo, destacou os canais diretos de comunicação criados entre a OA e



João Massano,
bastonário da OA.

a AIMA e, mais recentemente, com o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN). Massano lembrou que esta era uma das metas da campanha e que o objetivo é estabelecer esses mesmos canais com outras entidades da administração pública.

À semelhança de outros eventos dedicados ao tema das migrações, foram generalizadas as críticas aos serviços públicos portugueses, em especial à Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). O presidente desta entidade, Pedro Portugal, esteve presente apenas na sessão de abertura, com uma intervenção centrada na ideia de que “sempre houve imigração” e numa defesa assente na herança do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A sua intervenção não trouxe novidades

“É um facto que a Administração Pública precisa de meios, quer humanos, quer tecnológicos, e, muitas vezes, exige-se à AIMA que consiga fazer milagres, muitas vezes com meios tecnológicos, do início do ano, dos anos 2000.”

sobre o funcionamento da agência.

Depois da abertura, houve uma mesa redonda com vários intervenientes. Uma das conferencistas, Isabel Almeida, diretora do Arquivo Central dos serviços da Conservatória do Porto, afirmou que “nem que não dormisse” seria possível dar resposta ao número de processos de nacionalidade que chegam diariamente.

Ao mesmo tempo, ressaltou que os funcionários “fazem muito mais do que podem e trabalham muitas horas a mais”.

Timóteo Macedo, fundador da associação Solidariedade Imigrante, afirmou que o Governo “precisa parar de dar as mãozinhas à extrema-direita” e ouvir a sociedade civil sobre os direitos dos imigrantes.

Novidade de integração

O bastonário afirmou ainda que está a trabalhar numa iniciativa que poderá melhorar a vida das pessoas migrantes em Portugal. “Espero que consigamos trilhar um caminho em conjunto. Temos de explicar os ideais a toda a gente e, uma vez que estamos a falar de migrações, essas pessoas têm de conhecer os seus direitos, têm de estar integradas. Só assim conseguiremos, de facto, caminhar em equipa. Se nos unirmos em matéria de justiça, imigração e solidariedade, podemos ajudar na integração”, afirmou.

Por fim, sublinhou que “nada” pode desviar os advogados da defesa dos Direitos Humanos, em especial dos mais vulneráveis, como os imigrantes.

amanda.lima@dn.pt

A foto de família antes da reunião inaugural do Conselho de Paz de Trump.



Trump dá dez mil milhões ao Conselho de Paz e diz que este vai “supervisionar” a ONU

REUNIÃO INAUGURAL Presidente dos EUA anunciou que nove países contribuíram com sete mil milhões de dólares para a reconstrução de Gaza e que a paz sai mais barata do que a guerra.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que Washington vai contribuir com dez mil milhões de dólares para o Conselho de Paz, dizendo que, no futuro, esta organização criada no âmbito do cessar-fogo na Faixa de Gaza vai “praticamente supervisionar” as Nações Unidas. Uma declaração que não deverá agradar a muitos aliados, que optaram por não aderir à iniciativa e falhar a reunião inaugural precisamente pelas preocupações de que Trump esteja a tentar substituir a organização global.

“O Conselho de Paz vai pratica-

mente supervisionar as Nações Unidas e garantir que funcionam corretamente”, disse Trump no encontro no Instituto da Paz em Washington, recentemente rebatizado com o seu nome (o presidente disse que não teve conhecimento prévio). “Vamos trabalhar com a ONU. Acho que tem grande potencial, mas não tem vivido esse potencial”, acrescentou. A Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco em 1945, não prevê qualquer organização de supervisão.

Trump indicou ainda que os EUA vão ajudar financeiramente a organização – esquecendo-se

Trump não falou no fim da ONU, dizendo até que vai ajudar a organização financeiramente, esquecendo-se de que a dívida norte-americana é parte do problema.

que os problemas financeiros são causados, em parte, pela dívida norte-americana no valor de quatro mil milhões de dólares (na semana passada terá pago 160 milhões). “Vamos garantir que as suas instalações são boas. Eles precisam de ajuda, e precisam de ajuda financeira. Vamos ajudá-los financeiramente e vamos garantir que as Nações Unidas são viáveis.”

Só 27 dos mais de 60 países convidados aceitaram estar no Conselho de Paz de Trump. O Vaticano foi um dos últimos países a recusar o convite. “Uma das nossas preocupações é que, a ní-

vel internacional, seja sobretudo a ONU a gerir estas situações de crise. Este é um dos pontos em que temos vindo a insistir”, indicou o secretário de Estado, o cardeal Pietro Parolin. A carta constitutiva do Conselho de Paz, assinada no mês passado, não faz qualquer menção a Gaza e tem sido criticada pelo seu mandato global que aparentemente visa suplantar as Nações Unidas, e por confiar amplos poderes a Trump como presidente vitalício.

A União Europeia enviou a comissão para o Mediterrâneo, Dubravka Šuica, como “observadora” para a reunião inaugural, o que apanhou de surpresa a França que disse que ela não tinha um “mandato” do Conselho Europeu. Segundo a Euronews, Espanha, Bélgica, Suécia e Portugal são outros países que questionaram a presença de Šuica em Washington, avisando que isso podia ser interpretado como um apoio coletivo. Outros países da União Europeia, como Itália, Chipre ou Grécia, participaram também como observadores. Portugal também admite fazer o mesmo, segundo indicou ontem à Lusa fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Trump agradeceu aos líderes presentes – incluindo o presidente da Fifa, Gianni Infantino, que disse que vai angariar 75 milhões de dólares para projetos relacionados com futebol em Gaza. “Quase todos os líderes aceitaram e aqueles que ainda não aceitaram, estão a fazer-se de espertos. Mas isso não funciona. Não se podem fazer de espertos comigo”, disse Trump no encontro. O presidente disse acreditar que o Conselho de Paz “é uma das coisas mais importantes e consequentes” em que estará envolvido. “Em termos de poder e prestígio nunca houve nada parecido”, acrescentou.

Dinheiro e tropas

A reunião inaugural ficou marcada pelo anúncio de Trump de que nove países – Cazaquistão, Azerbaijão, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Bahrein, Qatar, Arábia Saudita, Uzbequistão e Kuwait – já se comprometeram com sete mil milhões de dólares para um pacote de apoio à reconstrução de Gaza depois de o Hamas entregar as armas (um objetivo que está longe de ser cumprido).

Os próprios EUA vão destinar dez mil milhões de dólares para o Conselho de Paz – não sendo cla-

ro de onde virá o dinheiro e se Trump estará a falar no apoio ao enclave palestino ou ao mandato mais alargado. O presidente disse que é um valor pequeno, quando comparado com os custos da guerra. “O Conselho de Paz é muito generoso com o dinheiro porque não há nada mais importante ou menos dispendioso do que a paz”, disse Trump, alegando que o contributo dos EUA é equivalente a “duas semanas de guerra”.

A Faixa de Gaza ficou destruída na guerra lançada por Israel em resposta ao ataque terrorista do Hamas do 7 de outubro de 2023, que fez mais de 1200 mortos. Segundo os números das autoridades do enclave, controladas pelo Hamas, quase 72 mil pessoas já morreram na Faixa de Gaza, incluindo mais de 570 depois do cessar-fogo de 10 de outubro. A primeira fase do plano de 20 pontos de Trump. Estima-se que a reconstrução do enclave custe 70 mil milhões de dólares.

Depois de Trump, o general reformado Jasper Jeffers, líder da recém-criada Força Internacional de Estabilização de Paz, anunciou que a Indonésia, Marrocos, Cazaquistão, Kosovo e Albânia prometeram enviar tropas para a Faixa de Gaza. Além disso, o Egito e a Jordânia, países que fazem fronteira com a Faixa de Gaza, concordaram em formar as forças policiais e de segurança. Serão 12 mil polícias e 20 mil soldados, afirmou. “Com estes primeiros passos, ajudamos a trazer a segurança de que Gaza necessita para um futuro de prosperidade e paz duradoura”, disse Jeffers.

O desarmamento do Hamas continua a ser um desafio para o avanço do plano de paz de Trump. O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, disse em Israel que o grupo terrorista vai desarmar de uma forma ou de outra. “Muito em breve, o Hamas vai enfrentar um dilema: desarmar-se pacificamente ou ser desarmado à força”, afirmou.

Em Gaza, o porta-voz do Hamas, Hazem Qassem, disse que qualquer força internacional deve “monitorizar o cessar-fogo e impedir que a ocupação [israelita] continue a sua agressão”. O desarmamento poderia ser discutido, disse, sem um compromisso direto. O Conselho de Paz inclui Israel (esteve representado pelo chefe da diplomacia, Gideon Sa’ar) mas nenhum palestino.

Irão tem prazo de dez dias para evitar ataque dos EUA

PRESSÃO Mensagem de Trump para que Teerão ceda e renuncie ao programa nuclear, enquanto as chefias militares e de segurança dizem ter tudo a postos a partir de sábado.

TEXTO CÉSAR AVÓ

O presidente dos Estados Unidos voltou a lançar um aviso aos dirigentes do Irão, horas depois de as forças do seu país terem dito que estarão prontas para atacar a partir de sábado. “Coisas más acontecerão”, disse Donald Trump caso as negociações indiretas não dêem frutos “dentro de dez dias”.

Citando fontes conhecidas do tema, a CBS tinha anunciado na quarta-feira à noite que os oficiais de topo da segurança nacional disseram a Donald Trump estar tudo a postos para atacar o solo iraniano já neste fim de semana. A porta-voz da Casa Branca afirmou existirem “muitas razões e argumentos a favor de um ataque”, embora não tenha enunciado um sequer. “O Irão faria bem em concluir um acordo”, já tinha avisado Karoline Leavitt na terça-feira, dia seguinte à segunda sessão de negociações sobre o nuclear, que decorreu em Genebra entre os enviados Steve Witkoff e Jared Kushner e o ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros, Abbas Araghchi. Sob a mediação de diplomatas de Omã, os negociadores iranianos e norte-americanos trocaram notas durante três horas e meia. O lado iraniano afirmou ter-se chegado a um “conjunto de princípios orientadores”. Araghchi mencionou a “elaboração de um quadro preliminar” a entregar num prazo de duas semanas aos Estados Unidos com vista a uma resolução diplomática do conflito.

Um responsável norte-americano declarou que “ainda há muitos pormenores a discutir”. E resta saber se Trump está interessado em esperar – seja os dez dias que mencionou, seja as duas semanas a que o chefe da diplomacia iraniana tinha

aludido. Disse que “estão a decorrer boas conversas” e apelou a Teerão para se juntar aos EUA no “caminho para a paz”. Esse caminho passa por desistir do programa nuclear. “Não se pode ter paz no Médio Oriente se eles [iranianos] tiverem uma arma nuclear”, afirmou. Segundo a CNN, o presidente norte-americano ainda não tomou uma decisão, ou pelo menos ainda não a comunicou. O discurso anual sobre o estado da união decorre na terça-feira.

Enquanto isso, as forças dos

Estados Unidos continuam os preparativos para a eventualidade de um ataque ao Irão. O maior porta-aviões dos EUA, *USS Gerald R. Ford* cruza o Mediterrâneo acompanhado de cinco contratorpedeiros, a caminho do Médio Oriente. No mar de Omã já se encontra o porta-aviões *USS Abraham Lincoln*. Foi no mar de Omã que também decorreram exercícios navais conjuntos do Irão e da Rússia. Na véspera, o comandante da Marinha iraniana advertiu os EUA, sem os nomear. “Se as frotas extra-regionais acreditam que vieram com poder, devem saber que o povo iraniano irá enfrentá-las com um poder ainda maior”, disse o contra-almirante Shahram Irani. Também a Rússia advertiu contra as “políticas destrutivas” dos EUA. O embaixador russo no Irão, Alexey Dedov, disse que uma agressão ao Irão desencadearia “consequências imprevisíveis e devastadoras” não só na região, mas além.

Cânticos contra o regime

Os iranianos têm por costume assinalar a morte de um ente querido 40 dias após a perda.

Das cerimónias no cemitério de Behesht-e Zahra, em Teerão, pelos que morreram na onda de repressão das forças de segurança durante os protestos do mês passado também, circulam testemunhos e vídeos nas redes sociais a mostrarem cânticos contra o regime, bem como canções nacionalistas, conta a Associated Press. As manifestações começaram no dia 28 de dezembro no Grande Bazar de Teerão, devido à crise económica originada pela desvalorização acentuada da moeda iraniana. As manifestações espalharam-se pelo país e começaram a pôr em causa o regime. A repressão que se seguiu matou 3100 pessoas, segundo Teerão, enquanto associações de direitos humanos contra-põem com uma estimativa de mais de sete mil mortos.

Foi durante a onda repressiva que Trump voltou as suas atenções para o Irão, país que já tinha sido seu alvo em junho, numa operação militar em aliança com Israel. Numa das muitas mensagens do presidente norte-americano nas redes sociais, este chegou a dizer que estava “ajuda a caminho”.

Donald Trump diz que estão a decorrer “boas conversas” com o lado iraniano e ao mesmo tempo sinaliza o dia em que a sua paciência poderá terminar.



Uma fragata iraniana e uma corveta russa (topo) participaram em manobras conjuntas no mar de Omã.

Como Rubio passou de “Pequeno Marco” a polícia bom de Trump

EUA O secretário de Estado esteve em Munique onde fez um discurso que contrastou com o de Vance há um ano, considerado muito agressivo. Filho de cubanos que emigraram antes da revolução de Fidel, também disputa com o vice-presidente o lugar de sucessor de Trump.

TEXTO HELENA TECEDDEIRO

Um ano depois de JD Vance ter ido a Munique garantir que “o que me preocupa é a ameaça interna, o afastamento da Europa de alguns dos seus valores mais fundamentais – valores partilhados com os EUA”, no sábado passado foi a vez de Marco Rubio subir ao palco da Conferência de Segurança que decorre todos os anos naquela cidade alemã. O secretário de Estado de Donald Trump afirmou que a América quer “que a Europa seja forte, acreditamos que a Europa pode sobreviver. Não queremos aliados fracos, porque isso enfraquece-nos. Queremos aliados capazes de se defender para que nenhum adversário seja alguma vez tentado a testar a nossa força coletiva.”

A mensagem até pode ter ape-

lado às raízes comuns entre EUA e Europa, mas se a analisarmos bem, não foi tão diferente da do vice-presidente Vance. Foi o tom que fez toda a diferença. Questionado na FOX News sobre as receções diversas que o seu discurso e o de Rubio receberam em Munique, Vance respondeu, meio a sério, meio a brincar: “Ouvi alguém dizer que eu era o polícia mau para que o Marco pudesse ser o polícia bom”.

A ideia de “polícia bom e polícia mau” para descrever Rubio e Vance pode até nem ser totalmente nova, mas foi desenvolvida há dias por Stephen M. Walt, professor de relações internacionais na Harvard Kennedy School, num artigo na *Foreign Policy*, onde este compara a diplomacia americana a um interrogatório da polícia, como vimos tantos na

O que parece certo é que Rubio se tem ido posicionando. E pode ter agora uma oportunidade para concretizar a paixão que inspirou toda a sua carreira política: ver chegar ao fim o regime comunista que há 67 anos controla a Cuba dos seus pais.

série de televisão *Lei e Ordem*.

A verdade é que Rubio e Vance são apontados pelos analistas políticos como os mais prováveis candidatos à sucessão de Trump, numa ainda longínquas presidenciais de 2028. E o secretário de Estado tem feito questão de não desafiar o vice-presidente, tendo mesmo já afirmado que não avançará se Vance for candidato. O próprio Trump vai alimentando a rivalidade, afirmando que ambos seriam candidatos “fantásticos”, mas sem avançar qual prefere para garantir o seu legado.

O que parece certo é que Rubio se tem ido posicionando. E pode ter agora uma oportunidade para concretizar a paixão que inspirou toda a sua carreira política: ver chegar ao fim o regime comunista que há 67 anos controla a Cuba dos seus pais. Com a economia cubana em queda livre depois de os EUA terem suspendido as entregas de petróleo estrangeiro à ilha, a 29 de janeiro, Rubio pode tentar usar a sua posição como secretário de Estado e conselheiro para a segurança nacional (dois cargos que nenhum membro da Administração acumulava desde Henry Kissinger nos anos 1970) para convencer Trump da necessidade de uma mudança de regime em Cuba, como os EUA conseguiram na Venezuela, ao retirarem Nicolás Maduro do poder numa operação militar a 3 de janeiro.

Nascido em Miami em 1971, o filho de Mario e Oriales Rubio passou parte da infância em Las Vegas, no Nevada, onde o pai trabalhou num bar e a mãe como empregada num hotel. De volta à Florida, foi aí que fez os estudos, tendo-se formado em Ciência Política e Direito. A política cedo o interessou, tendo sido eleito vereador por West Miami em 1998, antes de, em 2000, conseguir um lugar na Câmara dos Representantes estadual.

Depois de um breve interregno

a dar aulas na Universidade Internacional da Florida, em 2010 é eleito para o Senado federal, onde se destacou pela consistência das suas posições conservadoras e se confirma como estrela em ascensão do Partido Republicano. Com a atenção mediática veio o escrutínio e surgiram notícias de que, ao contrário do que Rubio repetira com frequência, a sua família não fugira de Cuba para escapar ao regime de Fidel Castro. Os Rubio saíram da ilha em 1956, três anos antes da revolução que derrubaria a ditadura de Fulgencio Baptista. Voltariam à ilha em 1961 por um breve período, acabando por voltar de vez para os EUA por não se adaptarem ao regime comunista.

Na altura, o senador desvalorizou o caso, dizendo na CBS: “O exílio não é um período de tempo. O exílio é uma experiência. É um sentimento. Para os meus pais, é a dor muito real de estarem permanentemente separados da nação onde nasceram.” Admitindo que nunca procurara saber pormenores da ida dos pais para os EUA até começar a pesquisar para a autobiografia *An American Son (Um Filho da América)*, Rubio garantiu: “aqui em Miami, entre exilados cubanos, o facto de terem chegado em 1956 não muda nada para ninguém.”

Quem também emigrou para a América em 1956 foi o avô materno de Rubio. Pedro Victor Garcia entrou legalmente nos EUA, mas em 1959 voltou a Cuba, onde arranjou um emprego na função pública castrista. Em 1962, no entanto, voltou aos EUA, ilegalmente, tendo sido detido e ameaçado de deportação, mas acabando por ficar com estatuto de “*parolee*”, numa espécie de liberdade condicional.

Em 2016, Rubio tenta a nomeação republicana para as presidenciais mas acaba por desistir ao perder para Trump – que durante a campanha lhe deu a alcunha de “Pequeno Marco” – as primárias na Florida. Apesar dos choques com o milionário, Rubio dá-lhe o seu apoio. E em 2024, quando volta à Casa Branca, o presidente escolhe o antigo crítico para chefe da diplomacia.

Mas apesar de o seu atual gabinete estar a apenas uns passos do presidente, Rubio parece ainda não ter desistido de se sentar na Sala Oval. E aos 54 anos, este pai de quatro filhos, casado com uma antiga *cheerleader*, tem o tempo do seu lado.





Notas geopolíticas: a ordem internacional e as farsas atuais

Victor Ângelo

O Conselho da Paz é um logro sem futuro

Ontem teve lugar em Washington a reunião inaugural do Conselho da Paz, uma iniciativa surreal de Donald Trump. Na altura em que escrevo ainda não é público como decorreu a cerimónia. Sei apenas que nenhum país da África subsaariana foi convidado e que os países do G7, bem como a Índia, o Brasil e a maioria da América Latina e outros grandes atores da cena internacional foram simplesmente ignorados. A paz, na conceção de Trump, faz-se sentando à mesma mesa, como membros de pleno direito, Viktor Orbán, o dirigente da UE que merece uma consideração especial da atual administração americana, como Marco Rubio o afirmou claramente esta semana, Alexander Lukashenko, o presidente ilegítimo da Bielorrússia, e Javier Milei, o estapafúrdio chefe do estado argentino.

Tendo em conta a especial natureza do projeto, ainda sugeri que Dom Quixote de La Mancha, um ilustre cavaleiro com um passado egrégio no que diz respeito ao combate contra moinhos de vento, fizesse igualmente parte do Comité Executivo da nova organização. Traria um certo equilíbrio a esse grupo, que compreende entre outros o genro de Trump, Jared Kushner, Steve Witkoff, um grande admirador de Vladimir Putin, e Tony Blair, um político que não perde uma oportunidade quando se trata de ganhar umas coroas ao aconselhar dirigentes cujas reputação precisa de um impulso de marketing na opinião pública internacional. Dom Quixote não foi considerado, porventura por não ter o patrocínio da Heritage Foundation, a autora do Projeto 2025, que está grandemente na base da política seguida pela Casa Branca. Também, por não ter conseguido o apadrinhamento de Benjamin Netanyahu nem do Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita, o famoso Mohammad bin Salman, ambos ilustres personagens associados ao novo Conselho da Paz.

Curiosamente, Ajay Banga, o presidente do Banco Mundial, tem um assento efetivo no núcleo duro do Conselho da Paz, no Comité Executivo. Já António Guterres, o secretário-geral da ONU, não

aparece em lado algum. As recentes proclamações vindas de Washington sobre a relativa importância do sistema onusiano são mera conversa para embalar a comunidade internacional.

Embora os subordinados de Trump o neguem, o Conselho da Paz é um passo importante para tentar acabar com o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Washington reconhece que o Conselho de Segurança está num impasse sem solução à vista. Não há possibilidade de o reformar e, além disso, dá um poder imenso à China e aos outros países com direito de veto. Trump considera que tudo isso é contrário aos interesses dos EUA e, acima de tudo, à influência na cena global da sua enorme e genial pessoa.

A ideia do Conselho da Paz foi aprovada a 17 de novembro de 2025 pelo Conselho de Segurança da ONU – Resolução 2803 – com um mandato exclusivamente relacionado com a procura de uma solução para a tragédia de Gaza. Seria uma administração de transição, temporária, destinada a coordenar a reconstrução de Gaza e a comandar uma força internacional de estabilização do território.

O organismo inaugurado ontem é algo bem diferente, que não respeita os termos da Resolução 2803 e lhe atribui um mandato supostamente universal. É um abuso de poder e mais um ato de demolição da credibilidade da ONU e do seu órgão central, o Conselho de Segurança. Todos os líderes políticos que recusaram o convite de Trump, incluindo o Papa Leão XIV, compreenderam e desaprovaram as intenções do presidente americano.

A agenda desse Conselho de Paz será decidida por Donald Trump, agora e eternamente. Terá uma enorme componente imobiliária. A paz trumpiana passará a ter uma definição mais empresarial: a submissão do mais fraco diante do mais forte. E a reconstrução significará sobretudo a proliferação dos condomínios de luxo.

Se Dom Quixote, ou um cavaleiro da mesma virtuosa nobreza, tivesse sido admitido como membro teria insistido na inclusão na agenda de situações como a que agora se vive em Cuba. Observadores internacionais consideram

“

Embora os subordinados de Trump o neguem, o Conselho da Paz é um passo importante para tentar acabar com o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Washington reconhece que o Conselho de Segurança está num impasse sem solução à vista. Não há possibilidade de o reformar e, além disso, dá um poder imenso à China e aos outros países com direito de veto. Trump considera que tudo isso é contrário aos interesses dos EUA e, acima de tudo, à influência na cena global da sua enorme e genial pessoa.

que o país enfrenta uma crise socioeconómica e humanitária gravíssima. A comunicação social ocidental, com exceção de alguns jornais de referência, incluindo o Diário de Notícias de ontem, optou pelo silêncio em relação a essa crise, que resulta do agravamento da confrontação política imposta pela Administração Trump. O principal meio de pressão passa pelo bloqueio quase total, desde finais de janeiro, do acesso de Cuba a combustíveis vindos do exterior. Esta decisão de Trump tem provocado a paralisação dos serviços básicos essenciais – saúde, água, alimentos, energia elétrica, tratamento dos lixo e transportes, entre outros. Como noutras situações semelhantes que testemunhei, quem fica na miséria total são os cidadãos comuns. Os dirigentes políticos e quem tem familiares na emigração acabam sempre por encontrar soluções alternativas. Assim, a crise agudiza-se para os mais pobres e a esperada revolta popular não acontece.

Estes bloqueios são uma aposta política inaceitável, a fazerem lembrar os cercos dos castelos e dos burgos sitiados na idade média. Algo que o direito internacional moderno não permite, por se tratar de uma punição indiscriminada, com um impacto geral. Peritos em direitos humanos da ONU classificam o cerco energético como uma “violação grave do direito internacional” e um ato de “coação económica extrema” que ameaça levar a um genocídio por privação de meios de subsistência.

Como se disse recentemente em Davos e em Munique, voltámos às regras de outrora, à força dos canhões.

Felizmente a Ucrânia continua a lembrar-nos a filosofia de Sun Tsu, uma visão que me apraz repetir sempre que oportuno: perante uma guerra de agressão, a paz alcança-se graças à coragem moral e à imaginação estratégica na legítima defesa dos agredidos. Não vejo entre os convidados para o beija-mão de ontem quem possa ter tido a ousadia de lembrar esta verdade a Donald Trump.

*Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU*

Piotr Cywinski

“João Paulo II passou muito tempo a rezar em Auschwitz antes de se tornar papa”

HISTÓRIA O diretor do Museu de Auschwitz, Piotr Cywinski, esteve em Lisboa, primeiro no ISCSP e depois na Universidade Católica. Conversou com o DN acerca da necessidade de preservar a memória do Holocausto, de relembrar que os campos eram dos nazis na Polónia ocupada, e que há que combater o antissemitismo. Lembrou mensagem de Karol Wojtyla.

TEXTO **LEONÍDIO PAULO FERREIRA** FOTO **PAULO SPRANGER**

Lembra-se da sua primeira visita a Auschwitz?

Sim, eu era estudante de História na Universidade de Estrasburgo. E, como todos os estudantes, não tinha muito dinheiro, por isso trabalhava ao mesmo tempo, a ajudar alguns empresários da região de Estrasburgo a encontrar parceiros na Polónia, e eu era uma espécie de intérprete e guia. Estava em França, falava francês e, claro, falava polaco, por isso ajudava-os. Um dia eu estava numa viagem de negócios com um empresário da Alsácia, algures no sul da Polónia e, a dado momento ele reparou que Auschwitz ficava muito perto, pelo que disse: “Vamos lá.” Estávamos no carro dele, por isso, foi fácil. “Vamos dar uma vista de olhos”, respondi. Cheguei a Auschwitz, ele ia fazer uma curta visita individual, e nesse momento percebi que eu não estava absolutamente preparado para algo do género e não entrei. Portanto, a minha primeira visita não foi uma visita. Fiquei parado à entrada, junto ao portão, sentindo que não estava suficientemente preparado para lidar com aquele local. Isto foi no início dos anos 1990.

Depois do fim do comunismo, portanto. Como é que o regime comunista lidava com Auschwitz?

Houve diferentes períodos. Durante o estalinismo, Auschwitz e, em geral, os crimes cometidos nos Campos de Concentração eram, para eles, para os estalinistas, um

exemplo do mais extremo do Imperialismo Ocidental, algo do género. Não falavam sobre questões judaicas porque, durante o estalinismo, um antissemitismo bastante forte era a norma na União Soviética, e em todo o bloco comunista. Falavam de vítimas de 28 nações sem referir que 90% delas eram judeus, fossem de que país fossem. Depois, nos anos 1960, houve um pouco, depois de Khrushchev, uma certa normalização da História. Algumas coisas voltaram a ser debatidas, ao ponto de ser possível ter opiniões diversas, mas em 1968 chegou uma nova onda de antissemitismo comum a todo o bloco comunista. Muitos judeus foram expulsos da Polónia, nessa altura. Emigraram para a Europa Ocidental, para Israel, para os Estados Unidos e outros países. E houve, novamente, uma espécie de silêncio sobre estes assuntos, pelo menos a nível oficial. Mas, no final da década de 70, a crise, tanto económica como política, tornou-se tão grave na Polónia que, de facto, uma parte importante da narrativa pública deixou de ser controlada pelo comunismo. Com a ascensão do Solidariedade, na década de 1980, é evidente que este tema de Auschwitz e dos campos nazis voltou à baila, pelo menos em certos círculos intelectuais. Foi assim até ao colapso do comunismo. E na década de 1990, a História passou certamente a ser mais discutida pelo público em geral.

Historicamente, a Polónia foi um bastião do judaísmo na Europa. E ainda em 1939, havia três milhões de judeus no país. Hoje em dia são alguns milhares. Como é que a sociedade polaca lida com esta memória de uma época em que a presença judaica era muito forte na cultura da nação?

Logo após o colapso do comunismo, houve, em primeiro lugar, uma recriação de algumas organizações judaicas, pelo menos nas maiores cidades. E houve também alguns indivíduos ou pequenas ONG que começaram a redefinir a influência a nível local de algumas comunidades. Em algumas cidades ainda há sítios onde antes havia cemitérios, ainda há edifícios que eram sinagogas, reutilizados, claro, depois da guerra, porque já não havia judeus. Algumas primeiras tentativas muito interessantes surgiram nessa década de 1990. Alguns desenvolvimentos mais importantes foram já no início dos anos 2000. E, passo a passo, a comunidade judaica foi crescendo nas grandes cidades, em Cracóvia, Varsóvia, Wrocław e Łódź.

Está a falar de polacos que vivem no seio de uma sociedade fortemente católica, mas que estão a reassumir a identidade judaica?

Algumas pessoas até descobriram que eram judias. A família não lhes contou, durante o período comunista, ou não lhes explicou o que isso significava. Mas nos anos 1990



estavam a regressar à vida judaica. Assim, esta vida manifesta-se hoje no espaço público. Por um lado, porque a população judaica tem estado a reconstruir as suas estruturas. É um passado que está a contar mais do que talvez muitas pessoas imaginassem antes.

Por exemplo, um filme como O Pianista, a história de um judeu polaco, Władysław Szpilman, interpretado por Adrien Brody, é popular na Polónia?

Sim, claro. Passa na TV muitas vezes por ano. A última foi em janeiro, talvez por causa do dia 27 de janeiro, dia da libertação de Auschwitz. **Toda esta vaga de romances com Auschwitz no título, independentemente da qualidade, muito diferente entre eles, ajuda a manter viva a memória de Auschwitz?** Não. Para mim, é uma forma de distorção. É uma forma de ganhar dinheiro com a dor das vítimas, nada mais. Para mim, se querem fazer algo, façam algo bom, documentado, historicamente correto, e não ficção. Se apenas quer criar ficção perturbadora, e a coloca em Auschwitz só porque

sabe que vai vender mais exemplares, isso é algo que, na minha opinião, é completamente antiético. Porque, em muitos aspetos, em contradição com a História, cria falsas imaginações sobre o que aconteceu em Auschwitz.

Já teve de lidar com situações em que a ficção levou visitantes do campo a terem uma expectativa errada?

Sim, por exemplo, no último verão, um visitante ficou furioso porque um funcionário se recusou a mostrar-lhe onde é que o rapaz do pijama estava a falar com o outro rapaz através da vedação de arame farpado. Foi-lhe dito que não, que era um filme, adaptado de uma obra de ficção. Mas a pessoa insistia, que viu o filme, e já que pagou a visita, queria que lhe mostrassem o local exato. As pessoas confundem ficção com realidade. É claro que não se pode presumir que as pessoas farão distinção clara entre ficção e realidade. Mas se esperam que este tipo de ficção ajude a compreender Auschwitz, é como se quisessem educar-se em astronomia através de *Star Wars*.



Há milhares de polacos home-nageados no Yad Vashem, em Israel, mas, por vezes, ressurgem relatos polémicos sobre casos de antissemitismo na Polónia, durante a Segunda Guerra Mundial. Como é a cooperação entre o Museu de Auschwitz e Israel?

É muito boa há muitos anos, muito antes de eu chegar. Há três instituições principais, penso eu, no mundo, que lidam com o Holocausto. Há o Yad Vashem, claro, há o Museu Memorial do Holocausto, dos Estados Unidos, e há Auschwitz. Depois disso, há algumas instituições de média dimensão, algumas importantes a nível nacional. Mas, internacionalmente, existem estas três. Por isso, estamos envolvidos em cooperações praticamente diárias, do ponto de vista dos arquivos, dos empréstimos museológicos, da Educação, das publicações e das conferências. Para nós, Washington e Yad Vashem são os dois parceiros mais importantes.

Referiu na sua conferência que houve cerca de 1,2 milhões de mortes em Auschwitz, não só

de judeus, mas numa muito grande maioria judeus. Quando recebe sobreviventes do Holocausto ou filhos de sobreviventes do Holocausto, é sempre uma emoção especial?

Tive a oportunidade de conhecer sobreviventes. Não quero fazer distinção, mas houve sobreviventes excepcionais, e alguns daqueles que conheci foram os criadores desta memória no pós-guerra. Simone Weil, em França, Elie Wiesel nos Estados Unidos, Israel Gutman, em Israel, Władysław Bartoszewski, na Polónia, Shlomo Venezia, em Itália, e alguns outros. Estes eram os sobreviventes que serviram durante toda a vida. Construíram a conceção da memória do Holocausto, de facto, com os seus livros, as suas conferências, as suas entrevistas. Para mim, como historiador, conhecer estas pessoas foi incrível. Serei o último diretor de Auschwitz que foi, de facto, moldado por estes importantes sobreviventes. O próximo não terá essa oportunidade. E sei o quanto isso me proporcionou, e falo não só de conhecimento, mas também de força, uma

postura moral e uma compreensão mais profunda de determinados assuntos.

A Polónia foi invadida pela Alemanha nazi durante a Segunda Guerra Mundial e, numa questão de semanas, também pela União Soviética. E, obviamente, a Polónia era um país ocupado...

Foi mais do que apenas ocupação. A Bélgica era um país ocupado, ou os Países Baixos eram um país ocupado. O norte de França era um país ocupado. Mas a Polónia foi completamente desmantelada. Já não havia Polónia. Criaram um governo geral com uma parte da Polónia, e algumas partes importantes da Polónia, incluindo a região de Auschwitz, foram totalmente incorporadas na Alemanha.

Essa é a minha questão. A Polónia, especialmente a diplomacia polaca, reage fortemente contra o uso da expressão Campos de Concentração polacos, e tem razão, pois trata-se, como no caso de Auschwitz, de um campo nazi alemão na Polónia ocupada. É importante este esforço para a opinião pública evitar esta associação abusiva entre a Polónia e os Campos de Concentração?

Acho que isso é muito claro. Auschwitz recebeu, além dos judeus polacos e outros, 150 mil polacos que não eram judeus. Para os polacos é um insulto ouvir falar num Campo de Concentração polaco. Eram campos nazis na Polónia. Isto não significa que não houvesse antissemitismo na Polónia. Isto não significa que não houvesse alguns colaboradores, claro, na sociedade, porque a Polónia desapareceu. O governo estava em Londres, no exílio, e parte da Polónia foi incorporada na Alemanha, e a outra parte era essa criação artificial com um governo dirigido, obviamente, por alemães. É muito importante compreender que Hitler tinha, pelo menos, dois objetivos durante a guerra. O primeiro objetivo era exterminar toda a vida judaica da Europa. Tentou também fora da Europa, no Norte de África, no Médio Oriente, e até pediu aos japoneses que enviassem judeus de Xangai para a Europa. Mas o segundo objetivo era adquirir o território da atual Polónia e da Ucrânia Ocidental e incorporá-los na Alemanha. Isto tornou a guerra na Polónia completamente diferente da guerra, por exemplo, em França, na Bélgica ou em qualquer outro lugar. Ora, se contarmos apenas as vítimas civis da cidade de Varsóvia, o número foi superior ao de todas as vítimas ci-

vis da França e da Grã-Bretanha juntas. Foi uma guerra diferente. Foi uma guerra de extermínio completo, porque Hitler queria que aqueles territórios, pelo menos até ao centro da Ucrânia, se não mais além, fossem incorporados na Alemanha e totalmente germanizados.

João Paulo II, o polaco Karol Wojtyła, visitou Auschwitz na sua primeira visita à Polónia como papa, em 1979. Qual foi a mensagem?

Os meus pais conheciam Wojtyła muito antes de ele se tornar papa. Por isso, sei muito bem, por fontes familiares, que ele passou muito tempo em Auschwitz antes de se tornar papa. Sozinho, nos seus momentos de privacidade, a caminhar, a pensar, a rezar. Várias vezes por ano, ia de Cracóvia até Auschwitz. Por isso, desenvolveu uma sensibilidade especial para este tema. Creio que ele queria mostrar, isto ainda durante o regime comunista, na década de 1970, que aquele era um lugar que dizia respeito à Humanidade, algo extremamente importante. E também quis sublinhar a dimensão judaica, sobretudo de Birkenau, quando estava no monumento. Permaneceu muito mais tempo nas inscrições em hebraico. Na época comunista nem sempre se podia expressar tudo, mas era possível criar alguns símbolos. E se olharmos para as décadas seguintes, Bento XVI e Francisco também foram a Auschwitz e, no fundo, seguiram os mesmos passos de João Paulo II, sobretudo Bento XVI.

Só para concluir, fez uma afirmação polémica na conferência que deu em Lisboa, ligando o nazismo com os mitos do antissemitismo na Europa desde a Idade Média...

O que disse foi que isso nunca aconteceria se não houver raízes prévias. Não é uma conclusão obrigatória, digamos assim, mas há ligações, isso é claro. Não apenas no nazismo, mas o Holocausto não foi uma questão exclusiva dos nazis. A maioria da população na Europa não se preocupava com nada. Sabiam o que estava a acontecer, mas não se importavam, só queriam proteger-se. Muitas pessoas repetiram-no, e em toda a Europa. “Sim, é terrível o que acontece aos judeus, mas pelo menos ele só o está a fazer aos judeus e não a nós, por isso sim, temos boas hipóteses de sobreviver.” Então, digamos que esta é uma forma de desumanizar o outro, porque tem uma identidade diferente. É algo que também

está muito ligado à forma antiga de antissemitismo.

O antissemitismo na Europa atual, muitas vezes diz-se que está ligado ao conflito no Médio Oriente e Israel, mas será que estas raízes da Idade Média ainda estão presentes?

Sim, acho que estão. Talvez de forma não consciente, mas quando se conversa com pessoas que dizem “Não sou antissemita, sou contra Israel”, quando se aprofunda a discussão chega-se aos mesmos preconceitos, às mesmas ideias xenófobas, à mesma intolerância, às conceções racistas.

Está a falar da Europa em geral?

Sim, sim. Claro que a situação atual no Médio Oriente não ajuda verdadeiramente, mas isso não pode ser uma desculpa para aceitar qualquer forma de xenofobia nos dias de hoje.

Referiu que há muitas visitas de escolas a Auschwitz. Isto também faz parte do processo de ensinar às novas gerações na Polónia o que aconteceu, e recebem até estudantes de todo o mundo. É uma missão de vida para si ensinar as pessoas sobre o que aconteceu há 80 anos?

Muitas famílias polacas têm alguém que esteve em Auschwitz. Antes do colapso do comunismo, 95% dos visitantes vinham da Polónia, e havia muitos grupos nas décadas de 60, 70 e 80. Depois, chegou o resto da Europa, da, digamos, Civilização Ocidental democrática, e agora estamos numa situação um pouco diferente, porque lembro-me que quando comecei, há 20 anos, muitos professores que levavam as suas escolas ou turmas para Auschwitz estavam a visitar o local pela primeira vez, ao mesmo tempo que as suas turmas. Assim, nem eles estavam preparados para o que iriam compreender emocionalmente. Por isso, era muito difícil preparar uma aula se chegasse com a turma pela primeira vez. Hoje em dia, os professores são, em geral, pessoas que já visitaram como alunos.

Como um historiador da era medieval se torna diretor do Museu de Auschwitz?

Fiz um doutoramento em História Medieval dos séculos X e XI, talvez porque quis fugir do século XX e refugiar-me em tempos mais seguros. Não há negacionismo sobre o século X. Mas sim, alguns sobreviventes importantes pediram-me para trabalhar em questões relacionadas com Auschwitz e agora acho que isso se tornou um pouco o sentido da minha.

P&R

O linchamento que deixou a França Insubmissa em maus lençóis

POLÊMICA O partido de Mélenchon está sob pressão devido à suspeita de envolvimento de elementos próximos de um deputado insubmisso na morte de um jovem militante de extrema-direita. Bardella tenta passar à extrema-esquerda o cordão sanitário aplicado ao seu partido.

TEXTO CÉSAR AVÓ

Como é que um jovem militante de extrema-direita foi linchado por um grupo de extrema-esquerda em Lyon?

No dia 12, o Instituto de Estudos Políticos (SciencesPo) de Lyon recebeu Rima Hassan, eurodeputada da França Insubmissa, para uma conferência sobre a Palestina. Sete militantes do grupo “feminino e feminista” Némésis, que tem no centro do discurso acusar os imigrantes de violências sexuais, reuniram-se nas imediações, exibindo uma faixa contra a realização da conferência de Hassan. Segundo o procurador Thierry Dran, as militantes que ganharam notoriedade em 2024 quando se infiltraram numa manifestação em Paris contra a extrema-direita, “tinham pedido previamente a diversos amigos que as ajudassem em caso de violência”. O clima era de tensão e a violência materializou-se, segundo o procurador, quando indivíduos que foram arrancar a faixa “estrangularam” uma manifestante e atiraram outra ao chão. Ainda segundo o procurador de Lyon, os referidos amigos não só não intervieram em sua defesa como, mais tarde, foram “atacados violentamente por um grupo de 20 indivíduos mascarados, encapuzados”, que conseguiram isolar três pessoas. Uma delas, Quentin Deranque, acabou por morrer no hospital, dois dias depois de ter sido pontapeado na cabeça.

Quem era Quentin Deranque?

Estudante de Ciência de Dados com 23 anos, Quentin Deranque era um católico versão integrista, muito ativo na sua paróquia. Fazia parte de dois grupúsculos neofascistas (ou de extrema-direita, consoante os meios de comunicação franceses), Allobroges e Audace, e pertenceu à Action Française. Foi enquanto membro



Homenagem a Quentin Deranque na Praça da Sorbonne, em Paris.

do primeiro grupo que desfilou sob cruzes celtas nas ruas de Paris, no ano passado, na reunião anual de grupos de extrema-direita. Os seus amigos descrevem-no como um “rato de biblioteca” e não um “rato negro”, a designação dada aos militantes de um grupo violento, entretanto dissolvido, GUD, o qual manteve relações com a Frente Nacional, hoje Reagrupamento Nacional.

Como é que este crime se relaciona com a França Insubmissa, para lá da conferência da sua eurodeputada Hassan?

Segundo o partido liderado por Jean-Luc Mélenchon, em nada. Segundo quase todos os outros partidos, em parte ou muito. Na quinta-feira, o procurador anun-

ciou que, dos 11 detidos, com idades entre os 20 e os 26 anos, sete vão ser acusados de homicídio voluntário. Entre os 11 detidos constavam dois assistentes parlamentares, Jacques-Elie Favrot e Robin Chalendar e um an-

Foram detidos dois assistentes parlamentares e um antigo estagiário do deputado insubmisso Raphaël Arnault, condenado por violência em grupo.

tigo estagiário na Assembleia Nacional, Adrian B. Um deles faz parte do grupo dos sete sob acusação e prisão preventiva. Os três trabalharam para o deputado Raphaël Arnault, fundador da Jeune Garde, grupo de extrema-esquerda que recebeu ordem de dissolução devido ao seu histórico de violência. Numa dessas ações, o próprio deputado esteve envolvido, o que o levou a ser condenado, em 2022, a quatro meses de prisão, com pena suspensa. A agressão a um jovem de 18 anos deu-se na sequência de uma manifestação LGBT em Lyon que foi alvo de um *raid* de militantes de extrema-direita. A Jeune Garde foi reiteradamente elogiada pelos insubmissos por

fazer, no seu entender, o trabalho que cabia à polícia. Dias antes da morte de Deranque, o partido de Mélenchon mostrava-se contra a dissolução do grupo: “Dizemo-lo com orgulho: a Jeune Garde é essencial, precisamente porque desde a sua criação tem a missão de lutar contra a extrema-direita, contra grupos fascistas e neonazis cada vez mais violentos em toda a França.”

A violência entre os extremos políticos está espalhada pelo hexágono?

Em 2013, um reencontro em Paris entre um grupo de *skinheads* e de *redskins* terminou com a morte do militante antifascista Clément Méric, de 18 anos. Mas é em Lyon, a terceira maior cidade francesa, que há uma maior história de violência política. Entre 1986 e 2017 contabilizaram-se 69 atos de violência da extrema-direita, um “nível fora do normal”, segundo o historiador Nicolas Lebourg em declarações ao *Libération*. De acordo com as autoridades, existem cerca de 400 a 500 militantes de grupos extremistas de direita em Lyon. Em reação, foi aí que nasceu, em 2018, a Jeune Garde. Segundo as autoridades, terá cerca de 100 militantes.

Como é que os outros partidos reagiram aos acontecimentos?

Em plena campanha para as eleições municipais, o ex-presidente socialista François Hollande disse que o seu partido não se pode aliar à França Insubmissa na segunda volta, porque não é um partido mas “um movimento de extrema-esquerda” que “abriga grupos no seu seio que fazem mais do que participar no escrutínio”. O ministro da Justiça Gérald Darmanin, que acusou os insubmissos de “complacência” com a violência política, discorda do líder do seu partido macronista, Gabriel Attal. Este defendeu o cordão sanitário ao Reagrupamento Nacional, o que inclui o voto, na segunda volta, em candidatos da França Insubmissa. Já o líder do partido de extrema-direita Jordan Bardella aproveitou para apelar a um cordão sanitário à volta da França Insubmissa, tentando virar o jogo e tirar o seu partido do isolamento a que tem estado votado. A ecologista Marine Tondelier, ao ver uma “corrida à apropriação, à manipulação e ao acerto de contas”, lamentou “não ver as pessoas da direita a questionarem a extrema-direita, que também é extremamente violenta”.



Yury Ushakov, Jared Kushner, Kirill Dmitriev e Steve Witkoff em Moscovo, em dezembro.

Rússia entretém com “teatro de negociações”, dizem secretas europeias

ESTRATÉGIA Enquanto conversações com ucranianos falharam, lado russo tentou enviados de Trump com pacote de 14 bilhões de dólares.

TEXTO CÉSAR AVÓ

A Rússia está a tentar chegar a um acordo de normalização com os Estados Unidos acenando com os seus recursos naturais, enquanto procede a um “teatro de negociações” com a Ucrânia. Quem o afirma são cinco chefes de serviços secretos de países europeus à agência Reuters, depois de uma ronda de negociações em Genebra que se saldaram com o líder ucraniano a acusar o lado russo de “táticas de adiamento”.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que as negociações mediadas pelo seu país tinham aproximado a perspectiva de um acordo de paz de forma “razoavelmente próxima”. No entanto, os responsáveis de cinco serviços de informações europeus, que falaram sob condição de anonimato, disseram estar pessimistas quanto às hipóteses de se alcançar um acordo para pôr fim à guerra na Ucrânia durante este ano.

“A Rússia não procura um acordo de paz. Procura alcançar os seus objetivos estratégicos, e esses não mudaram”, afirmou um dos

cinco homens ouvidos pela Reuters. Entre esses objetivos estão a remoção do líder ucraniano Volodymyr Zelensky e a transformação da Ucrânia numa zona tampão neutra. Em paralelo, o regime de Vladimir Putin pretende chegar a acordo com os norte-americanos para que estes ponham termo ao seu relativo isolamento da economia mundial. São muitos os sinais de que a economia russa, apesar da transformação que operou para uma economia de guerra, está em dificuldades. Mas neste ponto não há consenso entre as chefias da espionagem. Um deles afirma que a Rússia não quer a paz para já porque a economia “não está à beira do colapso”. Mas outro diz que Moscovo enfrenta riscos financeiros “muito elevados” na se-

A prioridade de Moscovo é obter um acordo com os EUA e não com a Ucrânia.

gunda metade do ano, devido ao acesso limitado aos mercados de capitais e aos elevados custos dos empréstimos. Ao que se soma o fim das compras de petróleo por parte da Índia: o défice russo pode triplicar em 2026 devido à falta de rendimentos da exportação de hidrocarbonetos. Alguns analistas preveem que o país pode entrar em recessão.

Na quarta-feira, como que a comprovar as advertências dos serviços de informações europeus, o responsável pelo fundo soberano russo publicou no X que o “portefólio de potenciais projetos EUA-Rússia ultrapassa os 14 bilhões de dólares”. Kirill Dmitriev reuniu-se pela nona vez com Steve Witkoff e Jared Kushner, o amigo e o genro de Trump, respetivamente.

Dmitriev terá acenado com a abertura da exploração do subsolo russo às empresas norte-americanas, seja gás, petróleo, lítio, níquel, cobre ou titânio, seja os recursos do Ártico. Foi Zelensky quem revelou, há duas semanas, o que chamou de “pacote Dmitriev”, informação que obteve dos seus serviços secretos.

Polémicas do novo presidente do Peru

O novo presidente interino do Peru, o oitavo no espaço de uma década marcada pela instabilidade política e os escândalos de corrupção, é José María Balcázár. Um deputado do partido marxista Peru Livre, ex-advogado de 83 anos, que também não é isento de polémicas: não só foi acusado de 13 crimes de prevaricação, fraude ou burla (ele nega e alega que foi tudo arquivado), como defendeu o sexo com menores (até entre professores e alunas) alegando que “desde que não haja violência, as relações sexuais precoces ajudam o futuro psicológico da mulher”.

Balcázár, que ontem reiterou que não volta atrás com esta posição que causou polémica em 2023, foi eleito com o apoio do seu partido e de vários partidos de direita. Isto após a destituição de José Jerí, que assumiu o cargo em outubro (após a demissão de Dina Boluarte que tinha sucedido em dezembro de 2022 a Pedro Castillo, que caiu depois de uma tentativa de autogolpe). Jerí foi destituído na terça-feira por reuniões secretas com empresários chineses. O mandado de Balcázár tem os dias contados, já que as novas eleições são em abril e o novo presidente toma posse a 29 de julho. **s.s.**



José María Balcázár
Presidente interino do Peru

BREVES

Prisão perpétua para ex-líder da Coreia do Sul

A Justiça da Coreia do Sul condenou ontem Yoon Suk-yeol à pena de prisão perpétua, após declarar o presidente deposto culpado de liderar uma insurreição e impor ilegalmente a Lei Marcial em 2024. “Em relação ao arguido Yoon Suk-yeol, o crime de liderar uma insurreição está provado”, declarou o juiz Ji Gwi-yeon, do Tribunal Distrital Central de Seul, ao ler o veredicto. O juiz considerou o conservador culpado de mobilizar forças militares e policiais em dezembro de 2024, numa tentativa ilegal de tomar o Parlamento, liderada por liberais, prender políticos e estabelecer um poder irrestrito. O ex-líder conservador escapou, assim, à pena de morte, que tinha sido pedida pelo procurador especial que liderou a acusação.

Papa visita Lampedusa a 4 de julho

O papa Leão XIV viajará a 4 de julho para a ilha italiana de Lampedusa, porta da Europa para muitos migrantes que vieram das costas do Norte da África, atravessando o Mediterrâneo. O papa americano segue assim os passos de Francisco que ali fez mesmo a sua primeira viagem para fora do Vaticano. O Vaticano também anunciou uma visita a 8 de maio ao Santuário da Virgem de Pompeia e a Nápoles enquanto a 23 desse mês o papa visitará Acerá, na região da Campânia, a chamada “Terra do Fogo”, devido à queima ilegal de lixo e produtos tóxicos da Camorra, a Máfia local. Leão XIV irá ainda a Pavia a 20 de junho e a 6 de agosto estará em Assis pelos 800 anos do Trânsito de São Francisco.

Diogo Carmona:

“Às vezes precisamos de ver um exemplo para saber que somos capazes”

JOGOS PARALÍMPICOS DE INVERNO Do skate ao para-snowboard, em pouco mais de três anos, chega a Milão-Cortina como o único português na modalidade e quer ajudar a dar visibilidade ao desporto adaptado. Tornou-se conhecido do público como ator.

TEXTO **CECÍLIA CARMO** FOTO **REINALDO RODRIGUES**

Diogo Carmona é um atleta português de desporto adaptado, especializado em para-snowboard, que fará a estreia nos Jogos Paralímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026. Tornou-se inicialmente conhecido do público português como ator, ainda em criança e adolescência, participando em séries e telenovelas populares como *Morangos com Açúcar*, *Floribella* e *Dancin' Days*.

Apesar da exposição mediática precoce, a sua vida mudou profundamente em outubro de 2019, quando sofreu um acidente grave que levou à amputação parcial da perna esquerda. O período seguinte foi marcado por recuperação física e psicológica exigente e por uma redefinição completa de objetivos pessoais e profissionais.

Antes do acidente já praticava skate desde os 10 anos e foi precisamente essa ligação ao desporto que funcionou como motor de reabilitação. Após meses de fisioterapia voltou gradualmente à prática desportiva, primeiro no skate adaptado e depois na neve, onde encontrou o seu caminho competitivo definitivo. Experimentou snowboard apenas em 2022 e, em poucos anos, passou do nível inicial para a alta competição internacional, um progresso considerado invulgarmente rápido no contexto do desporto paralímpico. Compete na classe SB-LL2, destinada a atletas com amputação abaixo do joelho.

Em Portugal tornou-se campeão nacional de para-snowboard e também Campeão Nacional de

Skate Adaptado. A nível internacional foi o primeiro português a competir numa Taça do Mundo da modalidade, alcançou lugares de Top-15 em etapas do circuito mundial, obteve um quarto lugar numa prova da Europa Cup de snowboard cross na Finlândia e conquistou duas medalhas de prata numa etapa da FIS Asian Cup de banked slalom realizada no Dubai.

Paralelamente manteve ligação ao skate adaptado e participou numa demonstração internacional durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Em fevereiro de 2026 garantiu a qualificação para os Jogos Paralímpicos de Inverno de Milão-Cortina, tornando-se o primeiro atleta português confirmado nesta edição na disciplina de snowboard adaptado. A presença tem significado especial para o desporto nacional, tradicionalmente pouco representado em modalidades de inverno, e simboliza também a expansão do movimento paralímpico português para novas áreas competitivas.

Além dos resultados desportivos, foi incluído na lista *Forbes* Portugal Under 30 e participa regularmente em ações educativas e de sensibilização para inclusão e igualdade de oportunidades, sendo frequentemente apontado como exemplo de superação.

Está prestes a estreiar-se nos Jogos Paralímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026. O que sentiu quando recebeu a confirmação do apuramento?

Foi um momento muito intenso.

Houve ali um segundo em que fiquei em silêncio porque não estava a conseguir processar. Sabia que era uma possibilidade, tinha sido falada dentro da equipa técnica, mas uma coisa é saber que pode acontecer e outra é acontecer mesmo. Quando recebi a confirmação senti uma descarga emocional enorme, comecei a chorar e precisei de alguns minutos para perceber o que significava. Foram meses muito duros, sobretudo esta época, entre recuperação física, fisioterapia e a incerteza de não saber se ia estar pronto a tempo. Aquela notícia funcionou como uma validação de todo o esforço. Senti orgulho, alívio e também uma responsabilidade imediata.

Antes do snowboard havia uma vida completamente diferente, ligada ao skate e à representação. Como surgiu a mudança?

“Representar um país, sobretudo numa modalidade pouco conhecida em Portugal, tem um peso diferente. Não é só competir por mim. É mostrar que é possível existir desporto adaptado de inverno em Portugal.”

A mudança não foi planeada. Recebi um convite da Federação para experimentar snowboard e fui numa lógica de curiosidade, não de carreira. Na altura não tinha qualquer expectativa de competição internacional. Simplesmente gostei muito da sensação, da liberdade e do desafio técnico. O processo de evolução acabou por ser rápido, talvez pela base do skate, que ajuda bastante na leitura do equilíbrio e na forma como se usa a prancha. A partir daí começaram a surgir oportunidades e percebi que podia levar aquilo a sério.

O skate desapareceu da sua vida? Não desapareceu, mas deixou de ser prioridade. Sempre foi uma paixão desde muito novo, passei milhares de horas em skateparks, mas depois da fratura no pé tive de repensar riscos. O skate tem uma imprevisibilidade muito grande — uma pequena distração pode significar meses parado. Neste momento preciso de proteger a minha capacidade de competir no snowboard. Ainda assim, continuo a sentir-me ligado ao skate e não o abandono emocionalmente.

Sente mais entusiasmo ou mais responsabilidade por representar Portugal?

É impossível separar as duas coisas. O entusiasmo dá-me energia e motivação, a responsabilidade obriga-me a manter foco. Representar um país, sobretudo numa modalidade pouco conhecida em Portugal, tem um peso diferente. Não é só competir por mim, é mostrar que é possível existir desporto adaptado de in-



Diogo Carmona fraturou o pé em plena preparação para os Jogos Paralímpicos, mas não desistiu, garantindo a qualificação quase no fim do prazo.

verno em Portugal. Tento equilibrar emoções para que não interfiram no desempenho.

Será o primeiro português no para-snowboard paralímpico. Isso mexe consigo?

Claro que mexe, mas tento não pensar demasiado nisso durante a competição. É algo histórico e dá orgulho, mas também pode criar pressão desnecessária. Se entrar na pista a pensar no simbolismo e não na técnica, prejudico-me. Prefiro encarar como mais um passo natural do percurso. O reconhecimento virá depois; naquele minuto de desida só existe a pista.

Quais são os seus objetivos para estes Jogos?

Dar o máximo e terminar a prova. Pode parecer modesto, mas não é. Os Jogos são o topo abso-



luto da modalidade. Chegar aqui significa estar entre os melhores do mundo. Muitas vezes as pessoas olham apenas para medalhas, mas ignoram tudo o que está antes: qualificação, pontos internacionais, viagens, custos pessoais e superação física diária. Terminar a prova com a sensação de que executei o melhor possível será um sucesso.

Tem pouco tempo de prática na modalidade. Como foi possível chegar tão longe tão rápido?

Muito trabalho concentrado num período curto. Treinos intensivos, muita análise técnica e uma grande capacidade de adaptação. Também tive bons treinadores e apoio certo no momento certo. A base do *skate* ajudou na aprendizagem inicial, mas a partir de determinado ní-

vel isso deixa de ser suficiente. O *snowboard* competitivo exige leitura de terreno, precisão de trajetórias e controlo mental muito específico. Tive de aprender tudo rapidamente.

A lesão desta época complicou a preparação?

Bastante. Falhei uma competição importante e isso afetou o ritmo competitivo. Ainda não estou totalmente a 100%, embora esteja muito perto. O impacto no pé ainda causa algum desconforto, sobretudo em zonas mais duras da pista. Nesta fase final estou focado na fisioterapia e na preparação mental para chegar aos Jogos com confiança.

O acidente de 2019 mudou a sua vida. Como olha para ele hoje?

Foi o pior momento da minha vida. Não há romantização pos-

sível nisso. Mas tentei transformá-lo em algo positivo. O processo foi gradual, não aconteceu de um dia para o outro. Primeiro há adaptação, frustração e perda de identidade. Depois começa-se a construir outra versão de nós próprios. Hoje vejo como um ponto de viragem que me obrigou a descobrir capacidades que não sabia que tinha.

A experiência como ator ajuda no desporto?

De certa forma, sim. O teatro ensina disciplina, repetição e controlo emocional. Também ensina a lidar com público e pressão. No desporto existe uma exposição diferente, mas igualmente intensa. A grande diferença é que no palco interpretamos um papel, no desporto somos nós próprios sem filtro. O teatro conti-

nua a ser uma paixão e acredito que voltarei a dedicar-me mais a ele no futuro.

Como lida com a visibilidade mediática?

Já estava habituado desde novo, por isso não foi uma novidade completa. A exposição pode ser positiva porque dá voz ao desporto adaptado, mas não pode interferir com o foco competitivo. Tento manter uma distância saudável: dar atenção quando é importante e depois regressar ao treino.

Treinar sendo português num desporto de inverno é difícil?

Muito. Implica deslocações constantes para o estrangeiro e uma gestão financeira rigorosa. Cada estágio tem custos elevados. É preciso decidir cuidadosamente onde investir: material, viagens

ou tempo extra de treino. Também obriga a grande autonomia do atleta. Não existe uma estrutura massiva como noutros países.

Tem medo antes das descidas?

Existe sempre respeito. O medo controlado é útil porque mantém alerta. O importante é transformar essa sensação em concentração. Estudo a pista, visualizo mentalmente o percurso e sigo um ritual: abraço o treinador, faço movimentos de ativação e entro no modo competitivo.

Já teve alguma experiência marcante na montanha?

Na primeira vez que fui para um glaciar na Áustria perdi-me durante um nevão. Fiquei sozinho, enterrado até ao peito na neve, sem referência visual. Foi assustador e fez-me perceber a dimensão do perigo real da montanha. Felizmente tinha o telemóvel comigo e consegui enviar a localização ao treinador e fui encontrado mais tarde. Nunca mais encarei a neve de forma leve.

Sente que pode inspirar jovens com incapacidades?

Espero que sim. Muitas pessoas precisam de referências para acreditar que são capazes. Recebo mensagens nesse sentido e isso tem um valor enorme. O desporto ajuda na autonomia, confiança e saúde mental. Não precisa de ser alta competição – basta experimentar.

O que falta em Portugal para valorizar mais o desporto adaptado?

Proximidade. Quando o público conhece os atletas, percebe imediatamente o nível extraordinário de exigência. Mais cobertura mediática ajuda, mas também é preciso contacto direto, eventos e educação desportiva.

Já pensa nos próximos Jogos?

Este é apenas o começo. Quero evoluir e tentar regressar daqui a quatro anos mais preparado. A experiência adquirida agora será essencial para o futuro.

E fora do desporto? Gostaria de voltar ao teatro?

Gostaria de voltar a explorar mais o teatro e outras áreas criativas. Não me vejo limitado a uma só identidade profissional. O importante é continuar ativo e a aprender.

Uma mensagem antes de Milão-Cortina?

Aproveitar cada momento e competir com tudo o que tenho. Chegar aqui já foi uma vitória, agora quero honrar essa oportunidade.



Duas ou três coisas sobre a sociedade de consumo

ROMANCE Depois de 'As Coisas', a edição de 'Um Homem que Dorme', romance de 1967, permite-nos continuar a redescobrir esse escritor singular que foi o francês Georges Perec — para reavaliarmos os equívocos do consumo.

TEXTO **JOÃO LOPES**

Graças ao empenho da editora Antígona, continuamos a poder descobrir as singularidades da escrita de Georges Perec (1936-1982), porventura um dos romancistas franceses mais originais e, nessa medida, mais inclassificáveis do século XX. Assim, depois de *As Coisas* (1965), a sua primeira ficção, lançada há cerca de um ano, aí está *Um Homem que Dorme*, de novo através de um rigoroso trabalho de tradução por Luís Leitão.

Talvez por defeito (e também feito) cinéfilo, e tal como perante *As Coisas*, os paralelismos com o que estava a acontecer no cinema francês surgem de imediato e são, no mínimo, sugestivos. Não que Perec utilize cauções cinematográficas, ou de qualquer outra natureza, para retratar o seu anti-herói que, num misto de desapego e obstinação, parece obedecer às palavras de Franz Kafka citadas na

abertura do livro: “Não é necessário que saias de casa.” Seja como for, numa perspectiva sociológica (*ma non troppo*), talvez útil para um mínimo de contextualização histórica, poderemos lembrar que *Um Homem que Dorme*, editado em 1967, reflete as atribulações e as solidões — rima e é muito verdade — de um tempo de proclamação das duvidosas glórias da sociedade de consumo.

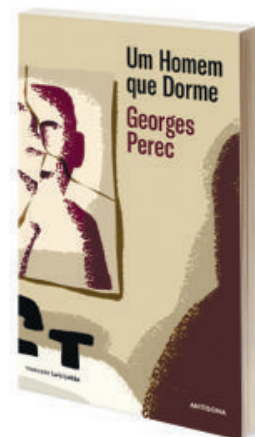
Ora, 1967, justamente, é também o ano de estreia de dois filmes emblemáticos de Jean-Luc Godard que, por assim dizer, resumem o apocalipse social, e a sua trágica decomposição das relações humanas, gerado pelo en Deusamento do consumo. São eles *Weekend/Fim de Semana e Deux ou Trois Choses que Je Sais d'Elle/Duas ou Três Coisas sobre Ela*. Por alguma razão, são por vezes citados como obras premonitórias de Maio de 68.

Tal como Godard, Perec não



Georges Perec (1936-1982).

O romance de Perec não é psicológico, o seu protagonista é apenas alguém que tem “vinte e cinco anos e vinte nove dentes”.



procura fazer “antecipações” de qualquer tipo de futuro. O certo é que algo emperrou na fluidez do presente, de tal modo que o seu muito solitário protagonista é pouco mais que um “homem que dorme”, expondo-se de forma mais ou menos indiferente à vibração do mundo lá fora para, logo que possível, por sonâmbula disciplina, satisfazer o conselho kafkiano e... regressar a casa. Afinal de contas, o seu retrato pode condensar-se numa fórmula bizarra: ele é alguém que tem “vinte e cinco anos e vinte nove dentes”.

Perec acompanha-o através de uma voz que o observa, tanto mais angustiante quanto pertence a um narrador sem corpo — uma genuína invenção literária que vive “apenas” no interior das palavras. Logo nas primeiras páginas, esse inusitado narrador mostra-se contundente em relação à sua/nossa personagem de romance: “É num dia como este, um pouco mais tar-

de, um pouco mais cedo, que descubres sem surpresa que há qualquer coisa que não funciona, que, para o dizer sem rodeios, não sabes viver, que nunca o saberás.”

O ato de escrever

Dir-se-ia um tempo psicológico de perversa análise pessoal... Mas não. Supor que há alguém que tenta escutar os seus próprios enigmas seria atribuir a *Um Homem que Dorme* uma dimensão introspetiva que, de facto, o romance não tem. Retomando a memória do romance anterior, talvez possamos dizer que Perec nos dá conta das “coisas” do mundo, consumíveis ou não, como se todas as certezas estivessem ameaçadas, até mesmo a organização do tempo em que nos situamos: “O teu passado, o teu presente e o teu futuro confundem-se: são simplesmente o peso dos teus membros, a tua enxaqueca insidiosa, o teu abatimento, o amargor do café morno.”

Sem essência para cumprir ou reivindicar, esta é uma personagem existencialista, por excelência, que se define apenas pela “soma” dos seus atos (como dizia Malraux), mesmo quando procura o aconchego de uma suposta neutralidade. Porquê? Porque “a tua neutralidade não quer dizer nada”. Que resta, então? A espessura da própria linguagem, o ato de escrever, a liberdade que as palavras podem transportar — nem tudo se esgota no consumo.

Cascais Ópera contrasta com país onde “a cultura é cada vez mais posta de parte”

CONCURSO Com uma participação recorde – 499 concorrentes internacionais – a 3.^a edição do Cascais Ópera, de acordo com o que o diretor artístico do concurso, Adriano Jordão, explicou ao DN, reforça a ideia de que, mais importante do que o prémio de 12 mil euros, “é fazerem-se ouvir por pessoas que têm realmente poder de decisão”.

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

O número extraordinário de concorrentes internacionais – na sua maioria da China e da Coreia do Sul – que se submeteram ao crivo do júri da 3.^a edição do Cascais Ópera simboliza um aumento significativo face às edições anteriores, obrigando a organização a limitar o número de participantes nas provas presenciais. As provas eliminatórias dos candidatos finalistas terão lugar entre 29 de maio e 7 de junho deste ano, reunindo os intérpretes selecionados após avaliação preliminar por um júri internacional. Portugal participa com 25 candidatos (quando no ano passado só entrou com seis) e há sempre a possibilidade de ganhar, até porque na edição anterior foi uma portuguesa a conquistar o primeiro lugar neste pódio lírico. Para o diretor artístico do concurso, Adriano Jordão, com quem o DN conversou, o prémio são 12 mil euros e contratos, “mas o mais importante é fazerem-se ouvir por pessoas que têm realmente poder de decisão”.

“No júri, temos a Ópera de Munique, que é das mais importantes da Europa. Está o diretor de Glyndebourne, que é um emblemático festival de ópera. Temos a diretora da Ópera de La Monnaie, de Bruxelas. Um jovem que se quer fazer ouvir por essa gente, não têm hipóteses. Ali [no Cascais Ópera] pelo menos vai ser ouvido por elas”, reforça Adriano Jordão, mostrando o impacto que pode ter na vida dos participantes, que têm entre os 18 e os 32 anos de idade.

É também por isso que a Coreia do Sul surge destacada como o país com maior número de candidaturas – 97 –, seguida da China, com 75. A nível europeu, a Alemanha trouxe 35 candidatos, Espanha 27, Itália 20 e França 13.

Segundo Adriano Jordão, a evolução quantitativa tem sido contínua desde a criação do evento, com 203 candidatos na primeira



Cascais Ópera 2026 contou, na primeira fase, com 499 participantes internacionais, quase o dobro da edição do ano passado.

JORGE CARMONA

edição, 340 na segunda e quase quinhentos na atual. Para as fases presenciais, estão previstos cerca de 45 participantes, número que se aproxima do limite logístico da organização, que o diretor artístico do concurso classifica como “horrível”, porque “é preciso ouvir com muita atenção”.

“É um júri muito bom”, garante Adriano Jordão, e continua a ser presidido pelo barítono Sergei Leiferkus, mas está ainda Jennifer Larmor *mezzo-soprano* norte-americana vencedora de dois Grammys, Liliana Bizineche, *mezzo-soprano* romena, Ivan van Kalmthout, antigo diretor artístico do Teatro Nacional São Carlos, elenca Adriano Jordão, reforçando a ideia de que o Cascais Ópera tem “um júri de primeira categoria, que tem este trabalho insano agora de fazer a seleção dos 45”.

Sobre os países mais representados no concurso – a Coreia do Sul e a China –, Adriano Jordão explica, sobre o primeiro, que é onde “há uma escola muito boa de canto, muito bem organizada”, cujos

“Nós temos cantores em Portugal que só não são os melhores do mundo porque, infelizmente, começaram os estudos em Portugal e não conseguiram sair, porque é muito difícil.”

Silvia Sequeira
Prémio Teresa Berganza

curiosos de ópera foram dirigidos durante muitos anos por Jennifer Larmor, atual júri do concurso.

Em relação à China, Adriano Jordão defende que “a educação é a base. Em todos os campos. E a China é também, na música, hoje, um fornecedor de milhares de excelentes participantes.”

A aventura de viver do canto lírico

O DN também conversou com Sílvia Sequeira, vencedora do prémio Teresa Berganza, na primeira edição do Cascais Ópera, em 2024, que mostrou como o concurso mudou a sua vida, principalmente quando “não estava numa boa fase”.

“Foi quase uma confirmação de que eu estava no caminho certo”, admite, mas foi uma forma de mostrar como “uma cantora que,

apesar de estar no estrangeiro, também vem a Portugal e não tem problemas nenhuns em fazer coisas em Portugal”.

Neste campo, Sílvia Sequeira lembra que só há uma única casa de ópera oficial em Portugal – o São Carlos – e é muito difícil viver da ópera no nosso país, a não ser que se dê aulas.

Ainda assim, a cantora, com emoção, lembra que, “a nível académico, temos boas escolas, temos bons professores, temos boas vozes, temos a vontade de ser cada vez mais e melhor. Só não temos os apoios necessários, só não temos instituições com poder económico para nos pagar aquilo que realmente nos é devido e a cultura cada vez mais está a ser posta de parte, e não estou a falar só da música, estou a falar da cultura em geral”, conclui.



ANDRÉ MURRAÇAS EM 'ONE MAN SHOW' COM 'O MEU AMIGO FREDDY KRUEGER'

“É um solo de teatro escrito, interpretado e encenado por André Murraças, inspirado na sua adolescência.” É assim que a peça *O Meu Amigo Freddy Krueger*, que se estreou ontem no Teatro São Luiz, em Lisboa, é apresentada. André Murraça usa a personagem de Freddy Krueger, dos filmes *Pesadelo em Elm Street*, para abordar temas como “bullying, a gordofobia e a homofobia” que marcaram a sua vida na escola no anos 1990.

“O lado *queer* volta a estar presente na criação deste autor. O estranho, o diferente da sua adolescência é posto em contraste (ou equiparação) com a feiura da personagem Freddy Krueger – um monstro com a cara queimada que ataca jovens de liceu nos seus pesadelos e os mata por vingança”, explica-se no texto publicado na coleção *Livrinhos de Teatro* n.º 194, Artistas Unidos / Livros Snob.

Pode um filme de terror apaziguar o sofrimento “de quem é olhado de maneira diferente?”

“Muitos adolescentes *queer* viam na aberração das personagens uma materialização de que não estavam sozinhos. E quando essas personagens têm superpoderes, ou são temidos pelos outros, isso dá-lhes uma sensação catártica de empoderamento. Não há moral, não há medo”, lê-se ainda.

Que traumas causam as crianças umas às outras? Pode o terror cinematográfico ser menor do que o terror da vida real? Questões abordadas nesta peça com uma cenografia imersa em referências da cultura *pop*. Estará em cena até 1 de março na Sala Mário Viegas. **C.A.R.**



U2 lançam novas músicas com críticas a Putin e ao ICE

MÚSICA Banda irlandesa lançou *Days of Ash*, um novo EP com cinco temas contra a guerra na Ucrânia e o serviço de imigração dos EUA.

A banda de rock irlandesa U2 lançou novas músicas, com participações de Ed Sheeran e um soldado ucraniano, abordando a guerra na Ucrânia e as políticas de imigração dos EUA. *Days of Ash* é “uma resposta direta aos acontecimentos atuais, inspirada pelas muitas pessoas extraordinárias e corajosas que lutam na linha da frente pela liberdade”, escreveu a banda no seu site. Este EP (formato curto) é composto por cinco temas e um poema, lançado antes de um álbum anunciado para o final de 2026, o primeiro com temas inéditos desde 2017, noticiou a Agência France-Presse (AFP).

A banda, estrela dos anos 1980 e 1990 com a sua música ativista, explora temas como a guerra, a violência e a política.

Em *Yours Eternally*, sobre a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, os U2 dão a palavra ao soldado ucraniano Taras Topolia. A banda vai lançar um videoclipe no dia 24 de fevereiro para assinalar o 4.º aniversário da invasão da Ucrânia pela Rússia. *American Obituary* aborda a morte de Renée Good, uma mãe assassinada a 7 de janeiro por um agente do ICE (Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos).

Estas novas músicas são “canções de desafio, consternação e lamento”, comentou o cantor Bono, de 65 anos. “Não há nada de normal neste momento louco e revoltante, e precisamos de nos unir para que possamos recuperar a confiança no futuro”, frisou o cantor.

Os U2, formados em Dublin em 1976, são compostos por Bono como vocalista principal, ‘The Edge’ na guitarra e teclados, Adam Clayton no baixo e Larry Mullen Jr. na bateria.

Este novo lançamento dos U2 segue os passos de outros artistas, como o norte-americano Bruce Springsteen, que em ja-



“Não há nada de normal neste momento louco e revoltante”, diz Bono.

neiro lançou a música *Streets of Minneapolis* para denunciar a repressão do ICE naquela cidade e a morte de dois civis, Renée Good e Alex Pretti, pelos seus agentes.

Já esta semana, o músico norte-americano anunciou uma digressão pelos Estados Unidos (EUA), “em defesa da democracia, da liberdade, da Constituição e do sonho americano”. Na sua página oficial na internet, Springsteen revelou que a di-

gressão *Land of Hope and Dreams* (“Terra de Esperança e Sonhos”, em tradução livre) conta com 20 concertos, entre 31 de março em Minneapolis e 27 de maio em Washington.

Bruce Springsteen já tinha levado esta digressão pela Europa em 2025, para cerca de 700 mil pessoas, e lançou um EP com o mesmo título, regressando agora aos palcos norte-americanos, com uma mensagem crítica sobre a política dos EUA.

“Estamos a viver tempos sombrios, perturbadores e perigosos, mas não se desespere, a cavalaria está a chegar!”, escreveu, sublinhando que serão concertos em defesa de valores democráticos, que estão sob ataque por “um aspirante a rei e pela sua Administração desonesta”, numa referência ao presidente, Donald Trump.

Bruce Springsteen tem criticado repetidamente Donald Trump e a sua Administração. “Donald Trump não compreende este país, a sua História e o que significa ser verdadeiramente americano”, declarou a lenda do rock norte-americano, também apelidado como *The Boss*, durante a campanha presidencial de 2024. **DN/LUSA**

Days of Ash é “uma resposta direta aos acontecimentos atuais, inspirada pelas muitas pessoas extraordinárias e corajosas que lutam na linha da frente pela liberdade”, escreveu a banda irlandesa.

Men'sHealth

PUBLICIDADE



VIRAA
REVISTA



JÁ NAS BANCAS À TUA ESPERA!



Entre as imagens
João Lopes

A televisão e os seus 'drones'

As televisões vivem dominadas pela ânsia do espetáculo. Do mais medíocre espetáculo, entenda-se, e a qualquer preço. Em alguns casos, há mesmo responsáveis editoriais e administrativos que preferem sacrificar qualquer método de conhecimento sereno e fundamentado, programando “análises” instantâneas em nome de uma agitação gratuita que vai enquistando a sensibilidade dos espectadores.

Permito-me, por isso, citar algumas palavras admiravelmente sensatas e concisas de um texto de opinião do advogado António Jaime Martins (na última quarta-feira, aqui no DN) sobre os “programas de investigação televisiva”. Questionando a credibilidade desse antijornalismo (a expressão é minha), aí se escreve: “A deontologia profissional de todos os envolvidos estabelece princípios claros: rigor, isenção, contraditório, presunção de inocência, respeito pela dignidade humana. Princípios obliterados pelas audiências em jogo. O público, esse, vai sendo treinado para consumir indignação prefabricada, para substituir o pensamento crítico pela emoção imediata, para aceitar que ‘justiça’ é aquilo que passa na televisão à noite.”

Por estes dias, esse culto do espetáculo pelo espetáculo tem um sintoma (apesar de tudo, dos mais benignos) na utilização de *drones* como elemento frequente das rotinas noticiosas — as imagens aéreas podem ter, de facto, um valor informativo muito básico e esclarecedor. Exemplo atual: a amostragem dos efeitos do temporal em diversas zonas do país. Afinal, como recurso técnico de uso relativamente simples, o *drone* é eficaz na produção de imagens que, pelo menos, deem conta da amplitude da tragédia que as populações das áreas inundadas estão a viver.

Resta saber como é feita a gestão (jornalística, precisamente) de tal recurso. Em boa verdade, em muitas situações televisivas, as imagens de *drone* são tratadas através de uma repetição interminável (em *loop*, como se diz na gíria audiovisual), enquanto os “analistas” vão utilizando os seus 15 minutos de glória para explicar todos os dramas deste mundo e do outro. Há algo de anedótico nessa incapacidade de valo-



Tom Cruise em *Missão Impossível*: isto não é televisão.

rizar uma imagem pela própria imagem, optando-se antes por um sonambulismo visual a que se dá o nome de “informação”.

O método não nasceu com as cheias, já que podemos estar a ver e ouvir alguém a falar da guerra na Ucrânia como se fosse um jogo caseiro de batalha naval, ao mesmo tempo que nos é mostrada, vezes sem conta, a mesma explosão de uma bomba reduzida a um fogo de artifício abstrato e desumanizado.

As imagens de *drones* podem ser fonte de fascinantes experiências visuais. Lembremos as proezas aéreas de Tom Cruise em vários títulos da saga *Missão Impossível*, nomeadamente no incrível voo de moto, sem manipulação digital das imagens, na primeira parte do filme que tem como subtítulo *Ajuste de Con-*

tas (2023). Em boa verdade, foi Alfred Hitchcock que “inventou” os *drones* antes de haver *drones* — observem-se as prodigiosas vistas aéreas de *Intriga Internacional* (1959) e, sobretudo, *Os Pássaros* (1963).

“

As imagens aéreas obtidas com *drones* passaram a fazer parte do nosso quotidiano — mas afinal quem vê o quê?”

Infelizmente, a banalização do espetáculo — aliás, a transformação gratuita de matérias informativas em vulgaridade espetacular — tende a impor-se como norma de um jornalismo sem pensamento crítico. Assim, por exemplo, várias “fontes” de informação divulgaram imagens de *drone* das ruas e casas inundadas na Ribeira de Santarém, com o rótulo “cheias em Santarém”. Pelos vistos, ninguém teve o cuidado de verificar que Santarém fica numa zona de planalto e que, objetivamente, sem que isso anule a gravidade geral da situação, a cidade não estava alagada. Na pior das hipóteses, o operador do *drone* não sabia para onde estava a olhar.

Jornalista



Notas geopolíticas: a ordem internacional e as farsas atuais

Luís Valença Pinto

Um roteiro para uma Economia de Defesa Europeia

O momento que a Europa vive em matéria de Segurança e Defesa, sendo muito difícil é, por isso mesmo, exigente e desafiante. A Europa tem de organizar a sua dimensão de Defesa, o que inclui necessariamente, um objetivo de rearmamento. Nesse contexto, a Economia de Defesa assume uma grande relevância.

Esta reflexão visa elencar um conjunto de condições e princípios essenciais para a melhor estruturação de uma Economia de Defesa à escala europeia.

Antes do mais é preciso atentar que as guias-mestras da Economia de Defesa são, por um lado, os requisitos militares em termos de capacidades entendidas como necessárias e, por outro lado, as possibilidades das Indústrias de Defesa, acrescentadas por quem para ela possa igualmente contribuir. Ou seja, as possibilidades encontradas na Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID).

A boa identificação dos requisitos militares tem de resultar de um adequado planeamento estratégico, que inclua um competente planeamento de Defesa.

No contexto da União Europeia (UE) e para os fins da Defesa Europeia, uma BTID europeia corresponde ao somatório, mas, sobretudo, à boa articulação das BTID dos 27 Estados-membros.

Se uma eventual organização de Defesa Europeia vier a incluir Estados que não sejam membros da UE as respetivas BTID devem igualmente ser consideradas.

O principal desafio para a Economia de Defesa é poder resultar da integração conjugada e compatibilizada das intenções e das capacidades de três tipos de atores. Em primeiro lugar a Administração e, nela, as Forças Armadas; depois a Academia e as instâncias que constituam o Sistema Científico e Tecnológico; finalmente a Indústria, em particular a do setor da Defesa. Surpreendentemente, nem sempre os atores interessados têm consciência da necessidade e vantagem desta tripla articulação.

Entre outros, vale a pena salientar dois critérios. O da procura permanente de um elevado padrão tecnológico e o da pretensão de levar tão longe quanto possível a busca de soluções que materializem o duplo-uso (militar e civil). Essa busca não se deve apenas centrar nos equipamentos completos, mas incluir igualmente a tecnologia.

Estão hoje disponíveis na Europa e em particular na UE, uma multiplicidade de instrumentos financeiros e de mecanismos de apoio. Naturalmente que seria bom se esses muitos instrumentos e mecanismos estivessem mais unificados. Seja qual for a situação, é indispensável que as regras desses instrumentos e mecanismos sejam bem conhecidas e praticadas.

A boa estruturação da Economia de Defesa Europeia recomenda uma harmoniosa combinação dos grandes grupos empresariais que existem na Europa (os chamados “campeões europeus”) com o universo das Pequenas e Médias Empresas (PME) e das *startups*. Aos primeiros, típicos dos Estados mais robustos, correspondem maiores capacidades industrial e financeira. Aos segundos, típicos dos Estados menos robustos, correspondem, por regra, inovação mais acentuada e, frequentemente, tecnologia mais avançada.

A harmoniosa combinação acima referida e que se justifica por critérios próprios da Economia de Defesa, pode contribuir para o reforço da unidade e da coesão da UE.

Uma conclusão que se pode retirar é que a interação tecnológica positiva é muito mais relevante do que a geografia para a identificação e formação de possíveis *clusters*. Para ser mais explícito, *clusters* ditos regionais não são solução única, nem, por definição, a melhor solução.

Com tudo a correr muito bem, ainda assim e durante um tempo ainda longo (uma década?), o rearmamento europeu não dispensará a aquisição em mercados externos. Por motivos óbvios os mercados chinês e russo, estão excluídos dessa procura. Os mercados

brasileiro, indiano, sul-coreano e japonês, sendo possíveis, não poderão suprir muitas das necessidades europeias. A conclusão é que durante esse tempo, ainda de insuficiência, a Europa estará “obrigada” a procurar o mercado norte-americano. Além da sua importância intrínseca, esta circunstância reveste-se de significativas implicações políticas.

O processo de rearmamento europeu deve orientar-se com prioridade para a superação das capacidades em que a Europa tem hoje uma particular limitação e uma consequente dependência, nomeadamente da NATO e, em particular, dos EUA.

Outro aspeto fundamental tem que ver com a correção da fragmentação que hoje existe no espaço europeu em matéria de equipamentos e armamentos militares. O que decorre do caráter eminentemente nacional que tem prelevado na Defesa europeia.

O que existe são 27 Estados com organizações e estruturas próprias e não

padronizadas no que concerne às Defesa. Estados cujos sistemas de armas e equipamentos militares são distintos uns dos outros. Nalguns casos de fabrico nacional.

É evidente o problema de interoperabilidade e logística que isso suscita, mas além disso, é também manifesto que isso não corresponde à melhor gestão dos recursos existentes, especialmente se considerados para o todo europeu.

Análises recentes mostram que, em termos de sistemas principais de armamento convencional, os EUA têm 33 sistemas e a Europa da UE tem 179.

Isso explica parcialmente que, para o mesmo volume de recursos investidos, o produto operacional europeu seja francamente menor do que o norte-americano. Esta afirmação é inquestionável. Estudos um pouco abstratos, na justa medida em que tenta comparar realidades muito distintas na sua estrutura e organização, sugerem que o produto operacional europeu é 15% a 40% menor do que o norte-americano.

Em termos de futuro e se para tal houver vontade política, essa situação pode vir a ser resolvida. Mas no presente e, pelo menos, no médio prazo, será conveniente que se trace um plano que possa viabilizar uma boa e tão rápida quanto possível transição da situação fragmentada hoje existente, para uma situação futura concebida numa perspetiva de conjunto. A circunstância de, presentemente, os Estados europeus fabricantes de armas e equipamentos competirem entre si no mercado internacional, dificultará esse exercício.

A conclusão mais matricial é que, numa área marcada por interesses nacionais de várias ordens, será necessária uma forte, ampla e determinada vontade política para ultrapassar as dificuldades que hoje existem para o pleno desenvolvimento de uma Economia de Defesa Europeia, condição *sine qua non* de uma Defesa Europeia.

General. Presidente do EuroDefense-Portugal.

“**O principal desafio para a Economia de Defesa é poder resultar da integração conjugada e compatibilizada das intenções e das capacidades de três tipos de atores: Administração e, nela, as Forças Armadas; a Academia e o Sistema Científico e Tecnológico; finalmente a Indústria, em particular a do setor da Defesa.**”



Mundos novos
Manuel José Guerreiro

O sorriso de Ana Abrunhosa

O país está numa guerra com as tempestades, mas também num combate em que avultam as nossas próprias fragilidades, algumas endémicas. Conhecemo-nos bem. São muitos séculos a florescer com o que temos de grandioso e a capitular com o que em nós teima em existir de desleixo.

Neste combate, como em todos os conflitos de proporções excecionais, como escreve o meu amigo Edgar Morin, único sábio que vem daquele tempo em que o pensamento era tão considerado como o ouro, emergem quase sempre “grandes homens, e grandes mulheres ou, pelo menos grandes personalidades, cujo potencial se revela excepcional”.

Morin oferece-nos nas suas *Lições da História* o exemplo de Robespierre ou de Churchill. “Sem a revolução, Robespierre continuaria a ser um advogado de província. E se Churchill não tivesse sido nomeado primeiro-ministro, em substituição do frágil Chamberlain, na sequência da derrota britânica na Holanda e na Bélgica, o Reino Unido teria provavelmente aceitado as propostas de paz de Hitler, permitido que este se tornasse senhor da Europa.” A estes exemplos poderia juntar, sem esforço, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, que de humorista e “fantoche” passou a exemplo máximo de coragem e capacidade de resistência.

Sem a invasão russa, nunca se teria revelado em todo o seu potencial.

As tempestades trouxeram-nos dúvidas sobre protagonistas e enormes surpresas. Entre elas, destaco Ana Abrunhosa, presidente da Câmara de Coimbra. Tem sido reconfortante o modo como gere as dificuldades, procura soluções e aponta caminhos. Tem-no feito com uma subtilidade extraordinária, uma tranquilidade que é distintiva e uma assertividade que contrasta com as principais decisões.

Ver o Presidente Marcelo a elogiá-la é um símbolo de que na política, como na vida, o importante é sempre o balanço, o não perder as coordenadas do que se é.

Em novembro de 2022, o Presidente pressionou-a pelo atraso na execução

dos fundos do PRR. Lembra-se do seu ultimato? “Se falhar neste objetivo, não lhe perdoo” A então ministra reagiu bem a essa crítica e seguiu caminho para se cumprir, pouco mais de três anos depois. Notável e um exemplo da valia de vários dos nossos autarcas – as ações, afinal, contam. E a presidente da Câmara de Coimbra, com a sua experiência, coragem, resistência e sorriso que, nestas circunstâncias, assume um poder quase mágico, é poesia em dias de cólera.

O presidente Lincoln, num dos seus primeiros discursos, escreveu que se “quiseres testar o carácter de um Homem dá-lhe poder”. Morin acrescenta a essa verdade uma frase definitiva: “O poder é débil nas mãos de personalidades fracas, torna-se criador nas mãos de personalidades fortes”.

Um aplauso para esta mulher que se tornou maior.

E aos autarcas que têm feito o seu melhor em condições adversas, protegendo as suas comunidades.

E aos autarcas que têm feito o seu melhor, com destaque para Gonçalo Lopes, em Leiria – incrível a sua ação. E para Sérgio Galvão, presidente da Câmara de Torres Vedras, que, com enormíssima coragem, cancelou o Carnaval que representa social e economicamente muito para a cidade sem que esta fizesse qualquer ruído. A minha solidariedade e o meu respeito – em Torres, lugar com uma cultura antiga e com gente de trabalho, há um civismo e uma responsabilidade que a todos nos orgulha.

Aqui, no tempo e na comunidade de Torres Vedras, o ócio cede perante o trabalho, a ficção perante a realidade ou o imaginário perante o pragmatismo.

E isto porque, amanhã cedo, sempre teremos a responsabilidade de fazer chegar às mesas de Lisboa os alimentos aqui produzidos.

Alimentar Lisboa é a nossa vocação, a nossa responsabilidade.

Presidente da Caixa de Crédito Agrícola
Mútuo de Torres Vedras
manuel.guerreiro@ccamtv.pt



Tribuna social
Eduardo Teixeira

Um Portugal, que seja possível sonhar e viver

O sonho comanda a vida” é uma frase profundamente enraizada na identidade portuguesa. Mas, para muitos, o verdadeiro sonho tornou-se hoje mais simples e mais urgente. Viver num país onde seja possível nascer, trabalhar, formar família e construir um futuro com estabilidade.

Portugal enfrenta um desafio que não é apenas económico, é social e estrutural. Milhares de portugueses, sobretudo jovens, não procuram riqueza imediata, nem promessas abstratas. Procuram condições concretas: um emprego estável, salários que permitam viver com dignidade, acesso à habitação e tempo para conciliar trabalho e vida familiar. Procuram, no fundo, um país onde o esforço compense.

A conciliação entre vida profissional e familiar tornou-se um dos maiores testes à qualidade do nosso modelo económico. Horários prolongados, baixos rendimentos relativos, instabilidade laboral e custos elevados de habitação criam um cenário em que ter filhos, cuidar da família ou simplesmente planear o futuro se transforma num exercício de incerteza. Quando o trabalho ocupa tudo e a segurança falta, o sonho começa a adiar-se e, muitas vezes, a emigrar.

“

Milhares de portugueses, sobretudo jovens, (...) procuram um emprego estável, salários que permitam viver com dignidade, acesso à habitação e tempo para conciliar trabalho e vida familiar.”

Os números mostram essa realidade: jovens qualificados continuam a procurar no estrangeiro oportunidades que não encontram em Portugal. Não o fazem por falta de ligação ao país, mas porque procuram condições que lhes permitam viver com autonomia, estabilidade e perspectiva de crescimento. Cada saída representa talento perdido, investimento desperdiçado e um sinal claro de que há obstáculos estruturais por resolver.

Falar de crescimento económico sem falar de qualidade de vida é ignorar o essencial. Um país competitivo não se mede apenas pelo PIB, mede-se pela capacidade de reter talento, apoiar famílias, valorizar o trabalho e garantir que quem nasce em Portugal pode aqui construir o seu projeto de vida.

Isso implica políticas que promovam salários mais competitivos, estabilidade fiscal, acesso real à habitação e serviços públicos capazes de apoiar famílias e empresas. Implica também uma cultura económica que valorize a produtividade, a inovação e a responsabilidade, criando condições para que o crescimento se traduza em bem-estar real.

O sonho português nunca foi apenas individual. Sempre foi coletivo: um país onde cada geração acredita que pode viver melhor do que a anterior. Quando essa expectativa se perde, instala-se o desalento. Quando é recuperada, renasce a confiança.

Hoje, mais do que prometer sonhos, importa criar condições para que eles sejam possíveis. Um Portugal onde seja natural nascer, onde seja viável trabalhar e onde seja seguro construir família não é uma utopia. É um objetivo político, económico e social.

Porque, no fim, o desenvolvimento de um país mede-se por algo simples: se os seus cidadãos podem sonhar e se encontram no seu próprio País as condições para transformar esse sonho em vida e em realidade.

Economista e deputado à Assembleia da República

avisos, tribunais
e conservatórias



COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, S.A.

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos art.ºs 3769 e 3779 do Código das Sociedades Comerciais e art.º 129 dos Estatutos, convocam-se os Exmos. Accionistas para a Assembleia Geral Anual da SOCOTOPO - Compra e Venda de Imóveis, S.A., com sede na Rua Bartolomeu Dias, 72 - S. João da Talha, NIF 501332146 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o mesmo número, com o capital social de um mil háo quatrocentos e setenta cinco mil euros, a realizar nas suas instalações, em Fonte da Talha - S. João da Talha, no próximo dia 28 de Março do corrente ano, pelas 15.00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEN DE TRABALHOS

- 1.º - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do período findo em 31 de Dezembro de 2025;
- 2.º - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º - Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
- 4.º - Tratar de quaisquer assuntos de interesse social;


Nos termos do art.º 139 dos Estatutos da Sociedade, a cada vinte acções averbadas até 8 (oito) dias antes da data da reunião corresponde um voto, tendo cada Administrador pelo menos um voto mesmo que não possua vinte acções, os accionistas poderão agrupar-se de forma a completar o número de vinte acções, fazendo-se representar na Assembleia Geral por um dos agrupados.

S. João da Talha, 18 de fevereiro de 2026

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sílvia Freire Gregório dos Santos

9 Rua António Maria Eugénio de Almeida, 42
2600-103 Vila Franca de Xira
Portugal

☎ +351 263 263 666
✉ +351 263 263 668
📠 +351 918 653 207
✉ geral@socotopo.pt



www.socotopo.pt



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

EDITAL

CANDIDATURAS AO CARGO DE DIRETOR/A DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1. O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa procede ao anúncio público de abertura do processo de candidaturas ao cargo de Diretor/a.
2. O/a Diretor/a é eleito/a pelo Conselho de Escola do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, para um mandato de três anos, podendo ser renovado uma vez, e é o órgão de governo e de representação institucional externa do Instituto, exercendo as respetivas funções em regime de dedicação exclusiva.
3. Podem candidatar-se ao cargo quaisquer membros do pessoal investigador ou docente do Instituto, bem como de outras instituições nacionais ou estrangeiras de ensino universitário ou de investigação.
4. O/a Diretor/a deve:
 - a) Ser uma personalidade de elevado prestígio académico;
 - b) Ter experiência no exercício de funções de direção ou coordenação em instituições de ensino universitário ou de investigação;
 - c) Ter demonstrado a capacidade de promover valores humanísticos e científicos num ambiente de colegialidade e inclusão;
 - d) Possuir uma visão estratégica adequada à prossecução da missão do ICS, de acordo com as atribuições estabelecidas no artigo 2.º dos seus Estatutos.
5. O cargo de Diretor/a do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa não é remunerado, sendo atribuído, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 388/90, de 10 de dezembro, ao titular do cargo um suplemento mensal de 28% da remuneração base mensal correspondente ao índice 100 das escalas salariais das carreiras de docentes universitários, de docentes do ensino superior politécnico e da carreira de investigação científica.
6. As candidaturas são dirigidas, em português ou inglês, ao Presidente do Conselho de Escola do Instituto, enviadas por correio eletrónico para eleicao.diretor@ics.ulisboa.pt, entregues pessoalmente ou enviadas por correio registado para a Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 – 1600-189 LISBOA - Portugal, integrando o *curriculum vitae*, a Declaração referida no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento para a eleição e o Programa de Ação, **entre os dias 23 de fevereiro e 20 de março de 2026, inclusive**.
7. As competências do/a Diretor/a, o regime jurídico aplicável, bem como as condições de elegibilidade e o regulamento que rege a sua eleição estão disponíveis para consulta em www.ics.ulisboa.pt/eleicao/diretor.

Aprovado em Conselho de Escola aos 29 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis.

O Presidente do Conselho de Escola
Prof. Doutor Pedro Magalhães



GRIMALDI LINES

week 09

West Africa Southern Express	Grande Argentina GAR0226	Grande Guinea GGU0226
Antwerp	28/02	19/03
Hamburg	-	23/03
Leixoes	07/03	27/03
Dakar	12/03	01/04
Lome	17/03	06/04
Luanda	21/03	10/04
Pointe Noire	24/03	13/04
Douala	27/03	16/04

Euroaegean Northbound	Grande Colonia GCO0226	Grande Sicilia GSI0226
Salerno	-	22/02
Livorno	-	23/02
Valencia	-	-
Tanger Med	26/02	-
Setubal	27/02	28/02
Portbury	01/03	02/03
Cork	-	-

Euroaegean Southbound (Euroshuttle)	Grande Costa D´Avorio GRC0126	Grande Ellade GEL0126
Antwerp	21/02	16/02
Portbury	-	-
Le Havre	-	-
Setubal	26/02	26/02
Vigo	-	-
Valencia	01/03	-
Suez Canal	05/03	-
Limassol	-	04/03

GRIMALDI PORTUGAL

info@grimaldi.pt // Lisboa: 213216300 - Leixões: 229998450 - Setúbal: 265526018



CUNTEIROS DE CAPACIDADES AGENTES!
Women's Health
2026
EM FORMA

ASSINE A WOMEN'S HEALTH PAPEL

APENAS ~~22,80€~~ 18,20€/6 EDIÇÕES

LIGUE 219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA. VALORES COM IVA INCLUIDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 31 DE MARÇO DE 2026. NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL.
PARA MAIS INFORMAÇÕES: APOIOCLIENTE@NOTICIADIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).

WOMENSHEALTHPORTUGAL

@WOMENSHEALTHPORTUGAL

WOMENSHEALTH.PT



Rui Moreira tinha admitido, há cerca de um ano, que este poderia ser um “desafio muito interessante”.

ESTELA SILVA/LUSA

Rui Moreira vai ser o novo embaixador de Portugal na OCDE

DIPLOMACIA Ex-autarca do Porto substitui o embaixador Manuel Lobo Antunes. Escolha do Governo foi confirmada ao DN por fonte oficial do MNE.

Conforme o DN já tinha antecipado, Rui Moreira vai ser o embaixador português na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), confirmou fonte oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

O antigo presidente da Câmara Municipal de Porto, que foi o mandatário nacional da candidatura de Marques Mendes à Presidência da República, foi o escolhido do executivo liderado por Luís Montenegro.

Substituirá Manuel Lobo Antunes, que assumiu funções como Representante Permanente de Portugal em 29 de março de 2022, tendo deixado o cargo por limite de idade.

Lugar de nomeação política, já

ocupado, entre outros por Eduardo Ferro Rodrigues, Basílio Horta e Pedro Roseta, compete ao Representante Permanente de Portugal junto da OCDE participar nas reuniões e atividades da organização, defendendo os interesses do país no âmbito das políticas e agendas da OCDE, participando nas decisões que afetam a comunidade internacional.

A OCDE é uma organização que reúne países desenvolvidos para analisar políticas públicas, comparar resultados e definir recomendações em áreas como economia, educação, fiscalidade, emprego, inovação e governação. Embora não tenha poder legislativo, os seus relatórios e indicadores têm grande influência internacional, servindo de referência para governos, investidores e instituições fi-

nanceiras, e condicionando muitas vezes o debate político e as reformas internas dos países membros, incluindo Portugal.

Uma fonte próxima de Rui Moreira tinha, há um ano, admitido ao DN que, para o então autarca de 68 anos, “seria um desafio muito interessante”, depois de ter falhado, em 2024 há cerca de um ano, a possibilidade de um lugar de deputado no Parlamento Europeu.

Na altura, Rui Moreira recusou o segundo lugar na lista da AD às eleições europeias. O autarca do Porto esteve convencido de que seria o escolhido para encabeçar a candidatura, com a escolha final a recair em Sebastião Bugalho, calando algumas vozes internas, críticas da possibilidade de ser o autarca independente a liderar a lista laranja.



Além-fronteiras
Helena Tecedeiro

Até onde pode ir o kung-fu dos robôs humanoides chineses?

N a gala anual do *Festival da Primavera*, as estrelas este ano foram os robôs humanoides que deliciaram os espectadores do programa mais visto da televisão estatal com um espetáculo de kung-fu. Ao lado de praticantes humanos que deram as boas vindas ao Ano do Cavalo de Fogo, os robôs fizeram mortais, “andaram” numa parede e desferiram golpes daquela arte marcial. Para quem não se tenham deixado impressionar pelas imagens, basta comparar com as do ano anterior, quando os robôs também se juntaram às festividades, mas os espectadores tiveram de se contentar com movimentos limitados, incluindo caminhar e pontapear, mas sem a destreza deste ano.

Estes robôs são apenas a face mais visível de uma estratégia eminentemente política. Há dias, o presidente chinês pediu mais investigação e mais apoio para cientistas que estejam a trabalhar em novas formas de inovação. Xi Jinping está determinado a bater o Ocidente nas novas tecnologias. E a verdade é que as empresas chinesas já dominam áreas que incluem veículos elétricos e baterias de lítio, e estão rapidamente a assumir a liderança em campos emergentes, como este dos robôs humanoides.

Esta liderança está sustentada, como explicava a revista *The Economist*, na “correia transportadora de inovação do Partido Comunista, que pega em ideias desenvolvidas em laboratórios e universidades estatais e transforma-as em produtos comerciais”. Só para termos uma ideia, em 2025 a China exportou 14.500 robôs humanoides, um número pequeno, mas significativo se comparado com os 3000 do ano anterior. Ou se pensarmos que a Tesla, de Elon Musk, que produz o *bot* Optimus, vendeu apenas 150.

Mas não é só com robôs humanoides que os chineses encantaram (e assustaram?) o mundo. Na passagem do ano foi o espetáculo de *drones* que substituiu o tradicional fogo de artifício na cidade de Chongqing que foi notícia. Afinal a China provava nos céus noturnos a sua capacidade de controlar milhares de *drones* simultaneamente usando um único sistema automatizado.

Em entrevista ao DN, há uns dias, o jornalista e analista alemão Georg Diez lembrava que “é preciso olhar para a China e para a tecnologia”, mas também que “há um debate placebo sobre o medo da China que nos desvia do que realmente importa”. Será? É que mesmo para quem não percebe muito de tecnologia, não é muito difícil imaginar aqueles *drones* festivos ou os robôs de exibição transformados em algo muito mais perigoso. Seja pela tecnologia chinesa ou pela de outra potência mundial. E aí, sim, talvez seja caso para ter medo.

Editora-executiva do Diário de Notícias